

**Transição do Ensino Técnico para a formação superior: itinerários de estudantes da área de Enfermagem**

**Jéssica Najara Aguiar de Oliveira**

**Mestrado em Educação**

**Montes Claros / MG  
2022**



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**Universidade Estadual de Montes Claros**  
**Centro de Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação**

**Transição do Ensino Técnico para a formação superior: itinerários de estudantes da área de Enfermagem**

**Jéssica Najara Aguiar de Oliveira**

*Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, linha de pesquisa Políticas Públicas Educacionais, Diversidade e Formação de Professores.*

Orientador: Prof. Dr. Mônica Maria Teixeira Amorim.

**Montes Claros / MG**

**2022**



*A divulgação ou reprodução total ou parcial desta dissertação é autorizada exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.*

O48t Oliveira, Jéssica Najara Aguiar de.  
Transição do ensino técnico para a formação superior [manuscrito] : Itinerários de estudantes da área de enfermagem / Jéssica Najara Aguiar de Oliveira. – Montes Claros, 2022.  
110 f. : il.

Bibliografia: f. 87-93.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE, 2022.

Orientadora: Profª. Dra. Mônica Maria Teixeira Amorim.

1. Ensino técnico. 2. Ensino superior. 3. Enfermagem - Orientação profissional. 4. Técnicos em enfermagem. 5. Estudantes de enfermagem. I. Amorim, Mônica Maria Teixeira. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: Itinerários de estudantes da área de enfermagem.

Catálogo Biblioteca Central Professor Antônio Jorge



Universidade Estadual de Montes Claros  
Centro de Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Educação

Transição do Ensino Técnico para a formação superior: itinerários de estudantes da área de  
Enfermagem

Jessica Najara Aguiar de Oliveira

Dissertação defendida e aprovada em 30 de setembro de 2022,  
pela banca examinadora constituída pelos pesquisadores

---

Profa. Dra. Mônica Maria Teixeira Amorim — Orientadora  
Universidade Estadual de Montes Claros

Prof. Dr. Heiberle Hisberg Horácio  
Universidade Estadual de Montes Claros

Profa. Dra. Carolina dos Reis Alves  
Faculdades de Saúde e Humanidades Ibituruna



*Dedico a todos os profissionais de enfermagem e a todos áqueles que perderam um ente querido para a pandemia do Covid-19.*



## *Agradecimentos*

*Venho por meio desta demonstrar minhas singelas condecorações, primeiramente a Deus e Nossa Senhora, por estar viva e alcançando metas que eu mesma me impus. Porém, tenho consciência de que existimos para o coletivo e que sem a colaboração e compreensão dos demais seria impossível a realização de um sonho. Assim, quero agradecer aos que souberam, pacientemente, estar ao meu lado nessa mais recente trajetória. À minha família, por me ajudar a me tornar quem sou hoje. Penso que cada um de vocês, a seu modo, me incentivou muito a realizar meus sonhos. Agradeço ao meu esposo Carlos Eduardo que ao longo desta trajetória de escrita e construção da dissertação soube ter paciência e principalmente resiliência nos dias mais difíceis em que estive imersa nesta pesquisa. Agradeço à Universidade Estadual de Montes Claros, por me oportunizar um aperfeiçoamento gratuito e de excelência. Aos colegas do Hospital Universitário Clemente de Faria, que aceitaram participar do pré teste desta pesquisa, revisando e contribuindo com sugestões valiosas. Agradeço ao Diretor Márcio Antônio A. Veloso e toda secretaria da Escola Técnica De Saúde Do Centro De Educação Profissional e Tecnológica Da Unimontes (CEPT/UNIMONTES) pelo apoio e disponibilização da equipe para acesso ao banco de dados, cujos esforços e auxílio tornaram possível a concretização deste projeto. À coordenadora pedagógica do CEPT Cibelle Ataíde Tolentino Cândido, pelo seu trabalho conjunto na aplicação de questionários para os egressos e apoio administrativo durante este trabalho. Aos egressos do CEPT que participaram do estudo, por sua disposição, seu tempo despendido, compartilhando suas trajetórias e vivências e contribuindo com a construção deste trabalho. À minha orientadora Dra. Mônica Maria Teixeira Amorim a quem sou imensamente grata pela sua paciência, sensatez e generosidade; que fez com que potencializasse meus estudos, pois sem suas orientações seria impossível concluir esse trabalho. Aos membros da banca Prof. Dr. Heiberle Hisberg Horácio e Prof. Dra. Carolina dos Reis Alves, pela disponibilidade em participar, socializando seus conhecimentos para o enriquecimento deste trabalho.*

*“Descobri que o analfabetismo era uma castração dos homens e das mulheres, uma proibição que a sociedade organizada impunha às classes populares.” — Paulo Freire.*



OLIVEIRA, Jessica Najara Aguiar de. *Transição do Ensino Técnico para a formação superior: itinerários de estudantes da área de Enfermagem*. 2022. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Centro de Ciências Humanas. Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros / MG. Brasil.

## RESUMO

---

O presente estudo trata da transição do ensino técnico de nível médio para a formação superior com abordagem de itinerários de estudantes do Centro de Educação Profissional e Tecnológica (CEPT) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Buscou-se, através desta investigação, analisar o perfil e as motivações de ingresso no ensino superior de estudantes egressos do ensino técnico em enfermagem de nível médio do CEPT Unimontes. A pesquisa privilegiou a abordagem qualitativa e utilizou como procedimentos técnicos o estudo bibliográfico e a aplicação de questionários eletrônicos para egressos das turmas de concluintes de 2020 e 2021 do curso técnico de enfermagem MedioTec e Pronatec do CEPT/Unimontes. Os resultados revelam, entre outras questões, o seguinte perfil dos egressos: são em sua maioria mulheres, negras, egressas de escola pública, com renda de até um salário mínimo e beneficiárias de programa social. São egressos que apresentam preocupação com uma rápida inserção no mercado e valorizam muito a gratuidade do curso técnico. A inserção no ensino superior não estava, de início, no horizonte da maioria, mas é significativo o percentual de egressos que segue estudando e que se dirige para a formação superior destacando como motivação “a possibilidade de melhorar na profissão escolhida”. Acreditamos que os dados obtidos podem oferecer uma contribuição ao debate sobre a transição de egressos do ensino técnico para o ensino superior e, de modo especial, ao CEPT-Unimontes.

**Palavras- chave:** Ensino técnico. Educação superior. Transição. Egressos. Enfermagem.





OLIVEIRA, Jessica Najara Aguiar de. *Transition from Technical to higher education: itineraries of Nursing students*. 2022. 110f. Dissertation (Master in Education) — Centro de Ciências Humanas. Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros / MG. Brasil.

## ABSTRACT

---

The present study deals with the transition from high school technical education to higher education with an approach to the itineraries of students from the Centro de Educação Profissional e Tecnológica (CEPT) of the State University of Montes Claros (Unimontes). The aim of this research was to analyze the profile and motivations for entering higher education among students who had graduated from CEPT Unimontes. The research favored a qualitative approach and used as technical procedures the bibliographic study and application of electronic questionnaires to egresses of the graduating classes of 2020 and 2021 of the MedioTec and Pronatec technical nursing course of CEPT/Unimontes. The results reveal, among other issues, the following profile of the graduates: they are mostly black women, public school graduates, with an income of up to one minimum wage, and social program beneficiaries. They are graduates who are concerned with a quick insertion into the market and value the gratuity of the vocational course. The insertion in university education was not, at first, on the horizon for most of them, but is significant in the percentage of graduates who are still studying and who are heading for higher education, highlighting as motivation "the possibility of improvement in the chosen profession". It is believed that the data obtained can offer a contribution to the debate about the transition of graduates from technical education to higher education, and especially to CEPT-Unimontes.

**Keywords:** Vocational education. University education. Transition. Egresses. Nursing.



# LISTA DE ILUSTRAÇÕES

---

## LISTA DE QUADROS

|  |     |
|--|-----|
| Quadro 1 - Escolas de Educação Profissional Ativas na cidade de Montes Claros-MG .....   | 46  |
| Quadro 2 - Escolas e Cursos Técnicos Regulares nos Sistemas de Ensino e Cadastradas no MEC na cidade de Montes Claros – MG ..... | 101 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |    |
|---|----|
| Gráfico 1 - Situação no mercado de trabalho após concluir o curso técnico .....                         | 74 |
| Gráfico 2- Relação entre a área profissional do curso técnico que concluiu e o seu trabalho atual ..... | 75 |
| Gráfico 3- Situação que mais se aproxima da sua condição após concluir o curso técnico.....             | 76 |
| Gráfico 4- Motivos relacionados com a pandemia que dificultaram o prosseguimento de estudos .....       | 79 |

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 - Motivos que influenciaram na escolha para ingressar no curso técnico de nível médio ..... | 72 |
| Tabela 2- Razões que levaram egressos de cursos técnicos ao ingresso no curso superior .....         | 77 |

## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 - Estrutura organizacional CEPT ..... | 52 |
|--|----|

## LISTA DE SIGLAS

CEPT Centro de Educação Profissional e Tecnológica  
CEFET Centro Federal de Educação Tecnológica  
CEMF Centro de Ensino Médio e Fundamental  
CES Câmara de Educação Superior  
CNE Conselho Nacional de Educação  
COFEN Conselho Federal de Enfermagem  
DIEESE Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
EAD Educação à distância  
EPT Educação Profissional e Tecnológica  
E-TEC BRASIL Escola Técnica Aberta do Brasil  
ETS Escola Técnica de Saúde  
FHC Fernando Henrique Cardoso  
FIC Formação Inicial e Continuada  
FIES Fundo de Financiamento Estudantil  
FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz  
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IC Intervalo de Confiança ICC Coeficiente Intraclasse  
IES Instituição de Ensino Superior  
IF Instituto Federal  
IFNMG Instituto Federal de Santa Catarina  
IFSC Instituto Federal do Norte de Minas Gerais  
INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MEC Ministério da Educação  
OPAS Organização Pan-Americana de Saúde  
PDE Plano de Desenvolvimento da Educação  
PNE Plano Nacional de Educação  
PROFAE Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área da Enfermagem  
PROUNI Programa Universidade para Todos



REUNI Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SEE Secretaria Estadual de Educação

SETEC Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SISTEC Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SUS Sistema Único de Saúde

UNIMONTES Universidade Estadual de Montes Claros



# SUMÁRIO

---

|  |    |
|--|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 14 |
| <b>O problema de estudo</b> .....  | 14 |
| <b>O contexto da pesquisa</b> .....  | 20 |
| <b>A importância da investigação</b> .....   | 21 |
| <b>Os objetivos do estudo</b> .....  | 23 |
| <b>A metodologia empregada</b> .....   | 24 |
| <br>   |    |
| <b>CAPÍTULO 1 – A EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUPERIOR NO BRASIL E EM MONTES CLAROS</b> |    |
| 1.1. A expansão e interiorização da oferta de educação profissional no Brasil a partir de 2003.....                        | 27 |
| 1.2. Expansão e interiorização da oferta de educação superior no Brasil na última década.....                              | 39 |
| 1.3. História e organização do CEPT em Montes Claros.....  | 44 |
| 1.3.1. Um pouco da História do CEPT Unimontes.....   | 48 |
| 1.3.2. O CEPT hoje: Estrutura organizacional, Cursos e Programas em oferta.....  | 51 |
| <br>   |    |
| <b>CAPÍTULO 2 – A FORMAÇÃO DE TÉCNICOS EM SAÚDE NO BRASIL</b>  |    |
| 2.1. A criação do SUS e as demandas por formação de técnicos em saúde no país.....   | 54 |
| 2.2. Perfil de profissionais da enfermagem no Brasil.....  | 60 |
| 2.3. Ingresso de técnicos em saúde no mundo do trabalho e prosseguimento de estudos.....                                   | 64 |
| <br>   |    |
| <b>CAPÍTULO 3 – ITINERÁRIOS DE ESTUDANTES DO CURSO DE ENFERMAGEM DO CEPT / UNIMONTES</b>                                   |    |
| 3.1. O processo de pesquisa.....   | 69 |
| 3.2. O que revelam os questionários.....   | 71 |
| 3.2.1. O perfil dos egressos.....  | 71 |
| 3.2.2. Razões para ingresso no curso técnico e dificuldades para conclusão.....  | 72 |
| 3.2.3. Mercado de Trabalho.....  | 74 |
| 3.2.4. Ingresso no curso superior.....   | 76 |
| 3.2.5. Observações finais dos respondentes.....  | 80 |
| <br>   |    |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 82 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 86 |
| <b>APÊNDICES</b> .....   | 93 |

# INTRODUÇÃO

---

## O problema de estudo

A educação profissional e tecnológica (EPT) constitui uma modalidade educacional definida pela [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional](#) (LDB N°9394/1996) e tem como finalidade preparar o aluno para o exercício profissional, “contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade”. (MEC, 2018)<sup>1</sup>. Abarca cursos rápidos de formação profissional, bem como cursos técnicos de nível médio, e cursos tecnológicos de graduação e pós-graduação. Conforme detalhado no art.39 da LDB N°9394/1996, a EPT abrange os seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Os cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores incluem capacitação, atualização e aperfeiçoamento de trabalhadores para o desenvolvimento de aptidões voltadas à vida produtiva e social. (BRASIL, 2004)<sup>2</sup>. Já a educação profissional técnica de nível médio, conforme prevê a LDB N°9394/1996, será desenvolvida em articulação com o ensino médio, devendo observar os objetivos previstos em diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, normas específicas dos sistemas de ensino e especificidades da instituição escolar, conforme projeto pedagógico da escola. A articulação entre ensino médio e educação profissional técnica de nível médio é indicada pela LDB N°9394/1996 e detalhada pelo Decreto N° 5.154, DE 23 de julho de 2004 que apresenta três modos de articulação - integrada, concomitante e subsequente. Estes modos de articulação são igualmente detalhados pela Resolução CNE/CP N° 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as “Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica”. No texto explica-se que a articulação pode ser:

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept> Acesso em 03/04/2021.

<sup>2</sup> DECRETO N° 5.154, DE 23 DE JULHO DE 2004. Disponível em:

[https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/images/decretos/Decreto\\_5154-2004.pdf](https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/images/decretos/Decreto_5154-2004.pdf) Acesso em 06/04/2021.

I - integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica; II - concomitante, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições e redes de ensino; III - concomitante intercomplementar, desenvolvida simultaneamente em distintas instituições ou redes de ensino, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado; e IV - subsequente, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio (BRASIL, 2021).

Por sua vez, os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação, conforme a LDB N°9394/1996 – Art.39 § 3º, serão organizados em termos de objetivos, características e duração, também observando diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. A Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002, institui as “Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia”, e define, no Art. 4º, que “Os cursos superiores de tecnologia são cursos de graduação, com características especiais, e obedecerão às diretrizes contidas no Parecer CNE/CES 436/2001 e conduzirão à obtenção de diploma de tecnólogo”<sup>3</sup>.

Mais recentemente, por meio das “Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica”, apresentadas em janeiro de 2021, resta claro, no Capítulo 7, Art. 27, que a EPT de Graduação e Pós-Graduação engloba:

I - Qualificação profissional tecnológica como etapa de terminalidade intermediária de curso superior de tecnologia; II - curso superior de graduação em tecnologia; III - aperfeiçoamento tecnológico; IV - especialização profissional tecnológica; V - mestrado profissional; e VI - doutorado profissional. (BRASIL, MEC-CNE/CP, 2021, p.11)<sup>4</sup>.

O documento detalha, no Art. 28, que os cursos de Educação Tecnológica de Graduação e Pós-Graduação devem, entre outros propósitos: “desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a produção de bens e serviços e a gestão

<sup>3</sup>Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf> Acesso em 06/04/2021.

<sup>4</sup> RESOLUÇÃO CNE/CP N° 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021: Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category\\_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192) Acesso em 06/04/2021.

estratégica de processos” e “promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos”. (*Idem*).

Ao que se pode observar, analisando a LDB N°9394/1996, a EPT constitui uma modalidade paralela à Educação Básica e Superior, e uma modalidade que registrou acentuado aumento da oferta no Brasil a partir dos anos de 2003, com políticas educacionais implementadas na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e da presidenta Dilma Vana Rousseff (2011-2016).

Informações disponíveis no site do MEC, mais precisamente na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), nos dão a dimensão de que o aumento da oferta de EPT no Brasil se deu notadamente por meio da expansão da Rede Federal de Educação Profissional no país. Conforme explicitado no mencionado site:

O Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), criou no final de 2005, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. O objetivo foi ampliar a presença destas instituições em todo o território nacional [...]. O projeto buscou melhorar a distribuição espacial e cobertura das instituições de ensino e, conseqüentemente, ampliar o acesso da população à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país (MEC-SETEC, 2005)<sup>5</sup>.

De acordo com Amorim (2013), a educação profissional no Brasil registrou um novo cenário após o reordenamento da rede federal de ensino fundamentado em uma política de expansão, decorrentes de políticas do governo Lula, com continuidade no governo Dilma. Ao examinar a reorganização da citada rede e a criação de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país, a autora aborda o crescimento do número de instituições, cursos, matrículas, bem como o processo de interiorização da oferta de EPT Brasil afora.

Nesse bojo, nos interessa mais particularmente aqueles programas e projetos destinados à Educação Técnica de Nível Médio, para onde se dirige nosso objeto de estudo. Nesse terreno em específico podemos destacar o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil) instituído por meio do Decreto n° 6.301 de 12 de dezembro de 2007, cujo

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal> Acesso em 01/03/2021.



propósito consistiu em ampliar a oferta e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos no país, por meio da educação à distância. Nesse sentido buscou-se expandir a oferta desses cursos especialmente para o interior do país. (BRASIL, 2007a)<sup>6</sup>

Também em 2007 foi criado o Programa Brasil Profissionalizado (Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007) cujo objetivo central se dirigiu para estimular o ensino médio integrado à educação profissional. Entre outros propósitos deste Programa ressaltamos “fomentar a expansão da oferta de matrículas no ensino médio integrado à educação profissional, pela rede pública de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive na modalidade a distância”, e “incentivar o retorno de jovens e adultos ao sistema escolar e proporcionar a elevação da escolaridade, a construção de novos itinerários formativos e a melhoria da qualidade do ensino médio”. (BRASIL, 2007b)<sup>7</sup>.

Em 2011 o Sistema e-Tec Brasil foi substituído pela Rede e-Tec Brasil cujo objetivo nuclear declarado foi o de desenvolver a EPT através da educação a distância (EAD). Instituída por meio do Decreto Nº 7.589 de 26 de outubro de 2011, a Rede se constitui através da adesão de Instituições da Rede Federal de EPT, bem como de unidades educativas dos serviços nacionais de aprendizagem que oferecem cursos de EPT e de estabelecimentos de ensino profissional ligados aos sistemas estaduais de educação. (BRASIL, 2011a)<sup>8</sup>. A Rede e-Tec é proclamada, então como “uma das iniciativas estratégicas da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), incorporada ao Pronatec, para potencializar a interiorização e a democratização da oferta de cursos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”<sup>9</sup>.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), também criado em 2011, através da Lei 11.513 de 26 de outubro de 2011, igualmente se dirige para a interiorização e a democratização da EPT no Brasil. Conforme o Art.1º da Lei 11.513/2011 seu objetivo é “expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de

---

<sup>6</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6301.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6301.htm) Acesso em 02/04/2021.

<sup>7</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6302.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6302.htm) Acesso em 02/04/2021.

<sup>8</sup> Decreto Nº 7.589 de 26 de outubro de 2011 – Art. 2º. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7589.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7589.htm) Acesso em: 02/04/2021.

<sup>9</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-e-tec-brasil> Acesso em: 04/04/2021

formação inicial e continuada ou qualificação profissional”. O MEC indica que o Pronatec tem por objetivos específicos:

- a expansão das redes federal e estaduais de EPT;
- a ampliação da oferta de cursos a distância;
- a ampliação do acesso gratuito a cursos de EPT em instituições públicas e privadas;
- a ampliação das oportunidades de capacitação para trabalhadores de forma articulada com as políticas de geração de trabalho, emprego e renda e;
- a difusão de recursos pedagógicos para a EPT.<sup>10</sup>

Observamos esse processo de explosão de oferta de números de cursos e vagas, de oportunidades educacionais de formação profissional, no interior de Minas Gerais, na cidade de Montes Claros, no Norte de Minas, e queremos entender com maior rigor teórico-prático esse processo. Fato é que, além da expansão da EPT, Montes Claros também registra, segundo Araújo (2014) de modo mais expressivo a partir dos anos 2000, um crescimento na oferta de vagas, cursos e instituições de Educação Superior, especialmente privados, mas com possibilidade de bolsas pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI)<sup>11</sup> e de financiamento pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)<sup>12</sup>.

Se a expansão da educação superior no Brasil se deu, conforme Macedo, Vale e Martins (2015), entre os anos de 1995 e 2010, não é na década de 1990 que essa expansão alcança Montes Claros com maior intensidade, mas a partir dos anos de 2000, consoante revela Araújo (2014) em pesquisa que realizou sobre a expansão e transformação do ensino superior no país e nesta cidade. Conforme esta autora, o Brasil passou por uma transformação na educação superior, principalmente a partir da década de 1990, quando se observa uma crescente expansão de Instituições de Ensino Superior (IES) sobretudo privadas, motivada por políticas de cunho neoliberal adotadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Para Araújo (2014), essa expansão privada continuou nos anos 2000, apesar das políticas de cunho social criadas no governo do presidente Lula para ampliar o acesso das camadas populares à Educação Superior. Ainda segundo a autora esse processo de expansão do ensino superior em Montes Claros “teve início no final da década de 1990 sendo mais expressivo nos

---

<sup>10</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec> Acesso em: 04/04/2021

<sup>11</sup> Criado em 2004 pelo governo federal, o PROUNI é um programa que oferece bolsas parciais (50%) ou integrais de estudo para estudantes de baixa renda que cursam a educação superior em instituições privadas de ensino. Ver detalhes em: <http://prouniportal.mec.gov.br/>

<sup>12</sup> Trata-se de programa do MEC que se destina a financiar cursos superiores de graduação para estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Maiores detalhes ver: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>

anos 2000, quando da entrada de IES privadas e a crescente oferta de cursos a partir de então (ARAÚJO, 2014, p.104).

A autora avalia que, no ano da realização do estudo, comparada a outras cidades de Minas Gerais com população superior a 200.000 habitantes, “Montes Claros se destaca pelo número de IES autorizadas pelo MEC para oferta de cursos de graduação na região, ficando atrás somente da capital, Belo Horizonte (ARAÚJO, 2014, p.105). A cidade oferece, assim, oportunidades educacionais diversas de formação profissional, tanto em termos de formação técnica, quanto superior. Nos interessa particularmente compreender o itinerário de estudantes de cursos técnicos em face dessa expansão de oportunidades, buscando analisar sua transição ou não para o ensino superior. Focamos nossas análises na área da saúde e, especificamente, no campo da enfermagem em função de ser essa minha área de atuação – e área de grande importância em função da saúde pública e da relevante atuação do Sistema Único de Saúde em nosso país.

O interesse pelo objeto de pesquisa partiu de minha trajetória acadêmica e profissional. Realizei a formação técnica em enfermagem e, posteriormente cursei a graduação em enfermagem. Isso se deu em função da dificuldade de ingresso no mercado de trabalho com formação estritamente técnica – fato que pude observar nos relatos de muitos colegas, mas também se deu em função da oportunidade que a oferta de curso superior “com bolsa” representou para mim. Fiz o curso superior de Enfermagem em uma faculdade privada na cidade de Montes Claros com bolsa de 100% do PROUNI. Se não fosse pelo PROUNI eu teria que recorrer ao FIES porque não tinha condições de pagar e, na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), mesmo sendo uma IES pública, por ser um curso integral, teria que largar o serviço. Na ocasião eu estava atuando como agente comunitária de saúde e dependia do salário para sobreviver. Minha mãe não tinha condições de pagar nem o transporte pra mim. Me manter na Unimontes era impossível. Assim, a exigência de maior qualificação profissional aliada à oportunidade de prosseguir os estudos e à afinidade com a área me levaram a buscar a formação superior.

Importante mencionar que, ao término da graduação, já com formação mais ampliada na área consegui ingressar no mercado de trabalho como enfermeira. Entendi com Sales (2014) que o nível da escolarização de uma população tende a impactar diretamente no seu desenvolvimento social e econômico, assim como no aumento de sua capacidade de intervenção na sociedade. Compreendi com Arruda (2019) a importância do curso técnico

para ampliar as oportunidades profissionais, melhorar a autoestima e contribuir para o desenvolvimento social e econômico dos sujeitos. Ademais, acredito que se estudantes do curso técnico continuam para o nível superior essa busca parte da crença que essa oportunidade os possa colocar em uma posição cultural, social e econômica diferente daquela ao qual estão inseridos.

Em face desse cenário, de expansão da oferta de cursos técnicos e de oportunidades de continuidade de estudos por meio de formação superior questiono: Quais são os fatores que levaram egressos de cursos técnicos de nível médio (do curso de enfermagem) à transição ou não para o ensino superior? De modo mais específico, indagamos: Quem são os estudantes que buscaram o ensino técnico de nível médio? Que razões levam esses estudantes a buscarem o ensino técnico de nível médio? Seria necessariamente uma formação estrita e aplicada? Estes estudantes tem/tiveram o ensino superior como projeto? Por quê? Que fatores concorreram para que buscassem ou não o ensino superior? O curso superior buscado é na mesma área da formação técnica e por quê?

## **O contexto da pesquisa**

Como já mencionado elegemos a cidade de Montes Claros-MG como *lócus* de estudo e, nesse contexto, elegemos especificamente a Escola Técnica de Saúde do Centro de Educação Profissional e Tecnológica da Unimontes como instituição investigada. A cidade conta com outras instituições de oferta pública e privada de ensino técnico, mas nosso interesse em investigar essa realidade específica se prende ao nosso compromisso com a educação pública, nosso interesse em contribuir com essa importante instituição educativa de grande abrangência – notadamente na região<sup>13</sup>, à disponibilidade da instituição em colaborar com o estudo e a facilidade de acesso aos dados.

Nesse sentido necessário registrar que o CEPT se projeta enquanto a “maior escola de educação profissional na área de saúde da região”, ofertando cursos presenciais e à distância e “tradicionalmente cursos de Técnico em Enfermagem, Saúde Bucal e Vigilância Sanitária, até

---

<sup>13</sup>Maiores detalhes ver: <https://unimontes.br/apresentacao/>

os cursos mais contemporâneos como de Técnico em Análises Clínicas, Citologia e Gestão em Serviços de Saúde”.<sup>14</sup>

Para efeito desse estudo, dado aos nossos interesses de análise e limites de tempo para realização da pesquisa, trabalhamos com o curso Técnico em Enfermagem, modalidade presencial e do convênio Pronatec e MedioTec. Os cursos técnicos<sup>15</sup> do Pronatec<sup>16</sup> são oferecidos para estudantes matriculados ou que já concluíram o ensino médio, já no MedioTec<sup>17</sup>, que constitui uma ação do Pronatec, os cursos técnicos são oferecidos para estudantes matriculados no ensino médio da rede pública de modo que estes possam obter a formação técnica concomitante com o ensino médio.

### **A importância da investigação**

O Brasil registrou, conforme indicamos, uma expansão e interiorização da oferta de EPT e de educação superior nas últimas décadas o que se apresenta como ampliação de oportunidades de maior escolarização para as camadas populares. Examinar esse processo com atenção à transição ou não de egressos de cursos técnicos para a educação superior coloca-se como um caminho relevante e necessário para ampliar o debate nesse âmbito. Como indica Sales (2014), há poucos trabalhos que se ocupam de egressos de cursos técnicos e sua transição para a educação superior. Segundo a autora, a maioria dos estudos focaliza o ingresso no mercado a partir da conclusão dos cursos, sendo necessário a produção de mais conhecimentos que se ocupem dessa transição de egressos de cursos técnicos para o ensino superior. Sales (2014, p.15) define essa transição como uma “passagem de um nível educacional para outro” e explica:

Estudos que focalizam a transição para o ensino superior são de relevância no atual contexto brasileiro, dada a tendência de elevação da escolaridade, principalmente em função das dificuldades de encontrar emprego e dos crescentes padrões de qualificação demandados pelo mercado de trabalho. (SALES, 2014, p.17).

---

<sup>14</sup> Disponível em:

[https://www.cept.unimontes.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=44&Itemid=250](https://www.cept.unimontes.br/index.php?option=com_content&view=article&id=44&Itemid=250) Acesso em 09/04/2021

<sup>15</sup> Como mencionado inicialmente, o Pronatec envolve não apenas cursos técnicos de nível médio presencial e a distância, mas também cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

<sup>16</sup> Vide: <https://www.educamaisbrasil.com.br/programas-do-governo/pronatec>

<sup>17</sup> Vide: <http://portal.mec.gov.br/mediotec>

Ainda segundo a autora, considerando que o governo financia as instituições técnicas, e que estas são gratuitas para os alunos, há uma expectativa de que esse investimento público retorne em forma de “capital” para o mercado, mas se os alunos não ingressam no mercado de trabalho logo após concluírem o curso técnico e “em vez disso, decidem frequentar uma universidade, isso pode sugerir que o investimento do governo não tem alcançado o objetivo pretendido de prover empregos para eles no mercado de profissionais técnicos”. (*Idem*).

Sales (2014, p.17), prossegue argumentando que a transição para o curso superior:

Ao invés de ser um desperdício de recursos financeiros, pode significar progresso educacional e ocupacional para o estudante, já que a área do curso superior, muitas vezes, conecta-se diretamente com sua formação técnica anterior ou com seu trabalho. A continuidade de estudos também pode ser uma oportunidade para uma mudança de carreira quando os estudantes não se identificam com o curso técnico, principalmente por essa opção ter ocorrido em tenra idade.

Apesar da existência de vários estudos internacionais sobre o tema, notadamente no Canadá, nos Estados Unidos e na Europa, o Brasil conta com literatura incipiente nesse campo o que indica a importância de pesquisas que tratem dessa temática. (SALES, 2014). No caso específico de Montes Claros e região, localizamos alguns estudos que se ocupam de egressos de cursos técnicos, mas com foco na transição para o mundo do trabalho ou inserção profissional. Nesse âmbito destacamos o trabalho intitulado “O egresso da Escola Técnica de Saúde da Unimontes: conhecendo sua realidade no mundo do trabalho” de autoria de Cerqueira *et al* (2009)<sup>18</sup> e o trabalho de Mota e Braga (2020), com o título “Formação dos egressos do curso técnico em Administração do IFNMG – campus Arinos”<sup>19</sup>.

O próprio CEPT realizou pesquisa sobre egressos que deu origem ao artigo anteriormente mencionado, de Cerqueira *et al* (2009), cujo relatório tem o mesmo título do artigo e foi publicado em 2007<sup>20</sup>. O relatório não foca necessariamente na transição para o ensino superior, mas indica que 88,21% dos egressos pesquisados possuem Ensino Médio completo, apenas 0,94% possuem Ensino Superior completo (sendo estes egressos do curso

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/jDTF6XLYyKWmQmkWzvPR3Vy/?lang=pt> Acesso em 10/04/2021

<sup>19</sup> Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/24529> Acesso em 10/04/2021

<sup>20</sup> Maiores detalhes ver:

[https://www.cept.unimontes.br/images/cept/arquivosPDF/pesquisas\\_estacaodepesquisa/EGRESSO\\_ESCOLA\\_TECNICA\\_SAUDE\\_UNIMONTES\\_CONHECENDO\\_SUA\\_REALIDADE\\_MUNDO\\_TRABALHO.pdf](https://www.cept.unimontes.br/images/cept/arquivosPDF/pesquisas_estacaodepesquisa/EGRESSO_ESCOLA_TECNICA_SAUDE_UNIMONTES_CONHECENDO_SUA_REALIDADE_MUNDO_TRABALHO.pdf)

Técnico em Enfermagem) e 10,85% dos egressos estavam cursando o Ensino Superior por ocasião da pesquisa. (CERQUEIRA, et al. 2007, p. 33).

A realidade em pauta nos provocou a ampliar os estudos considerando a incipiência de pesquisas e a necessidade de aprofundar a compreensão sobre o real. Consideramos que dados mais atuais sobre a realidade do CEPT, cujo relatório aqui citado data de 2007, são relevantes para produção de novas informações que possam contribuir para o debate e desenho de políticas públicas para a formação de trabalhadores. O próprio CEPT criou, no ano de 2005, uma Estação de Pesquisa da ETS/CEPT/Unimontes com o propósito de:

contribuir para a consolidação e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS, oferecendo dados e informações sobre a área de educação profissional técnica de nível médio e mercado de trabalho, que possam subsidiar as ações de formulação/expansão da educação profissional e elaboração de políticas públicas<sup>21</sup>.

Acreditamos que a investigação aqui em curso há de oferecer significativa contribuição ao CEPT, à Estação de pesquisa do CEPT, bem como ao debate sobre a transição de egressos do ensino técnico para o ensino superior, colaborando com a produção de conhecimentos sobre esse objeto tão caro para o campo educacional.

## **Os objetivos do estudo**

Definimos como propósito geral do nosso estudo “analisar o perfil e as motivações de ingresso no ensino superior de estudantes egressos do ensino técnico em enfermagem de nível médio do CEPT Unimontes”. Pretendemos, especificamente:

- Discutir a expansão e interiorização da oferta de educação profissional e superior no Brasil a partir do governo Lula (2003)<sup>22</sup>;
- Contextualizar a emergência e organização do CEPT em Montes Claros;
- Analisar a formação, o perfil, a inserção profissional e o prosseguimento de estudos de técnicos em saúde no Brasil a partir da criação do SUS e com foco na área da enfermagem;

---

<sup>21</sup>Disponível em:

[https://www.cept.unimontes.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=49&Itemid=274](https://www.cept.unimontes.br/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=274) Acesso em 10/04/2021

<sup>22</sup> Delimitamos nossas análises para políticas educacionais implementadas na “última década”, na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e da presidenta Dilma Vana Rousseff (2011-2016). Assim, quando focamos na “última década” estamos considerando o período que vai do início dos anos 2000 até 2016. Nos concentramos nesse período em função dos limites de tempo impostos para realização da pesquisa.

- Levantar o perfil de egressos de curso técnico em enfermagem do CEPT e os fatores que concorrem para que estes sujeitos ingressem no curso técnico e prossigam ou não os estudos na educação superior;
- Examinar a natureza da instituição superior cursada e a relação do curso superior feito com a formação técnica obtida.

### **A metodologia empregada**

Em face dos propósitos definidos para o estudo mostrou-se pertinente o emprego de uma abordagem quali-quantitativa, que combina uma preocupação com os significados, própria de estudos qualitativos, com a intenção de quantificar dados e medir opiniões, típica de estudos quantitativos. A pesquisa quali-quantitativa, conforme explica Knechtel (2014, p. 106) “interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)”. Nesse sentido nos propusemos a levantar dados quantitativos sobre egressos do CEPT com foco no perfil e na transição ou não destes sujeitos para o ensino superior, assim como nos interessou analisar os significados atribuídos por estes sujeitos às trajetórias vividas, captar as interpretações dadas pelos egressos por meio da análise qualitativa dos dados levantados.

Como procedimentos técnicos utilizamos do estudo bibliográfico e da aplicação de questionários eletrônicos. Os questionários foram aplicados para egressos das turmas de concluintes do curso técnico de enfermagem presencial MedioTec e Pronatec do Cept/Unimontes. Considerando que estes cursos iniciaram em 2015, as primeiras turmas formaram em 2017. Temos, portanto, concluintes de 2017, 2018, 2019 e 2020. O curso conta com turmas em diferentes cidades da região<sup>23</sup>, além de Montes Claros. Considerando os limites de tempo para realização da pesquisa em todas as unidades onde o curso foi ofertado, nossa pretensão inicial foi a de enviar os questionários apenas para egressos do núcleo de Montes Claros e para todos os concluintes do período de 2017 a 2019. A princípio, os concluintes de 2020 não seriam incluídos em razão do curto período em que se formaram, e da formação ter se dado no contexto da pandemia de covid 19, o que em tese pode ter dificultado a transição para o ensino superior. Contudo, em função de dificuldades de acesso

---

<sup>23</sup> Vide: [https://www.cept.unimontes.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=36&Itemid=241](https://www.cept.unimontes.br/index.php?option=com_content&view=article&id=36&Itemid=241)



aos dados, especialmente pelo fato de a secretaria do CEPT não ter disponíveis as listagens de todas as turmas, redefinimos nosso recorte. Outrossim, nossa intenção inicial era dar à pesquisa relevância estatística e trabalharmos de modo a definir uma amostra significativa com base em ferramenta de calculadora de amostra.<sup>24</sup> Contudo, abortamos essa pretensão também – obviamente que sem perder de vista os propósitos da investigação. O limite de acesso aos dados dos egressos nos levou a privilegiar a abordagem qualitativa.

Em diálogo com a direção e secretaria do CEPT obtivemos apoio para envio dos questionários eletrônicos para egressos de turmas cuja listagem a secretaria dispunha<sup>25</sup>. Os questionários eletrônicos enviados aos sujeitos abarcavam dois blocos distintos – um com dados de caracterização dos sujeitos e outro com questões alusivas às trajetórias, experiências e percepções dos egressos (ver instrumento nos apêndices). Os questionários respondidos foram devidamente tabulados e analisados com o cuidado de examinar aspectos quali-quantitativos presentes nos dados, bem como com atenção ao conteúdo dos registros de modo a proceder a interpretação e análise das informações prestadas pelos sujeitos tendo o referencial teórico da pesquisa como aporte. O plano de tratamento de dados envolveu 5 etapas: 1) Tabulação dos dados de todas as questões; 2) Análise das médias em cada questão, ou seja, identificar as respostas que mais se repetem; 3) Comparação dos percentuais entre as turmas; 4) Análise das congruências e incongruências, tendo a literatura como suporte; 5) Realização de inferências.

No processo de análise dos dados nos valemos das orientações de Bardin (2009) sobre análise de conteúdo, considerando que esta envolve: 1) organização do material a ser analisado, observando os objetivos da pesquisa; 2) exploração do material com identificação de significados e sua descrição; 3) análise reflexiva dos resultados, sua interpretação e realização de inferências. Ainda sobre análise de conteúdo as orientações de Trivinos (1987) mostraram-se fundamentais. O autor indica 3 fases nesse processo, a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação inferencial, e adverte: “Não é possível que o pesquisador detenha sua atenção exclusivamente no conteúdo manifesto dos documentos. Ele deve aprofundar sua análise, tratando de desvendar o conteúdo latente que eles possuem”. (TRIVIÑOS, 1987, p. 162).

---

<sup>24</sup> Disponível em: <https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>

<sup>25</sup> Detalharemos esse processo adiante, no capítulo 3.

Salientamos que a investigação foi realizada com atenção às questões éticas que envolvem pesquisas com seres humanos tendo sido o projeto aprovado pelo Comitê de Ética da Unimontes – Parecer CEP N° 4.838.935 /data: 09 de Julho de 2021. Para além desta introdução, o trabalho encontra-se organizado em três capítulos. No Capítulo 1, com base no estudo bibliográfico realizado, discutimos a expansão e interiorização da oferta de educação profissional e de ensino superior no Brasil e em Montes Claros à partir do governo Lula (2003). Ainda nesse capítulo, situamos o Centro de Educação Profissional e Tecnológica (CEPT) da Unimontes, importante centro de formação de trabalhadores na região. O Capítulo 2 também resulta de estudo bibliográfico para cumprir o propósito de analisar a formação, o perfil, a inserção profissional e o prosseguimento de estudos de técnicos em saúde no Brasil, a partir da criação do SUS, com foco na área da enfermagem. O Capítulo 3 contempla a análise de dados de questionários eletrônicos que foram aplicados a egressos de cursos técnicos em enfermagem do CEPT de modo a levantar o perfil destes egressos e os fatores que concorrem para que estes sujeitos ingressem no curso técnico e prossigam ou não os estudos na educação superior. Os dados envolvem, igualmente, a natureza da instituição superior cursada pelos egressos e a relação do curso superior feito com a formação técnica obtida.

# A Expansão e Interiorização da Oferta da Educação Profissional no Brasil e em Montes Claros

Este capítulo tem por objetivo discutir a expansão e interiorização da oferta de educação profissional e superior no Brasil e em Montes Claros à partir do governo Lula, e objetiva também situar o Centro de Educação Profissional e Tecnológica (CEPT) da Unimontes – conforme já indicado, importante centro de formação de profissionais na região.

O capítulo está organizado em três seções. Na seção 1 tratamos da expansão e interiorização da oferta da educação profissional no Brasil, a partir de 2003. Na sequência, na seção 2, abordamos discussões alusivas à expansão e interiorização da oferta de educação superior no país com foco na última década<sup>26</sup>.

Na seção 3 dialogamos com estudos que tratam da história e organização do CEPT na cidade de Montes Claros, a partir dos quais situamos esse importante centro educacional que oferece cursos técnicos de nível médio e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) em diversas cidades do Norte de Minas Gerais.

### **1.1. A expansão e interiorização da oferta de educação profissional no Brasil a partir de 2003**

A partir dos anos de 1930 há uma sequência de iniciativas de organização da oferta de Educação Escolar Profissionalizante no Brasil, mas é na história mais recente, especialmente a partir de 2003, que constata-se uma significativa expansão e interiorização do oferecimento dessa modalidade educacional. Trataremos alguns elementos da história para examinar esse processo.

Ao tratarmos da educação profissional no Brasil não podemos desconsiderar a

---

<sup>26</sup> Conforme mencionamos inicialmente, na introdução desse trabalho, delimitamos as análises do nosso estudo para políticas educacionais implementadas na “última década”, na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e da presidenta Dilma Vana Rousseff (2011-2016). Assim, quando focamos na “última década” estamos considerando o período que vai do início dos anos 2000 até 2016. Reiteramos que nos concentramos nesse período em função dos limites de tempo impostos para realização da pesquisa.

existência de práticas de educação profissional para além das escolares e que o registro dessas práticas, como apontam Vieira e Junior (2016), se dá desde o período de colonização do país. Cunha (2000) e Manfredi (2002) alertam, no entanto, para o fato de a historiografia não privilegiar pesquisas sobre educação profissional e estudos sobre a ocorrência desta em espaços não escolares. Conforme Manfredi (2002, p. 66) o preparo para o trabalho de povos indígenas brasileiros, por ocasião da colonização portuguesa, “se fundia com as práticas cotidianas de socialização e de convivência” e muitas dessas práticas ainda persistem “ainda que outras práticas de educação escolar tenham sido incorporadas”.

Fato é, que se pode falar de iniciativas de educação profissional no país desde antes da escola, mas com a constituição de aparelhos escolares, notadamente em meados do século XIX, a oferta de educação profissional para formação de força de trabalho vai se ampliando e ganhando maior organicidade já no século seguinte. De acordo com Manfredi (2002) a instituição do sistema escolar ocorrida no século XIX iniciou pelo topo, ofertando ensino superior, e o ensino primário e secundário serviam como cursos de preparação para a universidade. Ainda segundo a autora o Estado vai promover a educação profissional equanto “um tipo de ensino apartado do secundário e do superior” e com o propósito de formar a “força de trabalho diretamente ligada à produção: os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais”. (MANFREDI, 2002, p. 75).

Em se tratando especificamente do curso técnico, este teve início no Brasil no começo do século XX pelo Decreto n.º 787, de 11 de setembro de 1906, por Nilo Peçanha – então Presidente do Estado do Rio de Janeiro – com a criação de quatro escolas profissionais nas cidades de Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul. E este ensino técnico teve início quando foi oficialmente sancionado pelo Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo mesmo Nilo Peçanha, que assumiu a Presidência após a morte do presidente Afonso Pena. Na sequência foram criadas 19 Escolas de Aprendizes Artífices, em cada uma das então capitais brasileiras. Mesmo com dificuldades, esse modelo de educação profissional foi se consolidando ao longo do tempo, vindo a constituir, mais tarde, a rede de escolas técnicas do Brasil. A partir de 1930, com o início da industrialização no país observou-se uma expressiva expansão dessa modalidade de ensino sendo que a Constituição de 1937 foi a primeira, dentre as constituições do Brasil, a abordar especificamente o ensino profissional, técnico e industrial. (VIEIRA e JUNIOR, 2016).

Foi durante o governo de Vargas, com a reforma Capanema em 1942, que ocorreu a

divisão do ensino regular brasileiro em nível básico e nível superior, no qual o nível médio secundário preparava para ingresso no ensino superior, mas comportava ramos destinados à profissionalização. (FERREIRA, OLIVEIRA, MENDONÇA, 2019). Manfredi (2002) explica que até 1941 a organização da educação profissional no país era bem diversificada, incluindo iniciativas públicas e privadas, e aclara que com a Reforma Capanema o sistema educativo ficou com a seguinte estruturação:

- 1) O ensino primário para crianças de 7 a 12 anos, com duração de quatro ou cinco anos.
- 2) O ensino médio, destinado a jovens de 12 anos ou mais, comportando cinco ramos: o secundário – para formar os quadros dirigentes – e os ramos agrícola (para o setor primário), industrial (para o setor secundário), comercial (para o setor terciário), e normal (para a formação de docentes do ensino primário) – esses quatro ramos eram destinados a formar uma força específica de trabalho (MANFREDI, 2002, p.99).

O que se pode notar é a existência de uma divisão no ensino médio – aquele que prepara para o ensino superior, e aquele de caráter mais técnico, que destina-se à profissionalização. Segundo Amorim (2013, p.32), a partir da década de 1930 “a educação nacional ganha maior organicidade e apresenta expansão de sua oferta” e em conformidade com o processo de industrialização do país, a educação profissional ofertada vai se dirigir para a “formação da força de trabalho” e apresentar “um caráter assistencialista, ou seja, foi concebida dentro de uma perspectiva de atendimento aos “desfavorecidos da fortuna” mediante a sua capacitação e adestramento”. Ainda conforme a autora, a constituição da educação profissional escolar no país se caracteriza como um sistema paralelo, dirigido às camadas populares e destinadas à preparação destas para o mercado de trabalho, e essa, ainda hoje é marca de nossa organização escolar. Examinando historicamente esse fenômeno é possível constatar a ação do Estado no processo de “institucionalização do ensino e na configuração de um sistema dual de educação expresso, respectivamente, através de escolas para o povo *versus* escolas para a elite e na oferta de educação geral *versus* educação para o trabalho”. (AMORIM, 2013, p.36).

Igualmente Carvalho (2003) considera que a educação profissional esteve por muito tempo ligada diretamente às classes mais pobres, dirigida àqueles trabalhadores que ocupavam nas empresas cargos que exigiam baixos níveis de escolaridade ou mesmo não exigiam escolaridade, mas apenas um aperfeiçoamento das atividades que iriam desenvolver. A autora também entende que a educação profissional se ergue como uma modalidade paralela, que não foca na educação geral, mas em uma formação técnica e que

“trata da qualificação especificamente atrelada ao mercado de trabalho.” (CARVALHO, 2003, p.81).

Em se tratando especificamente da educação profissional em saúde, essa foi permitida legalmente no Brasil somente em 1961, com a promulgação da Lei nº 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Porém, no que diz respeito à formação de trabalhadores da saúde, o curso de enfermagem passou a ser de nível superior através dessa mesma lei e somente em 1966 foi criado o curso técnico em enfermagem, o primeiro na área da saúde (CERQUEIRA, 2009).

Vieira e Junior (2016) destacam, em sua pesquisa sobre a Educação Profissional no Brasil, que com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 5.692, aprovada em 1971, o ensino de 2.º grau, hoje ensino médio, tornou-se obrigatoriamente profissionalizante. Na avaliação dos autores, embora profissionalizante não preparava devidamente para o mercado e nem para a educação superior; sendo alterado no ano de 1982 onde a profissionalização no ensino médio passou a ser opcional. A historiografia indica, contudo, que há uma oscilação na organização do ensino médio – ora propedêutico, mais voltado à preparação para o vestibular; ora profissionalizante – mais focado na formação de técnicos para o mercado.

Examinando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em vigor atualmente – a LDB Nº 9394 de 1996 – constata-se a Educação Profissional figura como um sistema paralelo aos demais níveis escolares, visto que é tratada em um capítulo à parte ( Cap. III - Da Educação Profissional e Tecnológica) e que no Art.21 é indicado: “A educação escolar compõe-se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior. (BRASIL, 1996).

Além de a Educação Profissional ser tratada em separado na LDB, não podemos deixar de mencionar a separação entre ensino médio e formação técnica que se dá mediante o Decreto Federal Nº 2.208 de 1997, e que determina em seu artigo 5º, que a formação técnica tivesse “organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL, 1997). Trata-se de uma “desarticulação entre a educação profissional e a média”. (SALES, 2014, p.24). Conforme o Art. 3º deste Decreto:

A educação profissional compreende os seguintes níveis: I – básico: destinado à

qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia; II – técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto; III – tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico (BRASIL, 1997).

ZIBAS (2007) avalia que tal organização curricular afetou negativamente a formação técnica, uma vez que todos os sistemas de ensino de todas as esferas foram obrigados por lei a retirar todas as disciplinas de formação geral do ensino técnico. O intuito da reforma era a flexibilização do ensino técnico, alinhando assim as necessidades das indústrias e adequação do ensino às tendências do mercado de trabalho, bem como suprindo as demandas do capitalismo. A separação do ensino médio e técnico acentuou a dualidade da educação brasileira, legitimando duas linhas de ensino, uma que supostamente conduz a universidade (formação geral) e uma que conduz ao trabalho técnico (formação profissional) (DORE SOARES, 1999).

A dicotomia na oferta do ensino médio é alvo de críticas, notadamente por educadores e pesquisadores da área que defendiam a unidade da escola média, ou seja, uma escola que oferecesse sólida formação geral integrada à formação para o trabalho. Assim, em 2004, o Decreto nº 2.208/97 é revogado pelo Decreto nº 5.154, de 2004 - que permite a integração entre o ensino médio e o ensino técnico. A nova legislação teve o mérito de permitir a educação técnica integrada mas, contraditoriamente, possibilitou a continuidade da oferta de educação profissional concomitante na qual são necessárias matrículas e organizações curriculares distintas para cada curso (técnico e médio). Manteve, também, a oferta de ensino técnico subsequente, direcionada àqueles que já tenham concluído o ensino médio. (SALES, 2014).

É nesse cenário de organização ainda dual do ensino médio, de debates em defesa da integração entre ensino médio e técnico, que a expansão da Educação Profissional se dá, a partir de 2003, no governo do presidente Luíz Inácio Lula da Silva. A partir do governo Lula observamos a ocorrência, no Brasil, de um conjunto de políticas públicas educacionais dirigidas para a expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica no Brasil. Dentre as políticas, projetos e programas que destinam investimentos à educação profissional no país podemos destacar, entre outros: a reorganização e expansão da Rede Federal de Educação Profissional e a criação dos Institutos Federais; o Programa Brasil Profissionalizado; a Rede e-Tec; o Pronatec e o Mediatec.

A reorganização da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil foi processo vultuoso na gestão de Lula. Dados indicavam que “até 2002, a Rede possuía 140 escolas e até o final de 2010 serão 400 unidades de ensino, incluindo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados a partir de 2008”. Apontavam que com a gestão de Lula escolas federais estavam sendo estabelecidas “nas periferias dos grandes centros urbanos, em estados onde não havia escola técnica federal e também nos municípios do interior”. (RODRIGUES, 2009)<sup>27</sup>.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram propostos pelo MEC em 2007 (Decreto Nº 6.095/2007) e criados em dezembro de 2008 pela Lei nº 11.892<sup>28</sup>, quando o Ministério da Educação (MEC) instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, que fica constituída pelas seguintes instituições:

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG; IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e V - Colégio Pedro II. (BRASIL, Art. 1º Lei nº 11.892/2008).

Na verdade a Rede Federal teve início em 1909, com a criação das Escolas de Aprendizés Artífices (Decreto Nº 7566 de 23 de setembro de 1909), e ao longo dos anos sofreu algumas modificações – com a transformação de Escolas de Aprendizés Artífices em Escolas Técnicas e, por sua vez, a transformação de Escolas Técnicas em CEFETs, dentre outras mudanças<sup>29</sup>. Destaque, todavia, para a vultuosa reorganização da Rede com a criação dos Institutos Federais (IF), em 2008.

Os Institutos Federais são instituições que ofertam educação superior, básica e profissional, são estabelecimentos educacionais “pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino”. (BRASIL, Art. 2º Lei nº 11.892/2008). Segundo Amorim (2013) não constituem instituições propriamente novas uma vez que resultam da reorganização da Rede então existente. Inauguram, contudo, um novo modelo de organização da Rede, com a

---

<sup>27</sup> Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/acontece-na-epsjv/historia-da-rede-federal-de-educacao-profissional-e-tema-de-conferencia> Acesso em: 15/07/2021

<sup>28</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm) Acesso em: 25/07/2021

<sup>29</sup> Maiores detalhes ver Amorim (2013). Ver também: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/historico#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20das%20institui%C3%A7%C3%B5es%20federais%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20profissional%2C%20que%20comp%C3%B5em,aos%20Centros%20Federais%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o>



proposta de oferta de educação profissional desde o nível básico até os cursos de pós-graduação. (AMORIM, 2013).

Amorim (2013, p. 15) explica que:

O próprio MEC admite que tais instituições não são propriamente “novas”, pois poderiam ser organizadas a partir da integração de duas ou mais instituições federais de educação profissional de um mesmo estado, ou da transformação de Centros Federais de Educação Tecnológica, de Escolas Técnicas Federais e de Escolas Técnicas vinculadas a Universidades Federais.

A Lei nº 11.892/2008, no Art. 7º detalha os objetivos dos Institutos, entre os quais destacamos: “I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados [...]; II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores [...]; III - realizar pesquisas aplicadas [...] IV - desenvolver atividades de extensão”.

No mesmo Art. 7º explicita igualmente que compete aos IF, ministrar educação superior na forma de:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

A criação dos IF estão no bojo de um processo de expansão e interiorização da EPT no Brasil, e um processo que, conforme o MEC, contou com distintas fases. Em uma primeira fase a prioridade foi a construção de escolas em unidades da federação ainda desprovidas de instituições federais de educação profissional, como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, além da instalação de instituições federais de educação profissional nas periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior.

Na segunda fase do plano de expansão, que se iniciou em 2007, o projeto estabeleceu como meta a criação, em quatro anos, de mais 150 novas instituições federais de educação tecnológica no marco do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. Já na terceira fase, iniciada em 2011, estabeleceu-se um projeto de criação de

208 novas unidades até 2014, permanecendo o propósito de superação das desigualdades regionais e na viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhoria de vida da população. No final do plano de expansão e interiorização das instituições federais de EPT, o projeto representou a construção de um quantitativo maior do que o previsto nas três fases (BRASIL, SETEC/MEC) <sup>30</sup>.

Os trabalhos de Turmena e Azevedo (2021), Gouveia (2016) e Amorim (2013) discutem esse processo de expansão e interiorização da EPT e de criação dos IF. Turmena e Azevedo (2021) consideram que a criação dos IFs foi um grande avanço para a rede federal já que contribuiu com a expansão da rede, com o aumento da oferta de escolas e vagas para a EPT, sendo importante para a educação brasileira.

Gouveia (2016), considera que a criação dos IF constitui política muito importante, apesar do baixo impacto tecnológico destas instituições na realidade cotidiana local onde se instala. A autora reconhece a importância da ampliação da oferta e do acesso à formação técnico-científica pelos sujeitos locais e circunvizinhos, mas critica a predominância de uma lógica da valorização do local em detrimento do global e nacional.

Amorim (2013, p.219), também destaca a importância da criação dos IF indicando que esse processo traz “como maior ganho a expansão da rede federal, com aumento da oferta de escolas e vagas para a EPT, e nisso reside a importância dos institutos para a educação brasileira”. Contudo, Amorim (2013, p.218), assinala que a criação dos IF “constitui uma política que, para além da significativa expansão da educação profissional no Brasil e da sua valorização, tenciona consolidar a EPT como um sistema de ensino paralelo ao ensino secundário e acadêmico”. Nesse sentido a autora considera que a “nova institucionalidade” reforça a dualidade do sistema educacional brasileiro, bem como reforça as diferenciações e as marcas sociais da escola.

Em que pese as críticas à “nova institucionalidade” há consenso entre os pesquisadores que a política de criação dos IF foi de grande importância para ampliação da oferta de educação profissional pública, já que anterior ao governo Lula a Educação Profissional no país estava sobremaneira concentrada em oferta privada e os investimentos públicos nessa modalidade educacional eram extremamente escassos. Para Amorim (2013,

---

<sup>30</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoos/expansao-da-rede-federal> Acesso em: 25/07/2021

p.220), “há um avanço no campo da EPT nos governos Lula e Dilma, que se traduz em investimentos na rede federal e aumento significativo de oportunidades para a formação de jovens por meio da oferta pública de educação profissional”.

Além da reorganização da Rede Federal e da criação dos IF, outra ação de destaque no campo da Educação Profissional na gestão Lula foi o Programa Brasil Profissionalizado. O Programa Brasil Profissionalizado foi criado em 2007 por meio do Decreto Nº 6.302/2007 tendo por objetivo fortalecer o ensino médio integrado à educação profissional nas redes estaduais de ensino. O Programa presta assistência financeira às ações de expansão e fortalecimento das redes estaduais ofertantes do ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica, mediante seleção e aprovação de propostas, formalizadas por meio de acordo, na forma da legislação aplicável (BRASIL/MEC)<sup>31</sup>.

Com o Brasil Profissionalizado, o MEC passou a incentivar os estados e municípios a retomar o ensino profissional. Para isso implantou assistência financeira e técnica (obras, gestão, formação de professores, etc.) para que os estados e municípios dêem em contrapartida novas matrículas de EPT em sua rede de educação pública de forma inteiramente gratuita.

O Decreto nº 6.302/2007, no Parágrafo Único, detalha os objetivos do Programa Brasil Profissionalizado como sendo:

I - expandir o atendimento e melhorar a qualidade da educação brasileira; 128 II - desenvolver e reestruturar o ensino médio, de forma a combinar formação geral, científica e cultural com a formação profissional dos educandos; III - propiciar a articulação entre a escola e os arranjos produtivos locais e regionais; IV - fomentar a expansão da oferta de matrículas no ensino médio integrado à educação profissional, pela rede pública de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive na modalidade à distância; V - contribuir para a construção de novo modelo para o ensino médio fundado na articulação entre formação geral e educação profissional; VI - incentivar o retorno de jovens e adultos ao sistema escolar e proporcionar a elevação da escolaridade, a construção de novos itinerários formativos e a melhoria da qualidade do ensino médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos; VII - fomentar a articulação entre a educação formal e a educação no ambiente de trabalho nas atividades de estágio e aprendizagem, na forma da legislação; e; VIII - fomentar a oferta ordenada de cursos técnicos de nível médio (BRASIL, 2007, p. 01).

---

<sup>31</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/brasil-profissionalizado>. Acesso em: 18/07/2021

Encontramos no trabalho de Colombo<sup>32</sup>, Diretor de Articulação e Projetos Especiais da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica -SETEC/MEC, considerações acerca do Programa Brasil Profissionalizado. O autor ressalta que este Programa se embasa na necessidade de valorizar novas concepções da Educação Profissional no país, sendo uma delas que a educação profissional seja voltada para todos os cidadãos com o propósito de prepará-los para o mundo do trabalho – e não meramente para o mercado. Ainda segundo o autor o Programa se funda no reconhecimento da importância da permanente elevação de escolaridade, e em uma preocupação em incentivar o retorno de jovens e adultos à escola.

A avaliação do autor reforça as declarações do MEC no sentido de o Programa Brasil Profissionalizado se constituir em importante iniciativa para fortalecer o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística por meio da articulação entre formação geral e educação profissional, no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais. (BRASIL, 2017).

Outra iniciativa de destaque para expansão da oferta de Educação Técnica no país foi a criação pelo MEC, em 2011, da Rede e-Tec Brasil (Decreto nº 7.589/2011) em substituição ao Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil). A finalidade declarada pela Rede é a de “desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade da educação à distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País”, ou seja, aumentando a oferta e o acesso à cursos técnicos de nível médio públicos e gratuitos no País com as metas de ampliar o número de vagas e garantir a qualidade dos cursos técnicos oferecidos. (BRASIL/MEC)<sup>33</sup>.

Proclama-se que o Programa e-Tec Brasil, com a modalidade EAD, visa garantir a inserção social de brasileiros que vivem em regiões de difícil acesso, e interiorizar levando a educação técnica também para aqueles onde é restrita a oportunidade de educação. Assim, ao propósito de ampliação de acesso soma-se o da interiorização da oferta. Segundo a SETEC/MEC a Rede e-Tec Brasil constitui uma de suas planejadas iniciativas “para potencializar a interiorização e a democratização da oferta de cursos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”. (BRASIL/MEC)<sup>34</sup>

Observamos que em continuidade às ações de expansão e interiorização da oferta e

---

<sup>32</sup> Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos\\_brasil\\_profissionalizado.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_brasil_profissionalizado.pdf) . Acesso em: 18/07/2021.

<sup>33</sup> Disponível em <http://portal.mec.gov.br/rede-e-tec-brasil> Acesso em: 20/07/2021

<sup>34</sup> *Idem*.

EPT iniciadas no governo Lula (2003- 2010), no governo Dilma (2011- 2016) é lançado o Programa Nacional de Acesso ao Técnico e Emprego- PRONATEC, fundamentado na ideia da ampliação da oferta da formação profissional e aclamado enquanto iniciativa dirigida para a melhoria da qualidade educacional. (OLIVEIRA e MIRANDA, 2017).

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) é apresentado como um dos programas vinculados à Rede e-Tec e ao Programa Brasil Profissionalizado. Instituído em 2011 através da Lei nº 12.513, o Pronatec objetiva “ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira”. (BRASIL, SETEC/MEC)<sup>35</sup>.

Dentre seus propósitos específicos o Programa objetiva promover “a expansão das redes federal e estaduais de EPT; a ampliação da oferta de cursos a distância; a ampliação do acesso gratuito a cursos de EPT em instituições públicas e privadas; a ampliação das oportunidades de capacitação para trabalhadores”. (*Idem*).

Para cumprir tais propósitos o Pronatec encontra-se articulado com uma nova iniciativa: a Bolsa Formação. Através da Bolsa Formação, a Setec/MEC apóia as instituições que ofertam cursos de EPT, custeando a abertura de vagas. Nesse processo são transferidos recursos para essas instituições e estes abarcam “todas as despesas de custeio das vagas, como mensalidades, materiais didáticos e encargos educacionais, podendo incluir o fornecimento de alimentação e transporte aos estudantes”. (BRASIL, SETEC/MEC)<sup>36</sup>

A Bolsa Formação, por sua vez, encontra-se vinculada a outras ações já existentes, a saber: o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Programa Brasil Profissionalizado e a Rede e-Tec Brasil - que abordamos anteriormente, além do Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem. Nesse bojo, novas ações também foram lançadas: o Mediotec e o Pronatec Oferta Voluntária.

---

<sup>35</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec> Acesso em: 20/07/2021

<sup>36</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/bolsa-formacao> Acesso em: 20/07/2021

O MedioTec pode ser entendido como “um braço do Pronatec”<sup>37</sup>. É executado em parceria com a Rede Federal de EPT, com as Redes Públicas Estaduais de ensino, bem como com instituições privadas de ensino técnico de nível médio. Dirige-se para a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio na forma concomitante, para que os alunos do ensino médio público possam cursar ao mesmo tempo o curso técnico. Entre seus objetivos, destaca-se a finalidade de garantir que o estudante do ensino médio, após concluir essa etapa de ensino, esteja apto a se inserir no mercado de trabalho. As vagas são definidas a partir de “mapeamento das demandas do mundo do trabalho e renda, inclusive considerando as prospecções de crescimento econômico e social das regiões do país”. (BRASIL, SETEC/MEC)<sup>38</sup>.

Já o Pronatec Oferta Voluntária envolve instituições privadas de EPT que se propõem a oferecer cursos de forma voluntária, sem receber recursos do MEC. Trata-se de uma proposição do MEC para ampliar o oferecimento gratuito de EPT. Por meio desse Programa são oferecidos cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional de trabalhadores, bem como cursos técnicos na forma subsequente para quem já concluiu o ensino médio.<sup>39</sup>

Apesar da relevância de iniciativas para ampliar a oferta de EPT no país, pesquisas que tratam do Pronatec têm apontado várias críticas ao Programa, incluindo críticas ao MedioTec. Para Silva, Moura e Souza (2018), o Pronatec tem um projeto bem definido de contribuição para reprodução do sistema capitalista em que a concepção de educação é centrada na formação exclusivamente técnica em detrimento de uma formação ampla dos sujeitos. Os autores ressaltam que o Pronatec está mais direcionado a beneficiar as empresas privadas e que as parcerias público-privadas que caracterizam o Programa caminham no sentido da privatização da educação. Em direção similar Mendes *et al.* (2019), assinala que o MedioTec se dirige para promoção do acesso à educação profissional como garantia não apenas do aumento da empregabilidade, mas de uma produtividade que se alinha com a promoção de crescimento econômico.

Medeiros (2020), por sua vez, destaca a importância do programa Pronatec apesar dos problemas evidenciados, como seu viés privatizante:

---

<sup>37</sup> Ver:

<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/mediotec#:~:text=O%20MedioTec%20surge%20como%20um%20integral%20com%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20t%C3%A9cnica>.

<sup>38</sup>Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/mediotec> Acesso em: 22/07/2021

<sup>39</sup>Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/oferta-voluntaria> Acesso em: 22/07/2021

Evidenciamos o Programa Pronatec como importante política educacional, despertando críticas por seu viés fortemente privatizante detectado através das suas parcerias com empresas privadas, o que incentivaria a competitividade e a mercantilização entre os parceiros. Por outro lado, essa mesma parceria fez com que o Pronatec expandisse a Rede Federal de Educação Profissional, possibilitando o aumento do acesso à formação e qualificação profissional através de iniciativas já existentes e da criação de novas ações. Uma dessas novas ações foi o MedioTec, que nasceu do casamento da educação profissional e à distância. Foi dessa forma que o Programa conseguiu e ainda consegue atender uma gama maior de alunos. Sendo uma ação voltada a jovens estudantes do ensino médio de escolas públicas, muitas vezes localizadas em regiões distantes, o MedioTec surgiu como uma saída para a falta de oportunidades dessa população desfavorecida e por isso pode considerada uma política de inclusão social (MEDEIROS, 2020, p. 95-96).

As análises permitem depreender que políticas de expansão e interiorização da oferta de EPT no Brasil empreendidas a partir de 2003, no governo Lula, e que se estendem no governo Dilma, apesar de apresentarem em alguma medida esse viés privatizante, foram promotoras de maior oferta de educação profissional pública no país, bem como se alinham com a promoção de maior inclusão social. Esse é um traço que caracteriza, também, o processo de expansão e interiorização da oferta de Educação superior no Brasil na última década, que abordamos a seguir.

## **1.2. Expansão e interiorização da oferta de educação superior no Brasil na última década**

A partir do ano 2003, no governo Lula, o Brasil vai registrar uma expansão da oferta de Educação Superior que já começara desde os anos de 1990 no então governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Segundo Araújo (2014), no governo de FHC o país conta com políticas de expansão do ensino superior dirigidas para uma nova modelagem da universidade brasileira, consubstanciadas inclusive na Lei de Diretrizes e Bases LDB 9.394/96 que favorece a flexibilização do ensino, a criação de cursos sequenciais e a Educação à distância (EaD).

A autora ressalta que essa expansão no governo FHC se deu de forma deliberadamente neoliberalista, apresentando uma maior inclinação para o ramo privado, favorecendo assim o empresariado da educação privada, tornando a Educação Superior uma mercadoria lucrativa. Araújo (2014, p.74) assevera que “se por um lado a LDB 9.394/96 favoreceu a expansão do ensino superior a partir da segunda metade da década de 1990, por outro, a expansão se deu sob um aspecto deliberadamente privado, que transformou e

provocou inúmeras tensões no campo universitário”.

Ainda segundo Araújo (2014), a expansão privada continuou na década seguinte, no Governo Lula, a partir de políticas de isenções fiscais e subsídios.

Ao findar seu segundo mandato em 2010, já havia no país 2.100 IES privadas. Em relação às públicas, observa-se que houve também um crescimento, porém em proporções mais modestas. Enquanto em 2006 o número de IES privadas cresceu 65,5% em relação a 2001, o número das IES públicas cresceu cerca de 35% no mesmo período. Se comparados os números de 2001 a 2010, observa-se que as IES públicas dobraram em número no período, chegando a um crescimento de 51,9%. Já as IES privadas, cresceram 73,8% no período analisado (ARAÚJO, 2014, p.).

No entanto, no governo do presidente Lula, também observa-se a criação de políticas que favoreceram a expansão da universidade pública, então previstos no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Criado em 2007, o plano contemplava em seus propósitos para a Educação Superior o de promover a interiorização das universidades federais e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) ampliando o acesso ao ensino superior público (ARAÚJO, 2014).

Nesse bojo foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)<sup>40</sup> pelo decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior. (BRASIL, 2007). Araújo (2014, p.104), considera que a partir do programa REUNI, no governo do presidente Lula, houve um processo de considerável expansão do Ensino Superior público no país e ressalta que,

o programa favoreceu a expansão e interiorização de universidades, inclusive dos Institutos de Educação Tecnológica (IFs), permitindo a profissionalização de jovens e a continuidade dos estudos até a especialização *stricto sensu*. Porém, o programa já recebe ressalvas de alguns estudiosos da educação superior por apresentar características próximas às do modelo de reforma educacional europeu.

A autora ressalta que essa similaridade com o modelo de reforma educacional da Europa, o chamado Modelo de Bolonha, é prejudicial para a educação brasileira. Em trabalho realizado em parceria com outras autoras (Araújo, Silva e Durães, 2018) resta explicitado que trata-se de reforma baseada no modelo de competências, que tem por

---

<sup>40</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 07 de Fevereiro de 2022.



objetivo facilitar o acesso aos níveis de ensino provendo a aquisição de habilidades específicas demandadas pelo mercado de trabalho capitalista. Explicam que esse modelo “supervaloriza a preparação para o mercado de trabalho em detrimento da formação para o mundo do trabalho, no seu sentido ontológico”. Destacam que, se por um lado esse modelo melhora as estatísticas de escolaridade, por outro, contribui com a crescente mercantilização e precarização do ensino superior. (ARAÚJO, SILVA E DURÃES, 2018, p.15).

Análises semelhantes são encontradas no estudo de Ribeiro e Medeiros (2020), que se apóia em dados extraídos do Censo da Educação Superior, disponibilizados pelo INEP/MEC referentes aos períodos de 1997 a 2017, no qual verificou que após a reorganização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, instituindo os IF e com a criação do REUNI, é que se começou a observar a expansão da oferta da modalidade do ensino público no país, observado através do crescimento de matrículas que comprovam a efetividade dessa ampliação, em que se observa o crescimento de 198,76% no número de cursos, e o crescimento de matrículas neste período que foi de 232,86%, saindo de 54.733 em 2009 para 182.185 em 2017. Já no intervalo de 2003 a 2008, a taxa de crescimento de cursos ficou em 41,61%, e a de matrículas, em 21,10%. Os autores enfatizam ainda que essa expansão só foi possível mediante o financiamento do Estado.

Nessa direção Costa (2017) avalia que a criação dos IF, que também oferecem ensino superior, permitiu que a Educação Superior fosse levada para cidades menores e se expandisse para além dos grandes centros urbanos. Segundo Costa (2017) a interiorização da educação superior pública e gratuita em alguns lugares do país, principalmente com a criação dos Institutos Federais (IF), ainda hoje, representa a única possibilidade de cidadãos e trabalhadores poderem cursar uma graduação.

Santos (2018) lembra que o aumento da oferta de Educação Superior pelo segmento público foi tema de discussão nas Conferências Nacionais de Educação de 2010 e 2014 assim como no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014 pelo Congresso brasileiro e sancionado pela Presidenta Dilma Rousseff, sob a Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Uma das metas foi o aumento no número de matrículas na Educação Superior no Brasil para 50% até 2024 definida pela meta 12 do PNE sendo que, pelo menos, 40% das novas matrículas deve ser no segmento público, propósito que evidencia a necessidade de compromisso por parte do Estado brasileiro. (SANTOS, 2018).

Para Araújo (2014) outro marco tanto no governo Lula, quanto no governo Dilma que levou à uma expansão do Ensino Superior no país foi a modalidade à distância. A EaD ganhou notório espaço nas políticas educacionais, a partir de 2005, e chegou às regiões mais remotas do país proporcionando uma alternativa de acesso ao ensino superior, principalmente no grau tecnológico, a uma grande parcela da população. Porém, a autora questiona o caráter privatizante dessa expansão. Para Araújo a política de expansão do ensino superior empreendida favoreceu a proliferação de IES particulares em todo o território nacional, nas modalidades presenciais e a distância (EaD), com objetivos mercantilistas e de atendimento às demandas do mercado capitalista.

Resultados similares também são encontrados no trabalho de Santos (2018), que conclui que os processos de expansão da Educação Superior a distância indicam que o desenvolvimento da EaD no Brasil vem atendendo às prerrogativas do mercado capitalista educacional, sem garantia de padrão de qualidade, atendendo muito mais aos processos de ampliação da certificação e de aumento dos índices estatísticos relacionados à aceleração da formação do que mesmo uma educação emancipatória de qualidade. A autora ainda indica que essa expansão está mais relacionada às metas do Banco Mundial do que mesmo uma “educação para além do capital” como defendida por Mészáros (2008).<sup>41</sup>

Assim como Santos (2018) e Araújo (2014), Guimarães *et al* (2020) acreditam que o processo de expansão e interiorização da educação superior no Brasil continua sendo marcado pelo caráter privatista de feição mercantil do ensino EaD.

Infere-se que o ensino superior brasileiro, a partir da década de 1990 seguiu a linha privatista ampliando seu acesso sem, entretanto, garantir a democratização que foi uma bandeira levantada pelos jovens da década de 1960. A expansão privada continuou nos anos 2000, apesar das políticas assinaladas como de cunho social criadas no governo do presidente Lula para ampliar o acesso (ARAÚJO, 2014). Araújo (2014) ainda destaca que não se pode afirmar que houve uma ruptura dessas políticas neoliberais no Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Ao contrário, pode-se observar a continuidade do modelo de expansão das IES privadas no seu governo. Entretanto, o governo Lula preocupou-se em democratizar o acesso ao ensino superior à população que não tinha condições de cursar uma faculdade, promoveu diversas políticas públicas voltadas à

---

<sup>41</sup> Ver: MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*/ István Mészáros: tradução Isa Tavares]. -2.ed. - São Paulo: Boitempo, 2008.

ampliação do acesso ao ensino superior, em especial para a população de baixa renda.

Foi nesse sentido que foi criado o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que viabiliza a concessão de bolsas de estudos para alunos carentes oriundos de escola pública. Entretanto, a autora pondera que essa política de promoção ao acesso inclusivo pelo PROUNI seria louvável, se não fosse o modelo de financiamento adotado. Se por um lado o acesso foi ampliado e favorecido pelos programas de financiamento do governo como o PROUNI e o FIES, por outro, recursos públicos foram destinados à iniciativa privada, impactando a universidade pública que teve que se moldar a uma estrutura empresarial e produtivista em detrimento de sua função social. (ARAÚJO, 2014).

A análise empreendida por Saviani (2010) quanto à expansão do Ensino Superior no Brasil corrobora as declarações de Araújo (2014). Para o autor resta evidenciado que ao longo do governo Lula, se por um lado houve a retomada de investimentos nas universidades federais promovendo a expansão de vagas, a criação de novas instituições e a abertura de novos campi no âmbito do Programa “REUNI”, por outro lado deu-se continuidade ao estímulo à iniciativa privada que acelerou o processo de expansão de vagas e de instituições recebendo alento adicional com o Programa “Universidade para todos”, o PROUNI.

Mendes (2017) apresenta diversas críticas ao PROUNI. Uma delas é fundamentada na alegação de que a transferência de recursos para o ensino privado, promovida pelo PROUNI, ocorre em detrimento da expansão da rede pública, além de ser uma política assistencialista que promove o acesso, mas não a permanência no ensino superior. Critica ainda que muitas vezes o acesso se dá em instituições de ensino de qualidade questionável, havendo alta evasão dos beneficiários do programa. Ressalta que o Programa se funda na premissa de que é mais barato universalizar o acesso ao ensino superior pela concessão de incentivos fiscais às instituições privadas, já que para ampliar na mesma proporção o número de vagas no ensino superior público, o Estado necessitaria investir valores muito maiores que os que deixaram de arrecadar pelos incentivos fiscais concedidos.

Apesar das críticas às políticas de promoção do acesso ao ensino superior, como é o caso dos financiamentos e incentivo às IES privadas, Costa (2017) e Araújo (2014) defendem que essas políticas têm proporcionado a qualificação de jovens que se encontram nas regiões mais distantes dos grandes centros. Um desses exemplos citados por Araújo (2014) é o caso da cidade de Montes Claros, no Norte de Minas Gerais, que conta com

diversas Universidades públicas e privadas. Apesar do município ter registrado um atraso histórico em relação ao restante do Estado, no que se refere ampliação do acesso ao ensino superior, nota-se que a cidade acabou alcançando um crescimento do número de IES e ampliação das ofertas e matrículas na educação superior na última década. Entretanto, a autora destaca que essa expansão aponta para uma “lógica de reprodução do capital” e de adequação da mão de obra às necessidades de um mercado cada vez mais exigente por trabalhadores mais especializados.

Também Barros (2015) considera que iniciativas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o aumento da oferta de cursos superiores a distância e as políticas de cotas vêm exercendo papel importante, apesar de limitado na redistribuição de oportunidades.

Os estudos aqui examinados corroboram que o Brasil registrou uma expansão e interiorização da oferta de EPT e de educação superior nos governos do presidente Lula e da presidenta Dilma. Esses processos de expansão e interiorização resultam em ampliação de oportunidades de maior escolarização para as camadas populares. Examinar esse fenômeno com atenção à trajetórias de estudantes que passam pelo CEPT Unimontes constitui um caminho para contribuir com o debate acerca da organização da educação profissional e superior no país e, de modo particular, nesse centro de formação que é o CEPT e que descrevemos em mais detalhes a seguir.

### **1.3. História e organização do CEPT em Montes Claros**

Montes Claros, cidade situada no Norte de Minas Gerais, com uma população total de 413.487 habitantes segundo Censo de 2020 do IBGE<sup>42</sup>, conta atualmente com “17 instituições” de ensino que ofertam educação profissional – conforme dados obtidos a partir do Catálogo de escolas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). O Catálogo reúne informações diversas da oferta educacional de escolas do Brasil. Os dados contam com atualização anual a partir do Censo Escolar. Lançado em 2019, o catálogo objetiva, entre outros, “facilitar o acesso a informações para pesquisadores, gestores educacionais das redes pública e privada, organizações da

---

<sup>42</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/montes-claros.html> Acesso em 05/12/2021.

sociedade civil e imprensa”.<sup>43</sup>

Esse número total de 17 instituições de educação profissional foi obtido em janeiro de 2022 através de consulta realizada no INEP DATA<sup>44</sup> com os seguintes filtros: 1) Município: Montes Claros; 2) Situação Funcionamento: Ativa; 3) Categoria administrativa: Todas; 4) Etapa e Modalidade de Ensino: Educação Profissional. O Quadro 1, a seguir, permite visualizar o conjunto de instituições de educação profissional da cidade.

---

<sup>43</sup> Maiores detalhes ver: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/catalogo-de-escolas>

<sup>44</sup>[https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?dashboard&NQUser=inepdata&NQPassword=Inep2014&PortalPath=%2Fshared%2FCenso%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%2F\\_portal%2FCat%C3%A1logo%20de%20Escolas](https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?dashboard&NQUser=inepdata&NQPassword=Inep2014&PortalPath=%2Fshared%2FCenso%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%2F_portal%2FCat%C3%A1logo%20de%20Escolas)

## QUADRO 1- Escolas de Educação Profissional Ativas na cidade de Montes Claros-MG

Fonte: INEP/MEC – Catálogo de Escolas. Janeiro de 2022.

| Escola  | Dependência Administrativa | Porte da Escola                              | Etapas e Modalidade de Ensino Oferecidas  |
|---|----------------------------|--|---|
| IFNMG - CENTRO DE REFERENCIA EM EDUCACAO A DISTANCIA                                  | Federal                    | Entre 51 e 200 matrículas de escolarização   | Educação Profissional   |
| EE PROFESSORA DULCE SARMENTO  | Estadual                   | Entre 501 e 1000 matrículas de escolarização | Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação de Jovens Adultos |
| C EDUC TECNOLOGICA MONTES CLAROS  | Privada                    | Até 50 matrículas de escolarização           | Educação Profissional   |
| EE LEVI DURAES PERES  | Estadual                   | Mais de 1000 matrículas de escolarização     | Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação de Jovens Adultos |
| CENTRO EDUCACIONAL IMPAR  | Privada                    | Entre 501 e 1000 matrículas de escolarização | Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional                             |
| ESCOLA TECNICA DE SAUDE DO CENTRO DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA DA UNIMONTES | Estadual                   | Entre 501 e 1000 matrículas de escolarização | Educação Profissional   |
| SENAC - UNIDADE DE ENSINO TECNICO DO CEP DE MONTES CLAROS                             | Privada                    | Entre 201 e 500 matrículas de escolarização  | Educação Profissional   |
| SENAI MONTES CLAROS CFP LUIZ DE PAULA   | Privada                    | Entre 201 e 500 matrículas de escolarização  | Educação Profissional   |
| C ESC FORM ESP EM RADIOLOGIA  | Privada                    | Entre 51 e 200 matrículas de escolarização   | Educação Profissional   |
| ESCOLA DE EDUCACAO PROFISSIONAL IBITURUNA – EEPI                                      | Privada                    | Entre 201 e 500 matrículas de escolarização  | Educação Profissional   |
| EXCELENCIA TECNICOS   | Privada                    | Entre 201 e 500 matrículas de escolarização  | Ensino Médio, Educação Profissional   |
| IESC INSTITUTO EDUCACIONAL SANTA CRUZ   | Privada                    | Até 50 matrículas de escolarização           | Educação Profissional   |
| IFNMG - CAMPUS MONTES CLAROS  | Federal                    | Entre 501 e 1000 matrículas de escolarização | Ensino Médio, Educação Profissional   |
| EE DE ENSINO MEDIO  | Estadual                   | Até 50 matrículas de escolarização           | Ensino Médio, Educação Profissional   |
| INSTITUTO QUALIFICAR  | Privada                    | Entre 51 e 200 matrículas de escolarização   | Educação Profissional   |
| EXCELENCIA TECNICOS - UNIDADE II  | Privada                    | Entre 51 e 200 matrículas de escolarização   | Educação Profissional   |
| INSTITUTO MONTESCLARENSE DE EDUCACAO E DESENVOLVIMENTO                                | Privada                    | Até 50 matrículas de escolarização           | Educação Profissional   |

Das 17 instituições presentes no Quadro 1, apenas 05 são públicas e 11 privadas. Dentre as 05 instituições públicas nota-se que: o IFNMG é computado duas vezes – sendo

um o *campus* presencial, e outro o Centro de EaD; 02 são Escolas da Rede Estadual que ofertam educação Profissional; e uma é o CEPT.

Também levantamos o número de escolas de educação profissional na cidade de Montes Claros no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC/MEC. Criado em 2009 pelo MEC o propósito do SISTEC é “servir como mecanismo de registro e divulgação dos dados da educação profissional e tecnológica e de validação de diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio”<sup>45</sup>. Contudo no SISTEC localizamos um número maior de instituições que ofertam Educação Profissional<sup>46</sup>, a saber 61 instituições – destas 41 tem a relação dos cursos que ofertam, e 20 constam como “Sem curso técnico informado”, sugerindo que estejam inativas. De todo modo, a diferença entre a lista do SISTEC e a do Catálogo de Cursos é significativa – são 24 escolas a mais e a maior parte delas são instituições públicas que ofertam cursos técnicos. Ao que parece a lista do SISTEC encontra-se mais completa, mas o *site* não indica detalhes como “data do cadastro”, início do funcionamento da instituição, para termos mais precisão no levantamento<sup>47</sup>. Fato é que a Educação Profissional, enquanto sistema paralelo inclusive (conforme mencionamos na revisão teórica), ainda carece de pesquisas e estatísticas que permitam maior sistematização e compreensão de sua organização. E essa é uma questão evidente quando tratamos de analisar, em específico, a história e organização do CEPT.

Para compreender a história e organização do CEPT em Montes Claros realizamos uma busca na base de dados do Google sobre o CEPT da Unimontes. A pesquisa com as palavras-chave “CEPT; Unimontes” não nos permitiu localizar estudos sobre esse tema. Foi no *site* do CEPT e na estação de Pesquisa<sup>48</sup> do próprio Centro (localizada em seu *site*) que encontramos trabalhos sobre o Centro e que tivemos algum aporte para compreender o funcionamento da instituição e situar sua história. Vale ressaltar que na própria página de Estação de Pesquisa há poucos estudos sobre o CEPT Montes Claros.

Também realizamos busca com os descritores “Dissertações, CEPT, Unimontes” na base de dados da Unimontes e não foram encontradas Dissertações sobre o CEPT/

---

<sup>45</sup> <http://portal.mec.gov.br/sistec-inicial/>

<sup>46</sup> <https://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino/>

<sup>47</sup> O levantamento consta nos anexos dessa dissertação.

<sup>48</sup> Disponível em:

[https://www.cept.unimontes.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=49&Itemid=274](https://www.cept.unimontes.br/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=274) Acesso em 07/09/2021.

Unimontes. Já na base de dados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), onde também pesquisamos, foram encontrados apenas estudos sobre Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e nenhum destes tratando especificamente do CEPT e sua organização. Todavia, os poucos trabalhos que localizamos nos ajudam a tratar da história desse importante estabelecimento de Educação Profissional. Tratamos dessa história na sequência e, posteriormente, a partir de dados obtidos no *site* do Centro, abordamos sua estrutura organizacional atual.

### 1.3.1. Um pouco da História do CEPT Unimontes

O surgimento do Centro de Educação Profissional e Tecnológico (CEPT) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) se deu no início de 1991, quando foi criado inicialmente o Centro de Ensino Médio e Fundamental (CEMF) como órgão suplementar da Unimontes. O CEMF foi criado com o objetivo de oferecer Educação Profissional de nível básico e de nível técnico em diversas áreas em Montes Claros e nos municípios da região de abrangência da Universidade. Após a reestruturação organizacional da Unimontes, ocorrida em 2011, o Centro de Ensino Médio e Fundamental foi transformado em Centro de Educação Profissional e Tecnológico<sup>49</sup>.

Mas as raízes do CEPT vem da constituição daquela que é hoje sua grande *expertise* – a formação de técnicos em saúde. Assim, melhor dizendo, o que chamamos hoje resumidamente de ETS-CEPT, guarda, na verdade, a essência de uma história de surgimento da Escola Técnica de Saúde (ETS) do CEPT. E por que? Porque antes de ser CEPT ou CEMF, tudo começa com um Grupo de Trabalho que realiza um amplo e importante estudo na região norte-mineira no início dos anos de 1990 e constata a necessidade de investimentos na formação de profissionais da saúde.

Nesse sentido o cuidadoso estudo coordenado por Silva e Cerqueira (2007) é elucidativo. Esse estudo, intitulado “A Escola Técnica de Saúde da UNIMONTES: um resgate histórico” traz significativa contribuição para compreensão da história do CEPT. A investigação revela que os principais fatores que contribuíram para a criação de uma Escola Técnica de Saúde no âmbito da Unimontes, no início da década de 1990, foram as demandas advindas de um novo sistema de saúde que emerge com o SUS e a carência no

---

<sup>49</sup> Disponível em:

[https://www.cept.unimontes.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=43&Itemid=249](https://www.cept.unimontes.br/index.php?option=com_content&view=article&id=43&Itemid=249). Acesso em: 10 de Janeiro 2022.



tocante à qualificação profissional de trabalhadores da área da saúde na região. As autoras explicam que:

Demandas crescentes no campo da saúde se tornaram princípios do SUS na Constituição de 1988, a descentralização e regionalização das práticas de saúde, por exemplo, acrescenta-se como consequência, a necessidade dos gestores responderem pela melhoria dos serviços prestados à comunidade, trazendo à tona o problema da formação de recursos humanos para a saúde (SILVA E CERQUEIRA, 2007, p.52).

Elas elucidam que na Unimontes foi instituído um Grupo de Trabalho multidisciplinar para “conhecer a realidade da área da saúde no Norte de Minas Gerais, referente à força de trabalho de nível médio e elementar”. Constituído por profissionais de diversas áreas (enfermagem, medicina, pedagogia, sanitarista sociologia), o Grupo realizou um abrangente “levantamento da região, nos seus aspectos socioeconômicos, educacionais e sanitários”. Realizou, igualmente uma pesquisa em 1990/1991 “sobre os profissionais de nível médio e elementar da área da saúde inserida nos serviços de saúde, públicos e privados, ambulatoriais e hospitalares existentes na região” e os resultados da pesquisa feita indicaram um déficit na qualificação desses profissionais. (SILVA E CERQUEIRA, 2007, p.52).

Ainda segundo Silva e Cerqueira (2007, p.53):

Após estudo dos resultados da pesquisa, concluiu-se que a estratégia mais adequada para solucionar o problema identificado seria a criação de uma escola específica para a área da saúde. Essa alternativa resolveria não apenas o problema dos trabalhadores da área da enfermagem, como também buscaria resolver o problema da formação de trabalhadores da área da saúde, em geral, de nível técnico e auxiliar inseridos nos serviços de saúde da região.

As autoras ressaltam a fala de um entrevistado que aclara que a ETS “teve seu primeiro curso aprovado, antes da sua institucionalização ser autorizada” e que o primeiro curso autorizado, em 1992, foi o de Auxiliar de Enfermagem, sendo que a autorização de funcionamento da Escola se deu apenas em 1993. O entrevistado assinala, igualmente, que o Conselho Estadual de Educação considerou a proposta pedagógica da escola inovadora para a época e que “A Escola não fazia parte da estrutura da Universidade, depois é que quando fizeram a reforma universitária criaram o [...] Centro de Ensino Médio e Fundamental, pra abrigar a Escola, [...] então a Escola começou a funcionar”. (SILVA e CERQUEIRA, 2007, p.70-71).

Nota-se, portanto, que a ETS está na raiz do CEMF e do CEPT. E obviamente que nota-se a importância histórica dessa instituição para a qualificação de profissionais, notadamente na área de saúde. Silva e Cerqueira (2007) destacam a importância do CEPT para a formação de profissionais de saúde na região. Lembram que juntamente com o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área da Enfermagem (PROFAE), que foi uma estratégia proposta em 2000 pelo Ministério da Saúde como uma dentre as diversas ações que estavam ocorrendo no país para a formação de trabalhadores para a saúde com o objetivo de melhorar a qualidade da assistência prestada pelos trabalhadores de enfermagem nas unidades do Sistema Único de Saúde, verificou-se grande relevância para a melhoria da qualidade do serviço de saúde prestado e para ampliação da oferta pública de qualificação de trabalhadores.

Estudo assinado por Cerqueira (2007) e que tem como título “O Egresso da Escola Técnica de Saúde da UNIMONTES: conhecendo sua realidade no mundo do trabalho” também reforça a relevância do ensino técnico ofertado pela escola técnica de saúde do CEPT/ Unimontes. A autora assevera que a criação do CEPT, que se deu inicialmente na região Norte do Estado de Minas Gerais e, posteriormente, se expandiu com a abertura de pólos descentralizados nas regiões Nordeste, Noroeste, Centro-Oeste, Central e Vales do Jequitinhonha e Mucuri, proporcionou, além da capacitação de trabalhadores inseridos no serviço, a inserção e a permanência de profissionais no mercado de trabalho, significando ascensão social e cidadania (CERQUEIRA, 2007).

Em outro trabalho, que também trata de egressos da Escola Técnica de Saúde da Unimontes, Cerqueira *at al* (2009), partindo da avaliação feita por ex-alunos discute a inserção profissional e a contribuição oferecida pelo CEPT à formação desses sujeitos. Os resultados revelam a função social dos cursos técnicos ofertados, sua importância para a qualificação e inserção profissional dos sujeitos. Para Cerqueira *at al* (2009, p. 322), alguns egressos não teriam outra oportunidade de qualificação, considerando suas dificuldades “de acesso físico, de ordem temporal e financeira” e o acesso aos cursos contribui para maior inclusão social destes sujeitos. Os dados revelam também o desejo de continuar os estudos, de fazer um curso de graduação, que é relatado pela maioria dos egressos. Nesse sentido, reitera-se a importância da criação da ETS- CEPT/Unimontes já que os dados coletados junto a ex-alunos reforçam o quão pertinente se mostra a criação de “uma escola específica para o setor de saúde, de caráter permanente, reconhecida pelo sistema

educacional e ligada ao Sistema Único de Saúde (SUS)”, como é o caso da ETS-CEPT. (CERQUEIRA *et al.*, 2009, p.306).

Resultados semelhantes também foram encontrados no estudo de Crispim *et al* (2011). No trabalho cujo título é “Formação de recursos humanos em Gestão de Serviços de Saúde – uma análise dos serviços pós-cursos ministrados pela Escola Técnica de Saúde do CEPT/Unimontes”, os autores defendem que a oferta de cursos pelo CEPT é de grande importância não apenas para qualificação dos trabalhadores, mas para a melhoria do Sistema Único de Saúde (SUS). Na aceção dos autores os trabalhadores da área de saúde são imprescindíveis para o fortalecimento e a melhoria do SUS e a educação profissional deve propiciar uma formação crítica e transformadora da realidade. Os dados do estudo revelam que a melhoria dos serviços que os egressos realizam foi percebida e avaliada positivamente pelos gestores, sendo que a maioria dos egressos (98,6%) reconhece, igualmente, a melhoria da qualidade no trabalho, após a realização dos cursos. (CRISPIM *ET AL*, 2011, p.66).

Resta evidente, nesse breve histórico, o quão relevante e necessário tem sido o CEPT e sua atuação na oferta de educação profissional em Montes Claros e região. A formação profissional, como demonstrado, tem impactado a vida de seus egressos e contribuído para a transformação da realidade. O CEPT se apresenta hoje “como a maior escola de educação profissional na área de saúde da região, com mais de 11 mil alunos formados”. O Centro oferta “tradicionalmente cursos de Técnico em Enfermagem, Saúde Bucal e Vigilância Sanitária, até os cursos mais contemporâneos como de Técnico em Análises Clínicas, Citologia e Gestão em Serviços de Saúde”<sup>50</sup>. Mas sua estrutura atual, além de comportar cursos em outras áreas afora a saúde, abarca Programas como o Pronatec e MedioTec. Na sequência trataremos de aspectos da organização presente do CEPT.

### **1.3.2. O CEPT hoje: Estrutura organizacional, Cursos e Programas em oferta**

No atual contexto o CEPT conta, em sua estrutura organizacional, com uma Diretoria, que dispõe de Assessoria. Conta ainda com Coordenação Pedagógica, setor de Tecnologia da Informação, Biblioteca e uma Estação de Pesquisa. Além de Secretaria

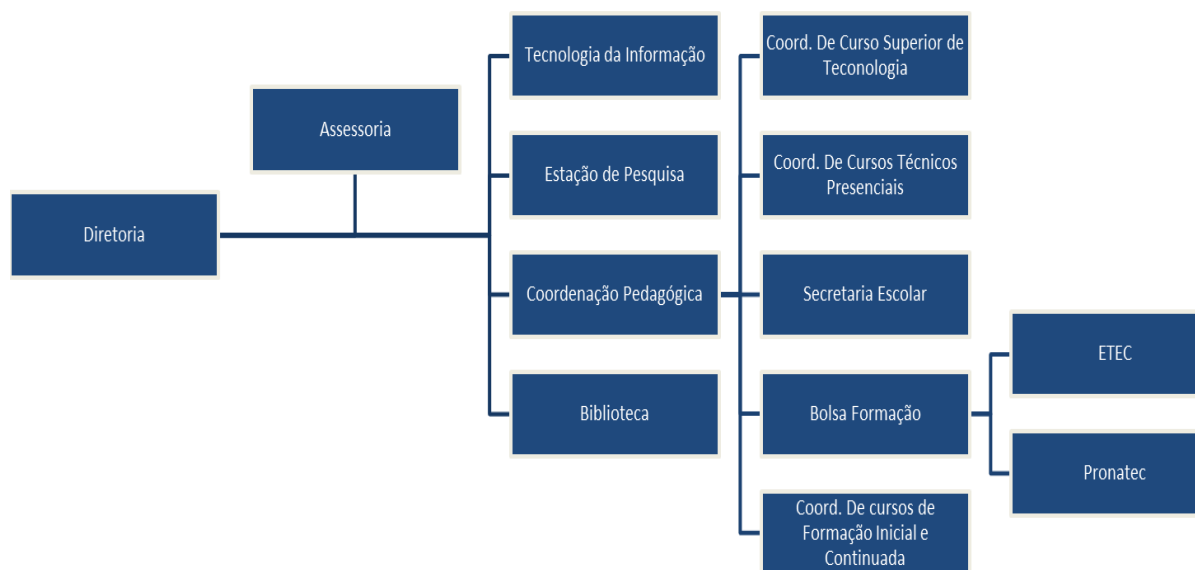
---

<sup>50</sup> Disponível em:

[https://www.cept.unimontes.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=44&Itemid=250](https://www.cept.unimontes.br/index.php?option=com_content&view=article&id=44&Itemid=250) Acesso em: 12/01/2022.

Escolar, o Centro dispõe de mais três coordenações específicas: 1) De cursos técnicos; 2) de cursos tecnológicos; 3) de FIC. Há um setor que trata de Bolsa Formação, e que está vinculado a outras divisões – a que cuida do Pronatec e a que trata do ETec. Na figura 1, adiante, é possível visualizar essa estruturação do Centro.

**Figura 1- Estrutura organizacional CEPT**



**Fonte:** [https://www.cept.unimontes.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=45&Itemid=251](https://www.cept.unimontes.br/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=251)

Importante aclarar que a Estação de pesquisa que o CEPT abriga constitui espaço que objetiva contribuir para o fortalecimento do SUS, fornecendo “dados e informações sobre a área de educação profissional técnica de nível médio e mercado de trabalho, que possam subsidiar as ações de formulação/expansão da educação profissional e elaboração de políticas públicas”. A Estação tem como parceiros a Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde do Brasil (Rede ObservaRH), a Organização Pan-Americana da Saúde, O Governo Federal e o Ministério da Saúde.<sup>51</sup>

Em relação aos Cursos, o CEPT oferta diversos cursos de formação inicial continuada (FIC) que são de curta duração, bem como oferta formação no Ensino Técnico – ambos tanto na modalidade presencial como à distância (EAD). Embora em sua estrutura

<sup>51</sup> Ver: [https://www.cept.unimontes.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=49&Itemid=274](https://www.cept.unimontes.br/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=274)

organizacional conte com uma Coordenação de cursos tecnológicos, no *site* do Centro não há menção alguma a oferta desses cursos. No *site* da instituição encontramos diversos cursos, tanto técnicos quanto FIC, oferecidos no ano vigente (2021), dentre eles: Técnico em Apicultura, Técnico em Biotecnologia, Técnico em Comércio, Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, Técnico em Enfermagem, Técnico em Geoprocessamento, Técnico em Gerencia de Saúde, Técnico em Rede de Computadores, Técnico em Saúde Bucal, Técnico em Sistemas de Energia Renovável, Técnico em Vendas, FIC em Adestrador de Cães, FIC em Agente de Informações Turísticas e outros.<sup>52</sup>

No que tange aos Programas desde 1992, na região Norte de Minas Gerais, Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, o CEPT oferece cursos através de programas do Ministério da Educação (MEC) tais como: Pronatec e Mediotec. Também oferece cursos vinculados ao Projeto Trilhas de Futuro da SEE/MG<sup>53</sup> e ao novo programa do governo federal – o Programa “Novos Caminhos” criado em 2022<sup>54</sup>.

Além da cidade pólo – Montes Claros, o Centro atende a Região Metropolitana da capital Belo Horizonte, e outros municípios como Manga, Januária, Mato Verde, Lontra, Varzelândia, São João da Ponte, Capitão Enéas, Janaúba, Buenópolis.<sup>55</sup>

A ampla atuação do CEPT e seu declarado papel para o fortalecimento do SUS nos convidam a aprofundar as análises sobre a inserção profissional e formação continuada de seus egressos, o que nos exige o cuidado em analisar o perfil e a formação de técnicos em saúde no Brasil a partir da criação do SUS – questão que trataremos a seguir, no Capítulo 2.

---

<sup>52</sup> Maiores detalhes ver:

[https://www.cept.unimontes.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=36&Itemid=241](https://www.cept.unimontes.br/index.php?option=com_content&view=article&id=36&Itemid=241).

<sup>53</sup> Maiores detalhes em:

[https://www.cept.unimontes.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=65&Itemid=351](https://www.cept.unimontes.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=351)

<sup>54</sup> Maiores detalher ver:

[https://www.cept.unimontes.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=63&Itemid=349](https://www.cept.unimontes.br/index.php?option=com_content&view=article&id=63&Itemid=349)

<sup>55</sup> Maiores detalhes em:

[https://www.cept.unimontes.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=42&Itemid=273](https://www.cept.unimontes.br/index.php?option=com_content&view=article&id=42&Itemid=273)

## A Formação de Técnicos em Saúde no Brasil

Neste capítulo analisamos a formação de técnicos de saúde no Brasil, com atenção ao perfil destes sujeitos bem como sua inserção no mundo do trabalho e prosseguimento de estudos, e com foco na área da enfermagem. À luz da literatura produzida procedemos um breve histórico acerca da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como das consequentes demandas por formação de técnicos em saúde.

A primeira parte do capítulo aborda a temática da criação do SUS a partir da Constituição Federal de 1988, no qual instituiu como dever do Estado garantir o acesso ao Sistema de Saúde à qualquer cidadão brasileiro. Nesse bojo elucida as demandas por formação de técnicos em saúde no país. A segunda parte versa sobre o perfil dos profissionais da saúde no Brasil, mais especificamente os profissionais da área da enfermagem. Já a terceira parte aborda estudos que tratam do ingresso de técnicos em saúde no mundo do trabalho e trata, também, de pesquisas acerca do prosseguimento de estudos de alunos do nível médio técnico para o nível superior.

### 2.1. A CRIAÇÃO DO SUS E AS DEMANDAS POR FORMAÇÃO DE TÉCNICOS EM SAÚDE

Embora o Sistema Único de Saúde (SUS) tenha sido criado em 1988, a partir da Constituição Federal<sup>56</sup> promulgada naquele ano, recuamos um pouco na história para destacar a importância de seu surgimento no tocante a determinação do direito à saúde no nosso país.

Em 1923, quando se deu o surgimento da Previdência Social no Brasil a assistência à saúde era vinculada a contribuição dos trabalhadores à Previdência Social. Só aqueles que contribuíssem que poderiam ter acesso à saúde “pública” no país. Fora disso, o cidadão teria que dispor de recursos para buscar atendimento privado, pago. Os cidadãos que não

---

<sup>56</sup> No artigo 196 da Constituição Federal de 1988 a saúde é reconhecida como um “direito de todos” e “dever do Estado”. O atendimento público a saúde é então previsto pela Lei n.º 8.080/1990, que regula, em todo o território brasileiro, os serviços e ações no campo da saúde.

contribuíam com a Previdência Social e que não podiam pagar por atendimento dependiam das Santas Casas de Misericórdia, sob direção da Igreja Católica. A Igreja entendia esse atendimento como um ato de caridade e misericórdia. (SANTOS, GABRIEL, MELLO, 2020).

Segundo Paiva e Teixeira (2014), o país passa na década de 1970 por um processo que desencadeia o Movimento da Reforma Sanitária, que foi um importante movimento liderado por profissionais e militantes da saúde que se propunham a pensar o sistema de saúde brasileiro com o propósito de democratizar o acesso à saúde no país. Nesse movimento mobilizavam a sociedade brasileira pela democratização da saúde demonstrando a insatisfação com a desigualdade de acesso e a mercantilização da saúde.

Somente em 1986, após diversos movimentos populares que defendiam que a saúde era uma questão social e que deveria ser tratada pelo poder público, foi realizada em Brasília-DF a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que foi um marco para a constituição do SUS e, até hoje, uma referência nas histórias das conferências de saúde no Brasil, visto que foi a primeira vez que aconteceu forte participação popular e que foram estabelecidas resoluções que viriam a ser tecnicamente desenvolvidas pela Comissão Nacional da Reforma Sanitária, criada no mesmo ano de 1986.

Cinco dias de debates, mais de quatro mil participantes, 135 grupos de trabalho e objetivos muito claros: contribuir para a formulação de um novo sistema de saúde e subsidiar as discussões sobre o setor na futura Constituinte. A 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada entre 17 e 21 de março de 1986, foi um dos momentos mais importantes na definição do Sistema Único de Saúde (SUS) e debateu três temas principais: ‘A saúde como dever do Estado e direito do cidadão’, ‘A reformulação do Sistema Nacional de Saúde’ e ‘O financiamento setorial’<sup>57</sup>.

Os Anais da 8ª Conferência Nacional de Saúde permitem reconhecer a magnitude do evento e dos temas tratados: primeiro por possibilitar a análise dos argumentos no debate da universalidade da saúde brasileira como direito garantido a todos os cidadãos brasileiros; segundo por simbolizar o marco no movimento da reforma sanitária, pois as sugestões apresentadas tornaram-se as principais diretrizes para a construção do Sistema Único de Saúde (SUS) e terceiro, por ser inédito, por contar com inúmeras participações de profissionais da saúde, políticos e representantes do povo sociedade. (ROSÁRIO, BAPTISTA, MATTA, 2020).

---

<sup>57</sup> Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/592-8-conferencia-nacional-de-saude-quando-o-sus-ganhou-forma> Acesso em 10/06/2022

Assim, em 1988 foi reconhecido pela Constituição Federal o direito à saúde como um direito de todos, originando a partir de então a obrigatoriedade estatal de se garantir atendimento de forma gratuita, integral e absoluta para os brasileiros. Enquanto direito social a saúde deve ser garantida por políticas públicas que promovam acesso universal e igualitário às ações e serviços nesse âmbito. (BRASIL, 1988).

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

Outrossim, em 1990 foi regulamentado o Sistema Único de Saúde (SUS) através da Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, anteriormente citada e que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes” do SUS. Considerada a primeira lei orgânica da saúde no país, essa norma trata de questões como a organização, direção e gestão da saúde; a competência e atribuições de cada nível (Federal Estadual e Municipal); a participação complementar do sistema privado; os recursos humanos; o financiamento e gestão financeira, bem como do planejamento e orçamento. Em seu Art.4º aclara que “O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS)”. Indica, no Art. 5º, que são objetivos do SUS:

I - a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde; II - a formulação de política de saúde [...] III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

Na sequência indica que estão incluídas no campo de atuação do SUS:

I - a execução de ações: a) de vigilância sanitária; b) de vigilância epidemiológica; c) de saúde do trabalhador; e d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica, II - a participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico; III - a ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde; IV - a vigilância nutricional e a orientação alimentar; V - a colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho; VI - a formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção; VII - o controle e a fiscalização de serviços, produtos e substâncias de interesse para a saúde; VIII - a fiscalização e a inspeção de alimentos, água e bebidas para consumo humano; IX - a participação no controle e na fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos; X - o incremento, em sua área de atuação, do desenvolvimento científico e tecnológico;



XI - a formulação e execução da política de sangue e seus derivados. (BRASIL, Lei nº 8080/1990, Art.6º).

Não podemos deixar de mencionar que para orientar a gestão do SUS outra importante normativa foi promulgada ainda em 1990 – trata -se da Lei nº 8142 de 28 de dezembro de 1990, que “Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências”. (BRASIL, Lei nº 8142/1990). Essa normativa prevê que o SUS contará, em cada esfera governamental, com Conferência de Saúde e Conselho de Saúde enquanto instâncias colegiadas e explicita que:

§ 1º A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por esta ou pelo Conselho de Saúde. § 2º O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo. § 3º O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) terão representação no Conselho Nacional de Saúde. § 4º A representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos. § 5º As Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde terão sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovadas pelo respectivo conselho. (BRASIL, Lei nº 8142/1990, Art. 1º).

Segundo Neto *et al.* (2020), o processo de institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS), com posterior regulamentação pela Lei Orgânica da Saúde nº 8.080/1990, influenciou fortemente o mercado de trabalho em saúde uma vez que a demanda por atendimento gerou a necessidade de aumentar o número de profissionais para atuarem na área. Nesse sentido, desde o princípio de sua criação o sistema foi tomado de muitas lutas e desafios, sendo o maior deles a oferta de serviços ocasionada pela falta de recursos necessários e, também, pela falta de profissionais capacitados para atender a demanda cada vez mais crescente.

A preocupação com a formação em saúde no Brasil se deu nesse período do Movimento pela Reforma Sanitária que demonstrava que deveria ocorrer uma reformulação na política de formação de profissionais para a saúde, ampliando a oferta de vagas e abertura de novos cursos, bem como a qualificação dos projetos pedagógicos dos cursos.

No estudo de Reis (2020, p. 5), o autor ressalta que “com a implementação do SUS e a consequente incorporação de modelos assistenciais voltados para a equidade, integralidade e a universalidade, novos perfis profissionais são demandados para viabilizar a concepção de saúde proposta”. Ainda segundo o autor:

Historicamente, a formação de trabalhadores de nível médio para a saúde ocorreu pontualmente, com enfoque no saber-fazer. No contexto da Reforma Sanitária, iniciativas como o ‘Projeto de Formação em Larga Escala’ impulsionaram a transição para uma compreensão do trabalho técnico crítico-reflexivo, e demandaram um novo modelo de formação de trabalhadores do nível fundamental e médio (REIS, 2020, p.1).

Machado, Vieira e Oliveira (2012, p.120) lembram que houve uma elevação no grau de escolaridade dos profissionais da saúde e que os empregos registraram uma considerável crescimento na última década, ou seja “passaram de 1,4 milhões em 1992 para mais de três milhões em 2009”. Ademais, conforme Thumé *et al* (2018) a partir dos anos 2000 houve um aumento significativo de todos os profissionais de saúde por número de habitantes. Na enfermagem foi observada mudança na oferta de técnicos e auxiliares de enfermagem também, passando de 22,9 técnicos ou auxiliares de enfermagem/10 mil hab. em 2000, para 60,8 profissionais/mil hab. na primeira década.

O Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da área da Enfermagem (PROFAE)<sup>58</sup> é apontado como importante iniciativa para qualificação de trabalhadores no âmbito da enfermagem e responsável pelo aumento de profissionais qualificados nessa área. No contexto mais recente o número expressivo de profissionais da enfermagem corresponde a praticamente metade do total de trabalhadores da área da saúde, sendo que 60% desses profissionais estão vinculados com o setor público (THUMÉ *et al.*, 2018).

De acordo com dados atualizados do Conselho Federal de Enfermagem, o número de profissionais da área aumentou cerca de 50% em 2022, se comparado aos números de 2015 divulgados pelo IBGE, apresentando aproximadamente 1,5 milhões de técnicos de enfermagem (COFEN, 2022) <sup>59</sup>.

---

<sup>58</sup> Criado em 2000 o PROFAE consistiu em uma estratégia do Ministério da Saúde para melhoria da qualidade da assistência ofertada pelos trabalhadores de enfermagem no âmbito do SUS. Ver maiores detalhes em: [https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/profae\\_profissionalizacao\\_trabalhadores\\_enfermeagem.pdf](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/profae_profissionalizacao_trabalhadores_enfermeagem.pdf)

<sup>59</sup> Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/enfermagem-em-numeros>.

Percebe-se que após as mudanças nas diretrizes curriculares em todos os cursos de enfermagem que têm o propósito de formar profissionais voltados a contribuir para a efetivação dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), a profissão, com crescimento significativo na última década, tem agregado conhecimentos, habilidades e atitudes para atuar em áreas como a atenção, a gestão, o ensino, a pesquisa e o controle social. Entretanto, Thumé (2018, p. 276) ressalta que “é necessário estar atento para a qualidade do ensino em um processo de expansão da participação do setor privado e crescimento sem planejamento em todo o Brasil” .

Nas últimas décadas, a formação em saúde no Brasil ganhou especial atenção, por conta da necessidade de atender as demandas do SUS e acompanhar as mudanças nos perfis demográfico e epidemiológico da população (NETO *et al.*, 2020, p. 38 ). Nesse sentido, salienta-se dentre as estratégias de ampliação do acesso da população à saúde para alcançar os princípios de Universalidade e integralidade; a Organização Mundial da Saúde destaca a necessidade do fortalecimento da gestão de formação de recursos humanos em saúde que visem uma cobertura totalitária e igualitária á população (WERMELINGER, 2020).

Vale ressaltar que a Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030, publicado pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), traçou como um dos seus objetivos fortalecer a gestão e o desenvolvimento de recursos humanos em saúde com habilidades que facilitem um enfoque integral da saúde para o alcance das metas, que inclui:

- Políticas integrais de recursos humanos para a saúde que incluam o planejamento, a contratação, a retenção e a distribuição de profissionais da saúde;
  - Melhoria das condições de emprego, inclusive remuneração adequada;
  - Sistemas robustos de informação em recursos humanos para a saúde que forneçam informação para o planejamento e a tomada de decisão, levando em consideração a abordagem de sistemas de saúde e possíveis cenários de mudança, elaboração de modelos e projeções, e o monitoramento de desempenho;
  - Parceria com o setor de educação nos níveis mais elevados para fortalecer a governança no planejamento e regulamentação da educação em saúde;
  - Políticas para mobilidade e migração de profissionais da saúde
- (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS), 2017, p. 34).

Por outro lado, no estudo de Reis (2020), que versa sobre formação de trabalhadores de nível médio para o Sistema Único de Saúde no Maranhão, a autora concluiu que há dificuldade na fixação dos profissionais formados para atuação na rede SUS, pois os serviços privados drenam a força de trabalho formada pelo e para o SUS, e que se deve pela perda de vínculos, migração para os serviços privados de saúde e para outras áreas alheias à saúde. A

autora ainda ressalta que “a qualificação de trabalhadores é complexa, demanda ações articuladas no campo dos projetos político-pedagógicos e da gestão do trabalho, que ultrapassam a ampliação da oferta de vagas em cursos de profissionalização” (REIS, 2020, p.1).

Para Machado, Vieira e Oliveira (2012, p.119): “O setor saúde é um ramo importante na economia brasileira – representa 4,3% dos 90,9 milhões de postos de trabalho ocupados no país –, gerando mais de 10% da massa salarial do setor formal e em torno de 3,9 milhões de postos de trabalho”. Trata-se de setor importante, com alto contingente de trabalhadores mas, segundo as autoras:

É fato que o processo de trabalho e o mundo de trabalho estão se transformando de forma significativa, alterando a modalidade de inserção dos trabalhadores, os vínculos de trabalho, a forma de remuneração e muito fortemente o modo de trabalhar, configurando-se em arenas competitivas, individualizadas em ambientes pouco saudáveis. Mas, se não bastasse esse cenário complexo, o SUS enfrenta outro grave problema: a precarização do trabalho em áreas essenciais que deveriam estar estruturadas por profissionais qualificados e inseridos diretamente no SUS, através de concurso ou por seleção pública. No entanto, verifica-se hoje nas instituições de saúde, um considerável volume de contratações de serviços por terceirização (MACHADO; VIEIRA; OLIVEIRA, 2012, p.120).

O estudo de Machado *et al.*, (2017) revela que o profissional de enfermagem representa mais de 50% dos trabalhadores na saúde no país. Nessa direção Machado, Vieira e Oliveira (2012, p.120) assinalam que há “um significativo contingente de profissionais conformados pelas categorias de enfermeiro, técnico de enfermagem e auxiliar de enfermagem”, e assinalam que traçar o perfil desse profissional é um imperativo, tanto para o governo, quanto para instituições formadoras e para entidades que representam a categoria. O perfil dos profissionais de saúde e, mais especificamente, dos profissionais da enfermagem é objeto que tratamos a seguir.

## **2.2. PERFIL DE PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM NO BRASIL**

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), entidade criada e mantida pelo movimento sindical brasileiro com o propósito de desenvolver pesquisas para subsidiar as demandas dos trabalhadores, realizou importante trabalho que apresenta um perfil geral e atualizado de profissionais da saúde no Brasil. O boletim intitulado “Emprego em pauta – A inserção ocupacional na área da saúde” e que data de maio

de 2021, destaca que “74,4% dos profissionais das atividades de atenção à saúde humana são mulheres, mas elas são minoria entre os médicos (49,2%). Negros (as) são maioria entre os enfermeiros (as) de nível médio”, representam 38,5% dos enfermeiros e 15,7% dos médicos<sup>60</sup>.

Conforme o documento entre as principais ocupações na área da saúde encontram-se os médicos e os enfermeiros sendo que para esses últimos, há dois tipos distintos de ocupação: profissional de enfermagem com exigência de ensino superior completo e profissional técnico de nível médio de enfermagem, que conte com pelo menos um curso técnico de nível médio na área. “Entre os profissionais de nível médio de enfermagem, havia, no 4º trimestre de 2020, 19,0% de trabalhadores com ensino superior completo e 81,0% com ensino médio completo ou superior incompleto”<sup>61</sup>.

Ainda segundo o documento:

Possivelmente por conta da formação e da experiência exigidas para a atuação na área da saúde, a proporção de trabalhadores jovens nessa atividade é menor. No 4º trimestre de 2020, apenas 17,9% tinham menos de 30 anos. No total das ocupações, esse percentual era de 22,6%. Entre os enfermeiros (as), a proporção de trabalhadores com idade entre 30 e 59 anos (82,0% e 82,3%) é maior do que no total das atividades de atenção à saúde humana e também do que em todas as atividades. Já entre os médicos (as), o percentual de profissionais com 60 anos ou mais é superior (24,5%) aos demais trabalhadores da saúde (7,7%) e ao total de todas as áreas (8,6%)<sup>62</sup>.

Os dados permitem depreender que no Brasil os profissionais da Saúde constituem um grupo muito desigual, ressaltando que os profissionais de enfermagem de nível técnico são em sua maioria mulheres, negras, e com renda média de R\$ 2.420, enquanto os médicos são majoritariamente homens brancos com salário médio de R\$ 14.451.

Para aprofundar nossas análises acerca do perfil atual de profissionais da saúde no Brasil com atenção aos profissionais da enfermagem, foco do nosso estudo, realizamos um levantamento na base de dados Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs). Foram utilizados os descritores: perfil profissional da enfermagem.

Foram identificados poucos artigos ( n:5) que abordavam a temática de forma mais detalhada e que foram selecionados para fins de análise. Os critérios de inclusão estabelecidos

---

<sup>60</sup> Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2021/boletimEmpregoEmPauta19.pdf>  
Acesso em 20/06/2022.

<sup>61</sup> *Idem.*

<sup>62</sup> *Idem.*

foram artigos completos, acesso gratuito a versão completa do artigo, texto em português, inglês ou espanhol e artigos publicados nos últimos cinco anos. Os critérios de exclusão foram estudos que não abordavam a temática do perfil geral de profissionais de enfermagem no Brasil.

Realizou-se a leitura completa dos estudos selecionados após a consideração dos critérios de elegibilidade. Dentre os artigos selecionados, observamos que no estudo de Machado *et al.* (2016), que aborda o perfil do profissional de enfermagem no Brasil, os dados são reveladores da busca de formação pelos profissionais da enfermagem. Segundo o estudo um de cada três enfermeiros tinham curso técnico na área, antes da graduação, e parte deles exerceram essas atividades como auxiliares e técnicos. Os resultados enfatizam que a formação é realizada principalmente no setor privado e na região sudeste. Revelam, ainda, que a maioria concluiu a graduação há menos de 10 anos e em horário parcial. Indicam, também, que 1/3 fez o curso de técnico e/ou auxiliar em enfermagem e em sua maioria exerceu a função. Já a formação dos técnicos e auxiliares é realizada pela iniciativa privada e em cursos noturnos, mais de 1/3 tem ou está realizando graduação e, desses 11,5% já concluíram. Os autores destacam que a maior parte demonstra interesse em continuar os estudos na própria área.

Pesquisa do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), coordenado por Machado *et al.*, (2017) em parceria com a FIOCRUZ, que traçou o perfil da enfermagem (enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem) no Brasil, constatou que a enfermagem no país é composta por um quadro de 80% de técnicos e auxiliares e 20% de enfermeiros. Nesse estudo, foi observado que a equipe de enfermagem é predominantemente feminina, ou seja, 85,1% são de mulheres, e 14,4% de homens. Ressaltam, porém, que vem sendo registrado um aumento da presença masculina nessa área.

Resultados semelhantes também foram encontrados no estudo de Reis (2019), que destaca que “a feminização da força de trabalho em saúde é um fenômeno que vem crescendo de forma linear e alheia às flutuações na economia” (REIS, 2019, p.11). Destaca também que a predominância feminina é ainda maior em profissões da saúde de níveis médio técnico e auxiliar.

Outros estudos realizados no Brasil trazem a mesma conclusão, como mostra Poz, Pierantoni e Girardi (2013), um traço estrutural das atividades do setor de serviços de saúde predomina a força de trabalho feminina, fenômeno observado em todos os países,

especialmente naquelas atividades que envolvem o trato e o cuidado das pessoas, como é o caso da enfermagem; como também no estudo de Souza et al. (2017), que constatou também o predomínio feminino na profissão: 80% dos participantes são desse sexo, e apenas 20% eram do sexo masculino.

Quanto à modalidade do curso de graduação, 39,5% dos enfermeiros responderam que fizeram cursos diurnos e 36,6% em tempo integral. O noturno foi apontado como a modalidade de formação de 12,9%, enquanto que o vespertino foi responsável por menos de 8,4% (MACHADO, 2016, p. 18).

Com relação à faixa etária, observa-se que “a equipe de enfermagem apresenta mais de 1/3, ou seja, 40% do seu contingente com idade entre 36 - 50 anos. A segunda faixa etária com maior percentual (38%) é de 26-35 anos” (MACHADO *et al.*, 2017, p.112).

Com relação ao local de residência e atuação, percebemos a hegemonia da região Sudeste,

com metade de todos os profissionais atuando, ou seja, 49%, concentradamente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O Nordeste, com 22,3% representa a segunda concentração de profissionais do país, com destaque para Bahia e Pernambuco. Já no Sul, com 13,4% apresenta a terceira, com hegemonia no Rio Grande do Sul. Na região Norte, com apenas 8%, tem-se em destaque os estados do Pará e do Amazonas. E o Centro Oeste, com 7,3%, que mostra distribuição mais homogênea do país (MACHADO *et al.*, 2017, p. 126).

No Ranking dos estados que mais concentram profissionais da Equipe de Enfermagem no Brasil, nota-se em primeiro lugar o Estado de São Paulo, seguido por Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia; e que desses cinco estados, quatro são das regiões Sul e Sudeste (*Idem*).

No quesito mercado de trabalho, 59,3% das equipes de enfermagem encontram-se no setor público; 31,8% no privado; 14,6% no filantrópico e 8,2% nas atividades de ensino. Já com relação à instituição formadora, os dados nacionais mostram que a maioria dos enfermeiros em atividade no país (57,4%) se formou em instituições privadas de ensino superior e apenas pouco mais de 1/3 do contingente (35,6%) se formaram em instituições públicas e em filantrópicas, menos de 5% (MACHADO, *et al.*, 2017).

Com relação à escolaridade dos técnicos e auxiliares de enfermagem chama a atenção o fato de quase 6% possuir escolaridade inferior á exigida para atuar nesses postos, fato que pode estar atrelado aos antigos atendentes ou práticos de enfermagem (em extinção).

É possível que esse percentual se encontre associado aos antigos atendentes ou práticos de enfermagem (em extinção), enquadrados no cargo de auxiliar de enfermagem, sem a exigência de comprovação de escolaridade. Por outro lado, a maioria (57,7%) deste contingente possui o ensino médio completo, escolaridade exigida para atuar nos postos de trabalho (MACHADO *et al.*, 2017, p. 231).

Contudo, dentre os que possuem o curso técnico ou auxiliar, observamos que mais de 1/3 deles estão cursando ou possuem escolaridade superior ao exigido para atuar nos postos de trabalho de nível médio (34,3%).

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expansão do acesso à educação no Brasil promoveu tanto o aumento da escolaridade média quanto a redução da desigualdade educacional dos últimos 20 anos. O levantamento indicou aumento na média de anos de estudo em todas as regiões brasileiras. A média nacional passou de 7,5 anos em 2012 para 7,6 anos no ano passado, tempo que é ainda maior entre as mulheres, atingindo 7,8 anos (MACHADO *et al.*, 2017, p. 231).

Os autores observaram que com relação à qualificação, o desejo de se qualificar é um anseio do profissional de enfermagem. Os trabalhadores de nível médio (técnicos e auxiliares) apresentam escolaridade acima da exigida para o desempenho de suas atribuições, com 23,8% reportando nível superior incompleto e 11,7% tendo concluído curso de graduação. Desses, 63,7% dos auxiliares e técnicos que fizeram ou estão fazendo algum curso superior, sua graduação é na própria área de enfermagem (*Idem*).

### **2.3. INGRESSO DE TÉCNICOS EM SAÚDE NO MUNDO DO TRABALHO E PROSSEGUIMENTO DE ESTUDOS**

A transição de egressos de cursos técnicos para a educação superior é ainda pouco pesquisada no Brasil (SALES, 2014), sendo mais encorpada a produção de conhecimentos sobre ingresso de egressos no mundo do trabalho. Em se tratando de trabalhos que versam especificamente sobre a transição de egressos de cursos técnicos em saúde para a educação superior e seu ingresso no mundo do trabalho são ainda incipientes os estudos.



Para tratar desse tema, fizemos um levantamento de trabalhos na base de dados Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) de modo a identificar trabalhos que abordassem as questões de inserção no mercado de trabalho de técnicos em saúde, em especial de técnicos de enfermagem, bem como o prosseguimento de estudos de egressos do ensino técnico. Importante mencionar que não foram encontrados estudos específicos sobre a transição de ensino de egressos da área de técnicos em saúde. Foram encontrados apenas estudos de transição do nível técnico para nível superior de cursos técnicos diversos, o que demonstra carência de pesquisas nessa área de atuação.

A escassez de pesquisas sobre esse tipo particular de transição pode estar relacionada à tendência não só no Brasil, mas em outros países, de maior oferta de educação geral média, em comparação com a educação técnica de nível médio (Sales; Heijmans; Silva, 2017).

No levantamento realizado constatamos que importante estudo foi realizado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) com obtenção de dados sobre ingresso no mercado de trabalho por estudantes de cursos técnicos de instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Trata-se da “Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)”. A pesquisa revelou que 72% dos egressos dos cursos técnicos da Rede Federal de EPT no Brasil estão inseridos no mercado de trabalho e que 44% dos egressos que estão trabalhando atuam na área do curso técnico.

Constatação diferente foi obtida em pesquisa realizada por Rocha *et al* (2005), com egressos dos cursos técnicos do então Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio grande do Norte (CEFET-RN). O estudo constatou que a maior parte dos egressos não estava atuando em sua área de formação (61,5%), enquanto 38,5% trabalhavam na área de sua formação.

Pesquisa desenvolvida por Cerqueira *et al.*, (2009), que versa especificamente sobre a inserção do egresso do curso técnico de saúde no mundo do trabalho, indica que o maior número de egressos que compõem a amostra do estudo foi do curso técnico em enfermagem e assinala que “78,3% de todos os ex-alunos pesquisados conseguiram se empregar”. Explicita que dentre os empregados “17,8% atuam na mesma área do curso concluído e 50,6% já trabalhavam na área do curso anteriormente e ainda continuam. Somente 11,1% não estão empregados na área de formação”<sup>63</sup>.

---

<sup>63</sup> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/jDTF6XLYyKWmQmkWzvPR3Vy/?format=html> Acesso em 22/06/2022.

O estudo aponta ainda que a formação técnica vivenciada foi essencial para ingressar no mundo do trabalho, sem necessidade de ficar por longo período procurando emprego. Todavia indica que grande parte de egressos dos cursos da área da saúde (73,9%), não conseguiram promoção ou benefício financeiro após a conclusão do curso, o que gerou insatisfação.

Estudo que trata da inserção dos egressos dos cursos técnicos do Pronatec no mercado de trabalho, assinado por Pereira e Oliveira (2019, p. 920) ressalta que:

Há uma comprovada carência de dados mais aprofundados sobre a situação dos egressos nos cursos técnicos do país. Esta carência de dados está relacionada ao fato do Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE), importante ferramenta para aferir os efetivos impactos das políticas públicas de profissionalização, ser por vezes negligenciado ou simplesmente inexistente.

E acrescenta que “Se o acompanhamento da inserção profissional de egressos de cursos técnicos em todo o país se mostra como incipiente, quando pesquisamos especificamente os cursos técnicos ofertados através do Pronatec a lacuna mostra-se mais evidente”. (PEREIRA e OLIVEIRA,2019, p. 920).

O trabalho se concentra na análise dos cursos de “Técnico de Alimentos” e de “Técnico em Segurança do Trabalho” ofertados pelo Pronatec e realizados no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) no *Campus* de Vitória de Santo Antão, município da interior de Pernambuco, situado na zona da mata. Os autores asseveram que “Depois de concluído o curso, os técnicos em alimentos e segurança de trabalho se depararam com a não inserção no mercado de trabalho. Nenhum dos egressos tinha, com quase dois anos de conclusão do curso, conquistado a vaga de técnico tão esperada”. (PEREIRA e OLIVEIRA,2019, p. 932). Os autores destacam a frustração presente em boa parte dos depoimentos dos egressos, e criticam o curso técnico nos moldes do Pronatec. Dizem que é a formação no âmbito do Pronatec dirige-se para “a instrumentalização do estudante para um hipotético trabalho futuro”, com predomínio de “cursos aligeirados e desvinculados de qualquer perspectiva de formação omnilateral”. (PEREIRA e OLIVEIRA,2019, p. 936).

Ainda segundo Pereira e Oliveira (2019, p. 936) o contexto de crise econômica e política, acirrado a partir de 2016, tem ocasionado o aumento dos índices de desemprego entre os jovens. Nesse sentido eles concluem que o Pronatec tem contribuído para reforçar “a visão meritocrática que serve para a criminalização da pobreza e, acima de tudo, para a ilusão de que a educação transforma individualmente a vida das pessoas”.

Em se tratando especificamente de investigações que abordam a transição de ensino e prosseguimento de estudos, encontramos poucos trabalhos, entre os quais o de Sales (2014), anteriormente citado. A investigação desta autora aborda a transição da formação técnica de nível médio para o ensino superior – não tratando em específico da área da saúde. Os dados são reveladores que a maior parte dos estudantes buscou o ensino superior após concluir o ensino técnico de nível médio. Os motivos dessa transição incluem múltiplos fatores como: demandas de formação com a necessidade de aperfeiçoamento profissional com a obtenção do diploma, afinidade pela área profissional, fonte de informação e preparação prévia para escolha do curso superior e fatores pessoais, como sugestão de alguém.

Os dados indicam que via de regra o curso técnico dá um norte ao estudante que ainda está no ensino médio, já que geralmente a área escolhida para sua graduação advém de área similar ao curso técnico iniciado ainda no ensino médio. O curso técnico também pode abrir horizontes para profissionais que estão há muito tempo no mercado uma vez que com o início do curso abrem-se perspectivas, levando os sujeitos ao aperfeiçoamento de suas qualidades profissionais ou até mesmo a mudança de área para carreiras cujos indivíduos tenham maior identificação. (SALES, 2014).

Segundo a autora, é importante pesquisar a transição da formação técnica de nível médio para a formação superior porque são escassos os estudos nessa área no Brasil. Sales (2014) ressalta que, a escassez de pesquisas sobre o referido campo evidencia a necessidade de estudos na área, uma vez que, pesquisas de acompanhamento de egressos possibilitam avaliar o desempenho das escolas e, assim, contribuem para (re) orientar os seus planos de ação e aprimorar o ensino.

Resultados semelhantes também foram encontrados nos estudos de Fagundes (2012), que evidenciaram um aumento no interesse de estudos sobre as transições de ensino, evidenciadas por três dimensões:

Uma delas é a dimensão pessoal dos grupos que transitam, as características dos estudantes, seus perfis pessoais, os itinerários curriculares, o aproveitamento dos estudos prévios, a organização do tempo, a gestão econômica, as expectativas, o apoio familiar, a confiança pessoal, entre outros. Outra seria a dimensão institucional e do sistema educativo, ou seja, as condições e características (oferta curricular, dependência administrativa, qualidade do ensino) das instituições entre as quais transitam os estudantes, os sistemas que regulam os centros, o acesso. A terceira dimensão refere-se à análise contextual na qual se produz a transição: a influência e a relação com os ciclos socioeconômicos e sociodemográficos, com as políticas educativas, com as titulações de maior demanda no mercado de trabalho, com as novas profissões, etc. (FAGUNDES, 2012, p. 72).

Como descrito por Sales *et al.*, (2014), aqueles que não trabalhavam e os diplomados no curso técnico tenderam mais a prosseguir os estudos. No nível dos cursos técnicos, destacou-se a associação entre o tipo de oferta do curso técnico frequentado e a transição para o ensino superior. Também se observou que, o ensino médio concluído na instituição de nível técnico corroborou para ascensão ao nível superior comparado àqueles de formação de nível técnico externo.

Já no estudo de Sales, Heijmans, Silva (2017), que analisa fatores do estudante e do contexto escolar associados à transição da formação técnica de nível médio para o ensino superior, os resultados apontam que a transição para o ensino superior está associada a fatores dos estudantes (pessoais, socioeconômicos, profissionais e acadêmicos), dos cursos e das instituições técnicas (curso médio concluído na mesma instituição de educação profissional e localização da instituição). Os resultados indicaram que os indivíduos com chances maiores de acesso ao ensino superior foram os mais jovens, solteiros, com maior renda familiar e aqueles cujos pais completaram o ensino superior. Aqueles que não trabalhavam e os diplomados no curso técnico também tenderam mais a prosseguir os estudos.

Resultados semelhantes também foram encontrados no estudo de Mondini, Fronteli, Martinez (2020), que avaliou os egressos do curso técnico de Administração do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), sobre a formação profissional recebida, empregabilidade e continuidade dos estudos. Observou-se que em relação à trajetória acadêmica a maioria dos egressos realizou ou realiza algum curso superior cuja área escolhida está fortemente associada à do curso técnico realizado. Em relação à trajetória profissional, verificou-se que a maioria dos egressos já atuava na área de formação antes de concluir o ensino técnico o que demonstra o interesse dos alunos em aprimorar na área de atuação.

De maneira geral, verifica-se que os resultados dos estudos existentes que norteiam essa temática mostraram que o curso técnico foi capaz de influenciar os diversos aspectos das trajetórias acadêmicas bem como escolha e prosseguimento de estudo para o curso superior.

## **Itinerários de Estudantes do Curso de Enfermagem do CEPT / UNIMONTES**

Neste capítulo apresentamos os dados da pesquisa empírica realizada, que objetivou levantar o perfil de egressos de curso técnico em enfermagem do CEPT e os fatores que concorrem para que estes sujeitos ingressem no curso técnico e prossigam ou não os estudos na educação superior.

Na primeira parte do capítulo descrevemos o processo de pesquisa que se deu através da aplicação de questionários eletrônicos com o uso do Instrumento *Google Forms* contendo perguntas abertas e de múltipla escolha. A escolha pela utilização do questionário eletrônico como ferramenta de coleta de dados se deu em função de sua coerência em relação ao propósito do estudo e, ainda, em virtude da dificuldade de coleta direta de dados imposta pela pandemia de Covid-19 que se iniciou no ano 2020.

Na segunda parte do texto exploramos os dados obtidos a partir dos questionários. A partir da análise das informações coletadas foi possível traçar o perfil dos alunos egressos do curso técnico e compreender sua trajetória, inserção no mercado de trabalho, bem como sua transição ou não para o Ensino Superior.

### **3.1.O processo de pesquisa**

Conforme indicamos na introdução deste trabalho, esbarramos em algumas dificuldades no processo de coleta de dados junto aos egressos, o que nos levou a redefinir nosso recorte. Apesar de todo o cuidado com a aprovação do projeto no Comitê de ética e obtenção de autorização da direção do CEPT para realização da pesquisa empírica, no momento da coleta, em contato com a direção da instituição foi informado que não poderiam disponibilizar a lista de nomes e e-mails- dos alunos egressos devido à lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018.

Nesse sentido, após avaliação cuidadosa a direção entendeu que não poderia nos fornecer a lista de e-mail dos egressos, mas poderia enviar os questionários. Assim, para a realização do estudo foi disponibilizado uma funcionária do próprio CEPT para fazer o envio dos e-mails com o link do questionário eletrônico que encaminhamos. A outra dificuldade se deu em função de o CEPT não contar com um banco de dados já organizado<sup>64</sup> com a lista de estudantes de todas as turmas que concluíram o curso técnico de enfermagem – MedioTec e Pronatec. A funcionária do CEPT informou que dispunha de lista de egressos de turmas que iniciaram o curso em 2017 e 2018. Trabalhamos, assim, com essas turmas.

Importante registrar que foi realizado pré-teste do questionário a ser aplicado com a finalidade de evidenciar possíveis falhas na elaboração do instrumento – como complexidade das questões, imprecisão na redação, exatidão. A aplicação do questionário preliminar foi realizada com egressos do curso técnico de enfermagem, aleatoriamente escolhidos, e que aceitaram responder e participar do pré-teste da pesquisa no qual, ao final, foram perguntados acerca das dificuldades encontradas para responder as perguntas e possíveis críticas ao instrumento com o objetivo de assegurar a validade e precisão do questionário final.

O período de coleta se concentrou no mês de janeiro do ano de 2022. Foram identificados 364 alunos egressos do curso técnico de enfermagem do CEPT na modalidade Pronatec e Mediotec e foram enviados 346 questionários por meio do e-mail institucional – isso porque nem todos os 364 tinham e-mail registrado na listagem.

O envio dos questionários ocorreu em três momentos. No primeiro envio estipulamos um período de quinze dias para que os alunos respondessem o questionário. Devido à obtenção de poucos questionários respondidos solicitamos à funcionária do CEPT que reenviasse o e-mail prorrogando o prazo de resposta para mais sete dias e, após esse segundo prazo foi mais uma vez reenviado o questionário e dado um prazo final de cinco dias – o que totalizou 27 dias para encerramento da coleta.

Dos 346 questionários enviados obtivemos um retorno de 32 egressos, ou seja, 9,24% do total. Apesar de não ser um quantitativo volumoso de questionários respondidos, consideramos que nos permite cumprir o propósito do estudo de traçar um perfil dos egressos participantes da pesquisa e analisar suas trajetórias com atenção aos os fatores que

---

<sup>64</sup> Segundo a informação passada pela instituição esse banco de dados está em fase de organização.

concorreram para que estes sujeitos ingressassem no curso técnico e prosseguissem ou não os estudos na educação superior.

O tratamento das informações foi realizado levando em consideração a dimensão quantitativa e qualitativa dos dados, e orientado pela análise de conteúdo tal qual proposta por Bardin (2009). A descrição e análise dos resultados foi dividida em cinco categorias temáticas que são apresentadas adiante, sendo elas: 1) Perfil dos respondentes; 2) Razões para ingresso e conclusão no curso técnico; 3) Mercado de trabalho; 4) Ingresso no Ensino Superior 5) Observações finais.

### **3.2. O que revelam os questionários**

Conforme indicamos anteriormente os dados obtidos através da aplicação dos questionários foram organizados em cinco categorias temáticas que abordamos a seguir.

#### **3.2.1. Perfil dos respondentes**

Neste tópico, alusivo ao perfil dos respondentes agrupamos um conjunto de dados relacionados a questões de identificação (como idade, gênero, raça/cor, etc) e questões socioeconômicas (como renda familiar, escolaridade dos pais, etc ) que nos permitem traçar um perfil dos egressos que participaram da pesquisa.

De início, é importante elucidar que entre os egressos respondentes, 75 % indicou ter concluído o curso técnico de enfermagem no CEPT-UNIMONTES no ano 2020, e 21,9% em 2021, sendo que 01 aluno (3,1%) indicou ter abandonado o curso. Quanto ao ano de início do curso, 93,8% iniciaram em 2017 e 6,3% iniciaram em 2018. Em relação a modalidade do curso técnico concluído, foi indicado o Pronatec (51,6%) e Mediotec (48,4%). Portanto, os egressos do estudo são, em sua maioria, ingressantes de 2017 e concluintes de 2020 do curso técnico de enfermagem no CEPT-UNIMONTES na modalidade Pronatec.

As as idades dos participantes variaram entre 19 a 35 anos. A maioria era nascida em Montes Claros (75,8%), e os demais são das cidades de Belo Horizonte, Bocaiuva, Brasília de Minas, Capitão Enéas, Espinosa, Francisco de Sá, Grão Mogol, Minas Novas, Mirabela, São Francisco e São João da Ponte – a maior parte cidades da região Norte de Minas. 78,1% são do gênero feminino 21,9% do gênero masculino – reforçando achados de estudos que indicam a presença maciça de mulheres no campo da enfermagem. (MACHADO *et al.*,2017; REIS,

2019). Em relação à raça/cor a maioria se autodeclarou negra – sendo 59,4% parda e 21,9%, preto. O percentual de autodeclarados brancos é de 15,6% e amarelos 3,1%. Nenhum indígena compõe o grupo. Ou seja, a maioria é mulher e negra, corroborando resultados do DIEESE (2021) e com os achados do estudo do COFEN, coordenado por Machado et al., (2017), que traçou o perfil da enfermagem no Brasil.

Em relação à escolaridade do Ensino Fundamental e Médio todos informaram ser egressos de escolas públicas. Metade dos alunos eram beneficiados de algum programa do Governo como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Leite pela Vida, ou outro, representando 50%. No que concerne à renda familiar, a maior parte dos egressos indica renda de até um salário mínimo (62,5%). Acerca do número de pessoas compartilhando da mesma renda os dados revelam o seguinte: 2 pessoas (12,5%), 3 pessoas (25%), 4 pessoas (34,4%), 5 pessoas (21,9%), 6 pessoas (3,1%), 10 pessoas (3,1%). O percentual de egressos que não trabalhavam no período em que cursava o ensino técnico foi maior (62,5%), enquanto os que trabalhavam eram 25%, e aqueles que trabalhavam “às vezes” somam 12,5%.

### 3.2.2. Razões para ingresso no curso técnico e dificuldades para conclusão

Dentre os motivos para ingressar no curso de nível técnico, no qual poderiam assinalar mais de um motivo, as razões que mais se destacaram na ordem de frequência foram: 1º) inserir no mercado de trabalho (65,6%); 2º) Interesse/afinidade com a profissão; 3º) Gratuidade do curso, e 4º) Realização pessoal. A Tabela 1, a seguir, permite visualizar em detalhes o conjunto de razões.

**Tabela 1. Motivos que influenciaram na escolha para ingressar no curso técnico de nível médio.**

| Motivos   | Quantidade | Valor % |
|---|------------|---------|
| <b>Me inserir no mercado de trabalho</b>                                    | 22         | 65,6    |
| <b>Dificuldade na escolha da profissão</b>                                  | 03         | 9,4     |
| <b>Gratuidade do curso</b>  | 17         | 53,1    |
| <b>Interesse/afinidade com a profissão</b>                                  | 20         | 62,5    |
| <b>Maiores chances de ser aprovado no vestibular para o ensino superior</b> | 03         | 9,4     |
| <b>Tinha necessidade de obter o certificado de curso técnico</b>            | 02         | 6,3     |
| <b>Realização pessoal</b>   | 15         | 46,9    |
| <b>Prestar concurso</b>   | 03         | 9,4     |
| <b>Outro</b>  | 03         | 9,4     |

Fonte: Questionários aplicados – Janeiro 2022



Questionados especificamente sobre as razões para o ingresso em um curso técnico de enfermagem, as razões indicadas são semelhantes, como ilustram as falas dos egressos 26 e 07, na sequência.

A princípio me interessei muito pelo programa, que era uma novidade na minha cidade, e pensando o como seria bom para minha carreira profissional, buscar novos aprendizados, ter o auxílio da bolsa que me ajudaria, para passar mais tempo estudando para ocupar a mente, e também é um curso que me ajudou muito porque até então eu tinha muita indecisão em qual área seguir/gostar. Eu estava trabalhando em uma área totalmente diferente, mas saí e agora estou em busca de emprego na área em que cursei. Enfim, eu sou MUITO grata aos programas PRONATEC/MEDIOTECH por terem me proporcionado tudo isso, muito obrigada, de verdade!!! (Egresso 26).

Me inserir no mercado de trabalho, gratuidade do curso, dificuldade na escolha da profissão, aquisição de conhecimentos e realização pessoal. (Egresso 07).

Os dados revelam que os egressos apresentam preocupação com uma rápida inserção no mercado e valorizam a gratuidade do curso, enquanto ampliar as chances de aprovação no vestibular para ingressar no ensino superior não estava no horizonte da maioria, já que este é um motivo apontado por apenas 9,4% dos respondentes. Contudo, é significativo o percentual de egressos que segue estudando e que se dirige para a formação superior, conforme demonstraremos adiante.

Acreditamos que a preocupação com uma rápida inserção no mercado e a valorização da gratuidade do curso podem estar relacionadas com o percentual significativo de egressos que não trabalhavam no período em que cursavam o ensino técnico (62,5%), e com a renda familiar da maior parte dos egressos (62,5%) ser de até um salário mínimo. Nesse sentido a oferta pública de oportunidades de formação mostra-se importante, conforme assinala Thumé *et al* (2018), especialmente considerando o necessário atendimento a demandas do SUS para ampliação do direito à saúde pública para a população brasileira. (NETO *et al.*, 2020; WERMELINGER, 2020).

É importante frisar que são pessoas advindas de programas sociais, que relataram que visavam uma inserção rápida no mercado de trabalho. Nota-se que a educação, no cenário de programas sociais, apresenta-se como uma possibilidade de emancipação, capaz de mudar a realidade na qual estão inseridos.

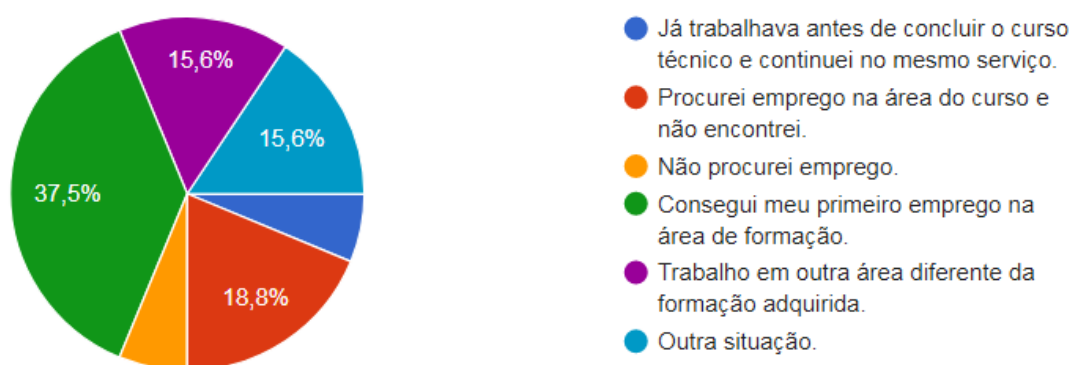
Questionados acerca de dificuldades para conclusão do curso, especialmente em função da pandemia de Covid-19, 62,5% informaram que tiveram dificuldades para concluir o

curso contra 37,5% que não tiveram dificuldades. Segundo os sujeitos o que mais atrapalhou os estudos durante a pandemia foi a infraestrutura tecnológica para acessar conteúdos e aulas, apontada por 68,2% dos respondentes. São achados que suscitam reflexões para promoção de uma educação mais inclusiva, que atente para maior inclusão digital dos estudantes.

### 3.2.3. Mercado de trabalho

Perguntados sobre a situação no mercado de trabalho após concluir o curso técnico, 37,5% respondeu que conseguiu seu primeiro emprego; 18,8% relatou que procurou emprego na área do curso e não encontrou; 15,6% informaram que trabalham em outra área, diferente da formação adquirida; 6,3% declara que já trabalhava antes de concluir o curso técnico e continuou no mesmo serviço; 6,3% informa que não procurou emprego. O gráfico a seguir permite melhor visualização desses dados:

**Gráfico 1. Situação no mercado de trabalho após concluir o curso técnico**



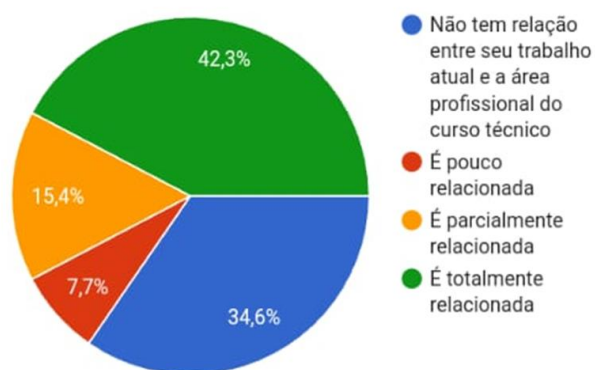
Fonte: Questionários aplicados – Janeiro 2022

É significativo o percentual de egressos que afirma ter conseguido seu primeiro emprego a partir da conclusão do curso (37,5%). Contudo, é igualmente significativo o percentual de sujeitos que não contam com sólido vínculo empregatício. Questionados quanto ao vínculo empregatício atualmente 34,4% informou que não está trabalhando; 28,1% está empregado com carteira assinada; 21,9% informou que está empregado sem carteira assinada; 12,5% contratado temporariamente; e 3,1% (01 respondente) relatou ser funcionário público concursado. O percentual dos que se encontram empregados sem carteira assinada e contratados temporariamente, se somados, contabilizam 34,4% com vínculo precário de trabalho. Esses dados conflitam com dados do DIEESE (2021) que asseveram que nas

atividades de atenção à saúde humana há predominância de “trabalhadores com carteira assinada no setor privado (40,7%) ou servidores públicos estatutários e militares (24,2%)”. No entanto, são dados que confirmam o alerta de Machado, Vieira e Oliveira (2012, p.119), que lembram que o setor de saúde é um importante ramo na economia, com alto contingente de trabalhadores, mas que o mundo do trabalho está se transformando significativamente, “alterando a modalidade de inserção dos trabalhadores, os vínculos de trabalho, a forma de remuneração e muito fortemente o modo de trabalhar” e que “verifica-se hoje nas instituições de saúde, um considerável volume de contratações de serviços por terceirização”. (MACHADO; VIEIRA; OLIVEIRA, 2012, p.120).

No que tange à ocupação atual dos egressos 37,5% responderam estarem apenas trabalhando; 28,1% trabalhando e estudando; 25% apenas estudando; e 9,4% nem trabalhando e nem estudando. Destaque sobre a relação entre a área profissional do curso técnico concluído e o trabalho atual. Nesse quesito, 42,3% dos entrevistados informou que a área é totalmente relacionada com o emprego atual, contra 34,6% que respondeu que não tem relação entre seu trabalho atual e a área profissional do curso técnico. Já 15,4% dos respondentes disseram que é parcialmente relacionada e 7,7% pouco relacionada, conforme gráfico descrito abaixo:

**Gráfico 2. Relação entre a área profissional do curso técnico que concluiu e o seu trabalho atual**



Fonte: Questionários aplicados – Janeiro 2022

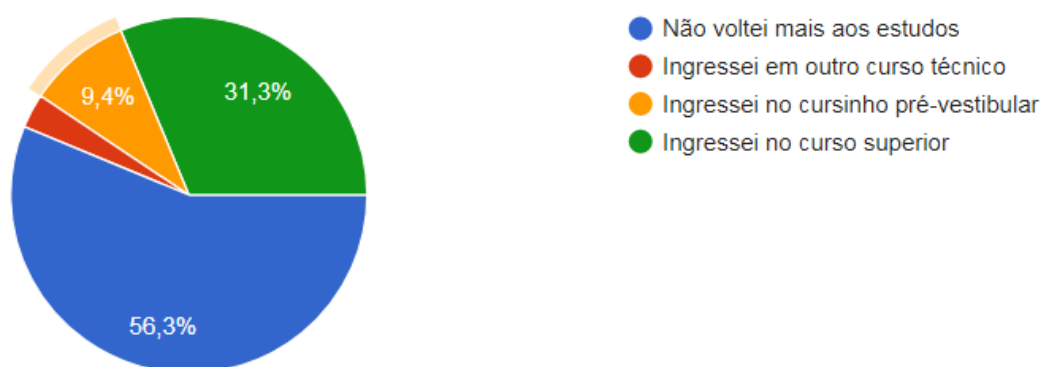
O percentual indicando significativa inserção dos egressos em trabalhos na área da saúde reitera a robustez do campo da saúde apontada por Machado, Vieira e Oliveira (2012), notadamente em função da saúde se constituir em direito público a partir do SUS, mas a

demanda de profissionais por conta da pandemia também pode ajudar a explicar essa empregabilidade. Novas aproximações aos sujeitos poderiam ajudar a aprofundar as análises, tanto acerca da empregabilidade quanto da precarização do trabalho – questões que podem ser objeto de futuras pesquisas.

### 3. 2.4. Ingresso no curso superior

Em relação à situação que mais se aproxima da condição dos egressos logo após concluir o curso técnico a maior parte (56,3%) respondeu que não voltou mais aos estudos – mas os demais seguiram estudando – seja em outro curso técnico, em pré-vestibular ou mesmo em curso superior, sendo que alguns afirmaram ter ingressado no cursinho pré vestibular antes da entrada no curso Superior. O gráfico a seguir detalha bem essa condição:

**Gráfico 3: Situação que mais se aproxima da sua condição após concluir o curso técnico**



Fonte: Questionários aplicados – Janeiro 2022

Notamos que apesar de não ser maioria, e sendo uma turma que concluiu recentemente o curso técnico (em 2020 e 2021), é significativo o percentual de egressos que segue estudando e que se dirige para a formação superior. Conforme apontam Machado *et al* (2017), observa-se um crescente aumento de qualificação de profissionais na área de enfermagem, destacando-se a importante ampliação de oportunidades para profissionalização de trabalhadores nos últimos 20 anos no país.

Quando perguntados sobre a situação acadêmica atual se já ingressaram no curso superior, 34,4% afirmaram que sim, e 65,6% afirmaram que não. Para aprofundar as análises acerca do ingresso ou não dos egressos pesquisados na educação superior, as perguntas do

questionário foram divididas em dois blocos. Assim, abordamos na sequência esses dois blocos de questões: na primeira parte nos concentramos em dados dos alunos egressos do curso técnico que não ingressaram no curso superior, e na segunda parte tratamos das respostas dos estudantes que prosseguiram os estudos para o nível superior.

Em se tratando do primeiro bloco, dirigido aos alunos que não ingressaram no Ensino Superior, indagamos sobre as principais razões que o levaram a não ingressar no curso superior, podendo assinalar mais de um motivo nas respostas, se necessário. As principais razões, em ordem de frequência foram: 1º) falta de condições financeiras (80% de respostas); 2º) falta de preparação para o vestibular (citada por 30%); 3º) dificuldade de conciliar trabalho e estudo (apontada por 15%); 5º) falta de instituição de ensino próximo ao trabalho/casa (15% de respostas); 6º) pandemia de Covid 19 e outras motivações (indicadas por 10% respectivamente), sendo que 86,4% afirmou ter interesse em ingressar no Curso Superior.

Ainda nesse bloco, importante mencionar que 20% assinalou que deseja fazer o curso superior em outro momento da vida e nenhum aluno indicou falta de interesse, falta de apoio familiar ou que o curso técnico fosse o suficiente para a sua formação - com taxa de resposta de 0% nesses quesitos.

Em relação aos que ingressaram no Ensino Superior, quando questionados sobre a motivação para ingressar no curso superior, a maioria (60%) indicou como resposta “a possibilidade de melhorar na profissão escolhida”. O conjunto de motivos apontados encontram-se organizados na tabela a seguir.

**Tabela 2. Razões que levaram egressos de cursos técnicos ao ingresso no curso superior**

| Razões de ingresso no curso Superior                               | Porcentagem |
|--|-------------|
| <b>Possibilidade de melhorar na profissão escolhida</b>            | 60%         |
| <b>Mudança de emprego ou carreira</b>                              | 33,3%       |
| <b>Prestar concurso público</b>                                    | 40%         |
| <b>Possibilidade de um bom salário</b>                             | 40%         |
| <b>Bolsa oferecida pela empresa em que trabalha</b>                | 0%          |
| <b>Inserção no mercado de trabalho</b>                             | 40%         |
| <b>Facilidades de concluintes desse curso em conseguir emprego</b> | 13,3%       |
| <b>Outro motivo.</b>   | 20%         |

Fonte: Questionários aplicados – Janeiro 2022

No quesito ingresso no nível superior, os egressos relataram como motivações o fato de poder melhorar na profissão escolhida, fato que sugere forte interesse na ascensão profissional por meio da construção de uma carreira na área. Além disso, foi mencionado também o fato de se inserir no mercado de trabalho com a possibilidade de um melhor salário, bem como prestar concurso na área, que mostra a necessidade de se qualificar para o mercado de trabalho devido à crescente exigência. São dados que estão em consonância com os resultados do levantamento do COFEN, coordenado por Machado *et al.* (2017).

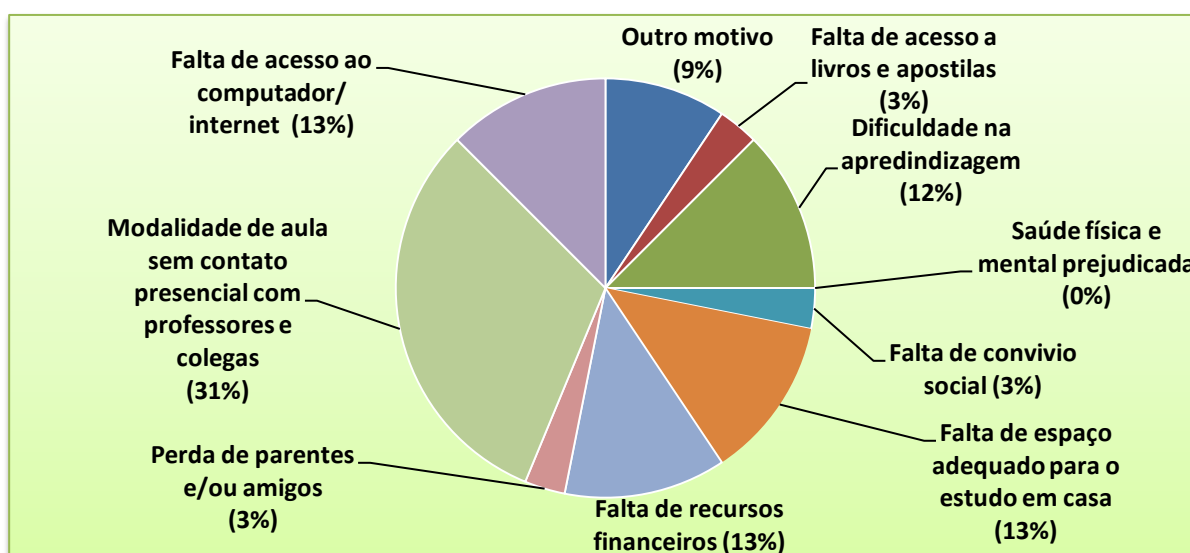
Em relação à modalidade de ensino Superior 84,6% indicou a modalidade presencial e 15,4% a distância. Quanto ao curso superior que ingressaram foram indicados: 27,3% na enfermagem (03 alunos), um aluno indicou Ciências Políticas, dois Direito, um Educação física, um Filosofia, um licenciatura em Matemática, um Pedagogia, e um Serviço Social. Nota-se que o número aparentemente maior de egressos que buscou um curso na mesma área é menor se comparado aos demais – dos 11 egressos 03 ingressaram na enfermagem e 08 em outras áreas. Nesse sentido, os sujeitos pesquisados, em maior número, não seguiram para formação superior no ramo da saúde, conforme indicam Machado *et al* (2017) em seus estudos. Os dados não nos indicam as razões pelos quais os sujeitos não seguiram a formação superior na área da saúde e novas pesquisas mostram-se necessárias para discutir essa questão.

Em relação à instituição que ingressou no curso Superior os egressos indicaram, em maior percentual (72,7%), tratar-se de instituição pública, enquanto os que ingressaram em instituição privada somam 27,3%. Os dados permitem detalhar essa inserção: 36,4% ingressaram na Unimontes, 9,1% na UFTM, 9,1% na UFVJM, 9,1% na UNEMAT e 9,1% na UNILA – todas públicas. Em se tratando da rede privada 9,1% informou ter ingressado na UniFipMoc, 9,1% na Anhanguera e 9,1% na Nova Faculdade. Contudo, em se tratando especificamente dos que ingressaram no curso superior de enfermagem, os dados apontam maior inserção em cursos privados – sendo 1 egresso na Anhanguera e um na UnifipMoc que são particulares, e apenas um egresso na UFTM que é pública. Nesse quesito os achados se aproximam dos dados nacionais apontados por Machado *et al* (2017), que mostram que a maioria dos enfermeiros em atividade no país (57,4%) se formou em instituições privadas de ensino superior e apenas pouco mais de 1/3 do contingente (35,6%) se formaram em instituições públicas, e em filantrópicas, menos de 5%.

Quando questionados se tendo ingressado em instituição de ensino privada, o ingresso foi por meio de bolsa, 50% respondeu que o ingresso foi por meio de bolsa do Governo Federal (PROUNI) e outros 50% responderam que foi por outro tipo de bolsa que não fosse bolsa ou financiamento próprio da instituição de ensino, nem financiamento do Governo Federal (FIES). Todavia, dois alunos afirmaram que atualmente interrompeu temporariamente o curso superior e outros dois afirmaram ter interrompido definitivamente o curso superior.

Quando perguntados se a pandemia de Covid-19 dificultou seu prosseguimento nos estudos 72,7% afirmaram que sim, e os motivos apontados podem ser visualizadas no gráfico, a seguir, questão na qual puderam assinalar mais de um motivo, caso fosse necessário.

**Gráfico 4. Motivos relacionados com a pandemia que dificultaram o prosseguimento de estudos**



Fonte: Questionários aplicados – Janeiro 2022

Nota-se que há uma diferença nas respostas quando comparamos com a pergunta anterior acerca das dificuldades impostas pela pandemia para conclusão do ensino técnico. Naquela questão, segundo os sujeitos o que mais atrapalhou foi a infraestrutura tecnológica para acessar conteúdos e aulas, enquanto que para prosseguir estudos o que mais dificultou foi a aula sem contato presencial. A dificuldade de acesso a infraestrutura tecnológica pode estar relacionada à questão social dos egressos, visto que são alunos oriundos de programas sociais (Pronatec e Mediotec), com renda salarial de até um salário mínimo, beneficentes de programas do governo e a maioria não possui infraestrutura tecnológica adequada em casa para acesso às aulas.

Já no Gráfico 4, somam 42% os motivos relacionados a condições materiais de estudo como: falta de computador em casa (13%), falta de espaço adequado (13%), de acesso a livros (3%), de recursos financeiros (13%). Mas o destaque é conferido à aula sem contato presencial (31%), que somado a falta de convívio social (3%), e a dificuldade de aprender em ambiente remoto (12%), chega a 46% - um dado que merece atenção no contexto de retorno do “pós-pandemia” e de crescimento de oferta tanto híbrida quanto a distância de cursos técnicos e superiores no Brasil.

### 3.2.5 - Observações finais dos respondentes

Ao final do questionário os estudantes foram questionados se teriam alguma observação mais a fazer, se gostariam de tecer alguma consideração sobre as questões apresentadas anteriormente, ou mesmo sobre outras situações não abordadas nas perguntas. Dos 32 respondentes, 18 fizeram comentários, e comentários que se dividem entre opiniões sobre o curso, sobre a instituição e acerca de dificuldades pessoais na trajetória acadêmica.

Houve quem destacasse a importância do curso técnico para escolha da carreira e ingresso no mundo do trabalho sem deixar de mencionar o desejo de seguir estudando. E quem salientou a importância da oferta pública de profissionalização, de interiorização dessa oferta:

Agradeço a curso técnico, pois me ajudou muito na minha escolha de carreira. (Egresso 04)

Um curso superior sem dúvidas te dá mais liberdade financeira e mais oportunidades, mas sou completamente realizada com meu curso técnico, que graças a ele, sou inserida no mercado de trabalho. Talvez em outra oportunidade, venho a fazer o superior. (Egresso 07)

Sim, esse curso foi de grande relevância para a cidade de Bocaiuva. Fui muito bem ensinada... tenho maior prazer de ter formado na Unimontes. (Egresso 08)

Mas houve quem avaliou que o curso foi demorado, e quem criticou que o certificado de conclusão de curso não é disponibilizado na cidade que o próprio discente concluiu o curso.

Gostei muito do curso, aprendi muito, porém, a demora do curso é muita. Acabamos perdendo oportunidades e até mesmo o interesse diminui. (Egresso 28)



[...] apenas a demora pra a conclusão do curso que deixou a desejar pois foram quase 4 anos para podermos formar. (Egresso 32)

Não sei se cabe abordar isto aqui, mas de qualquer forma. Seria interessante e mais viável a instituição disponibilizar o certificado de conclusão de curso na cidade que o próprio discente concluiu o curso, não sei se pra todos mas ir em Montes Claros só pra pegar diploma é custoso. (Egresso 09)

Houve quem ressaltasse a importância da pesquisa e recomendasse que a instituição deveria atentar para as dificuldades vividas pelos estudantes:

Acho que essa pesquisa é importante, deveria fazer mais com os alunos, saber de seus gostos e no que eles são bons e focar nisso, durante o curso tive muita dificuldade, apresentei muitos sintomas de ansiedade, tensão, medo. Então acho que independente do curso que formos fazer é bom saber que seremos compreendidos e saber que podemos contar com alguém. Fica a dica e todas as situações difíceis que passei no curso pude contar com professores, enfermeiros e colegas que me ajudaram. Desde já obrigada pelo aprendizado. (Egresso 20)

Visando a melhoria no ensino... Há falta de visão das dificuldades do aluno... creio que foi o que me fez reprovar o curso... (Egresso 31)

O conjunto de considerações feitas, e que aqui destacamos, não apenas reforçam a relevância do CEPT e do trabalho que este centro realiza, quanto aponta elementos para a própria instituição avaliar limites e possibilidades na organização dos cursos técnicos e formação de profissionais para o mundo do trabalho.

## CONSIDERAÇÕES

---

No presente trabalho nos dedicamos a analisar a transição de estudantes do ensino técnico para a formação superior, com foco em estudantes egressos do ensino técnico de nível médio em enfermagem do Centro de Educação Profissional e Tecnológica (CEPT) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). O trabalho se orientou pelos seguintes objetivos específicos: discutir a expansão e interiorização da oferta de educação profissional e superior no Brasil que se deu a partir do governo Lula (2003); contextualizar a emergência e organização do CEPT em Montes Claros; analisar a formação, o perfil, a inserção profissional e o prosseguimento de estudos de técnicos em saúde no Brasil a partir da criação do SUS; levantar o perfil de egressos de curso técnico em enfermagem do CEPT e os fatores que concorrem para que estes sujeitos ingressem no curso técnico e prossigam ou não os estudos na educação superior; examinar a natureza da instituição superior cursada e a relação do curso superior feito com a formação técnica obtida.

A partir da revisão bibliográfica e da aplicação de questionários julgamos ter cumprido os propósitos da pesquisa e respondido às questões centrais da investigação. No contexto estudado verificamos que os sujeitos do estudo apresentam o seguinte *perfil*: 78,1% são do gênero feminino e 21,9% do gênero masculino, evidenciando a presença maciça de mulheres no campo da enfermagem, conforme evidenciam os estudos de Machado *et al* (2017) e Reis (2019). Em relação à raça/cor a maioria se autodeclarou negra, ou seja, a maioria é mulher e negra, corroborando resultados do DIEESE (2021). Todos informaram ser egressos de escolas públicas e mais da metade eram beneficiados de algum programa social e a maior parte dos egressos indica renda de até um salário mínimo (62,5%).

Quanto às *razões para ingresso no curso técnico* as que mais se destacaram na ordem de frequência foram: 1º) inserir no mercado de trabalho (65,6%); 2º) Interesse/afinidade com a profissão; 3º) Gratuidade do curso.

Os dados revelam que os egressos apresentam preocupação com uma rápida inserção no mercado e valorizam a gratuidade do curso. Acreditamos que a preocupação com uma rápida inserção no mercado e a valorização da gratuidade do curso podem estar relacionadas

com o percentual significativo de egressos que não trabalhavam no período em que cursavam o ensino técnico (62,5%), e com a renda familiar da maior parte dos egressos (62,5%) ser de até um salário mínimo (62,5%). Nesse sentido a oferta pública de oportunidades de formação mostra-se importante, reforçando observações de Thumé *et al* (2018), e importante para atender demandas do SUS na ampliação do direito à saúde pública no Brasil como asseveram Neto *et al* (2020) e Wermelinger (2020).

Quanto as *dificuldades para conclusão do curso técnico*, especialmente em função da pandemia de Covid-19, a maior parte dos respondentes (62,5%) indicou dificuldades para concluir o curso com destaque para a infraestrutura tecnológica para acessar conteúdos e aulas, apontada por 68,2% dos respondentes.

Acerca do *ingresso no mercado de trabalho* é significativo o percentual de egressos que afirma ter conseguido seu primeiro emprego a partir da conclusão do curso (37,5%), sendo que a maioria (42,3%) declara que a área de formação é totalmente relacionada com o emprego atual. Todavia é considerável o percentual de sujeitos que não contam com sólido vínculo empregatício, evidenciando um processo de precarização de trabalho, já apontado entre outros por Machado, Vieira e Oliveira (2012) e que merece ser tomado como objeto de futuras pesquisas.

No que diz respeito ao *ingresso no curso superior* é significativo o percentual de egressos do estudo que seguiu estudos para a formação superior, especialmente considerando que são egressos que concluíram recentemente o curso técnico (em 2020 e 2021). A ampliação da oferta de educação superior nos últimos 20 anos no país tem contribuído, segundo Machado *et al* (2017), para o aumento de profissionais mais qualificados na área de enfermagem.

Apesar da oferta pública ser fundamental ela obviamente não é suficiente. Nesse sentido, em se tratando dos *egressos que não ingressaram no Ensino Superior*, indagamos sobre as *principais razões* para que eles não o fizessem e foram indicadas, entre outras, a falta de condições financeiras (80% de respostas) e a falta de preparação para o vestibular (citada por 30%).

Em se tratando dos *egressos que iniciaram um curso superior*, 60% indicou como motivação “a possibilidade de melhorar na profissão escolhida”. Verificamos, todavia, que o percentual de egressos que seguiu o ensino superior no campo da saúde é menor comparado aos que ingressaram em outras áreas. Verificamos, igualmente, que a maioria ingressou em

instituição pública (72,7%). No contexto estudado os sujeitos que ingressaram em instituições públicas encontram-se na: Unimontes (36,4%), UFTM (9,1%), na UFVJM (9,1%), UNEMAT (9,1%) e UNILA (9,1%) – a maior parte em Minas Gerais, com destaque para a Unimontes. Em se tratando da rede privada 9,1% informou ter ingressado na UniFipMoc, 9,1% na Anhanguera e 9,1% na Nova Faculdade. Contudo, em se tratando especificamente dos que ingressaram no curso superior de enfermagem, os dados apontam maior inserção em cursos privados – sendo 1 egresso na Anhanguera e um na UnifipMoc que são particulares, e apenas um egresso na UFTM que é pública. Nesse quesito os achados se aproximam dos dados nacionais apontados por Machado et al (2017), que mostram que a maioria dos enfermeiros em atividade no país (57,4%) se formou em instituições privadas de ensino superior e apenas pouco mais de 1/3 do contingente (35,6%) se formaram em instituições públicas, e em filantrópicas, menos de 5%.

Acerca das *dificuldades impostas pela pandemia* na decisão de seguir os estudos o que mais dificultou foi a aula sem contato presencial. Nesse sentido há uma diferença nas respostas quando comparamos com as dificuldades impostas pela pandemia para conclusão do ensino técnico – nesse caso, conforme os respondentes, o que mais atrapalhou foi a infraestrutura tecnológica para acessar conteúdos e aulas. Para prosseguir estudos o que mais dificultou foi a aula sem contato presencial (31%), que somado a falta de convívio social (3%), e a dificuldade de aprender em ambiente remoto (12%), chega a 46% - um dado que merece atenção no contexto de retorno do “pós-pandemia” e de crescimento de oferta tanto híbrida quanto a distância de cursos técnicos e superiores no Brasil.

O conjunto de dados obtidos permite responder às questões levantadas no estudo. De modo sumário podemos retomar nossas indagações e concluir:

- 1- *Quem são os estudantes que buscaram o ensino técnico de nível médio?* No contexto estudado e tendo como respondentes 32 egressos do curso técnico de enfermagem no CEPT-UNIMONTES da modalidade Pronatec e MedioTec, são em sua maioria mulheres, negras, egressas de escola pública e com renda de até um salário mínimo e beneficiárias de programa social.
- 2- *Que razões levam esses estudantes a buscarem o ensino técnico de nível médio? Seria necessariamente uma formação estrita e aplicada? Estes estudantes têm ou tiveram o ensino superior como projeto? Por quê? Que fatores concorreram para que buscassem ou não o ensino superior? O curso superior buscado é na mesma área da*

*formação técnica e por quê?* São egressos que apresentam preocupação com uma rápida inserção no mercado e valorizam muito a gratuidade do curso. Ao que apontam os dados o ensino superior não estava, de início, no horizonte da maioria, já que este é um motivo apontado por apenas 9,4% dos respondentes. Contudo, é significativo o percentual de egressos que segue estudando e que se dirige para a formação superior. Os que não buscaram ensino superior apontam falta de condição financeira como principal motivo, enquanto os que buscaram, em maior número, alegam que o fizeram vislumbrando “a possibilidade de melhorar na profissão escolhida”, sendo que um percentual significativo atua no campo da saúde, mas em sua maioria não ingressou em ensino superior nesse campo.

Consideramos que os resultados reforçam a importância da oferta pública de formação profissional e a interiorização dessa oferta, bem como demonstram a relevância do CEPT nesse processo. Esperamos que o banco de dados constituído com esta pesquisa possa contribuir com esse importante Centro de Educação profissional na sua crucial tarefa, entre outras, de formação de trabalhadores na área da saúde na região.

Por fim, assinalamos que novas investigações merecem ser realizadas para aprofundar o entendimento sobre o itinerário dos egressos de cursos técnicos focalizando não apenas sua inserção no mercado de trabalho, mas o prosseguimento de estudos para a educação superior. Nesse bojo, entendemos que são necessárias pesquisas que examinem, entre outras questões, a precarização do trabalho e a democratização de acesso ao ensino superior no país.

## REFERÊNCIAS

---

AMORIM, Mônica Maria Teixeira. *A organização dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia no conjunto da educação profissional brasileira*. Dissertação (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

ARAÚJO, Christine Veloso Barbosa. *ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: expansão e transformação a partir dos anos 1990*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros, fevereiro 2014.

ARAÚJO, Christine Veloso Barbosa; SILVA, Viviane Nascimento; DURÃES, Sarah Jane. *Processo de Bolonha e mudanças curriculares na educação superior: para que competências?* Educ. Pesqui., São Paulo, v. 44, e174148, 2018.

ARRUDA, Danielle. *Evasão escolar no ensino técnico: um estudo de caso numa escola técnica do centro Paula Souza; Franca – SP; 2019.*

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. *Expansão da Educação Superior no Brasil: limites e possibilidades*. Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 131, p. 361-390, abr.-jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); e dá outras providências. Brasília, 26/10/2011.

BRASIL. Decreto nº 6301, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 de dezembro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 abr. 1997. Seção 1, p. 7760.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF, 24 de abril de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

BRASIL. Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 de dezembro de 2007. Acesso em: 03 agosto 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 de dezembro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

BRASIL. Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011. Institui a Rede e-Tec Brasil. Brasília, DF, 26 de outubro de 2011. Acesso em : 05 agosto 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 23 de julho de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. Brasília, 2019.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF, 29 de dezembro de 2008. Acesso em: 05 agosto 2021.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. *Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Pro Jovem)*. Brasília, DF, 26 de outubro de 2011. Acesso em: 05 agosto 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Conselho Nacional de Educação. Diário Oficial da União de 23/12/2002, Seção 1, p. 162.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Diário Oficial da União de 06 de janeiro de 2021, Edição 3, Seção 1, p. 19.

BRASIL. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. *Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: D.O. 5 de outubro de 1988.

Disponível em:

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf).

Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem, 2022. Enfermagem em Números. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/enfermagem-em-numeros>. Acesso em 01 de março de 2022.

CARVALHO, Olgamir Francisco de. *Educação e formação profissional: trabalho e tempo livre*. Brasília: Plano Editora, 2003.

CERQUEIRA, Marília Borborema Rodrigues; *et al.* “PROFAE: uma análise do ponto de vista do trabalhador pós qualificação técnica pela Escola Técnica de Saúde do Centro de Ensino Médio e Fundamental da UNIMONTES”. Pesquisa Integrante do Plano Diretor 2005/2006 Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde – ROREHS Ministério da Saúde – MS. Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS. Montes Claros, Setembro/2007.

CERQUEIRA, Marília Borborema Rodrigues *et al.* *O egresso da Escola Técnica de Saúde da Unimontes: conhecendo sua realidade no mundo do trabalho*. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 2, p. 305-328, jul./out.2009.

COLOMBO, I. Brasil profissionalizado: um programa que sistematiza na prática a educação profissional e tecnológica. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos\\_brasil\\_profissionalizado.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_brasil_profissionalizado.pdf) Acesso em: 18 julh. 2021.

COSTA, Maria Raimunda Santos da. *Contextualizando expansão e interiorização no campo da educação brasileira*. Revista Exitus, Santarém/PA, Vol. 7, N° 1, p. 250-276, Set/Dez 2017.

CRISPIM, Z. Â. M. de P., *et al.* Formação de recursos humanos em Gestão de Serviços de Saúde – uma análise dos serviços pós-cursos ministrados pela Escola Técnica de Saúde do CEPT/Unimontes. Pesquisa Integrante do Plano Diretor 2005/2006 Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde – ROREHS Ministério da Saúde – MS. Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS. Montes Claros, Setembro/2011.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização. São Paulo: Editora UNESP, Brasília/DF: Flacso, 2000.FAGUNDES, Caterine Vila. Transição Ensino Médio–Educação Superior: Qualidade No Processo Educativo. Revista Educação por Escrito – PUCRS, v.3, n.1, jul. 2012.

FERREIRA, Danilo José; RAITZ, Tânia Regina. Um estudo sobre a trajetória acadêmica e laboral de egressos do IFC-Camboriú-SC: Expectativas profissionais e motivação para a continuidade ou não dos estudos na área da Agropecuária. Reunião Científica Regional da ANPED. Educação, movimentos sociais e políticas governamentais, UFPR, Curitiba/ Paraná, 24 a 27 de julho. 2006.

FERREIRA, Maria Aparecida; OLIVEIRA, Marla Sarmiento; MENDONÇA, Paulo Henrique. A Educação Profissional no Brasil: um recuo na história. In: FERREIRA, Gabriella Rossetti, Org. Educação: Políticas, Estrutura e Organização, Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 6. ed., 2008.

GOUVEIA, Fernanda Paixão de Souza. A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional. Revista Espaço e Economia, n° 9, 2016.  
[https://dtcom.com.br/wayco/temas/section\\_2/pesquisa\\_qualitativa\\_e\\_quantitativa/sections/pdf/THEME4285.pdf](https://dtcom.com.br/wayco/temas/section_2/pesquisa_qualitativa_e_quantitativa/sections/pdf/THEME4285.pdf) . Acesso em: 05/04/2021.



GUIMARÃES, Andre Rodrigues; *et al.* *O PNE e a Educação Superior no Brasil: expansão, interiorização e privatização (2014-2018)*. Dossiê: Políticas para educação superior e Plano Nacional de Educação. REVELLI, Vol. 12, 2020.

KNECHTEL, Maria do Rosário. *Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada*. Curitiba: Intersaberes, 2014. Disponível em:

MACEDO, Deise; VALE, Andreia; MARTINS, Tânia. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. *Revista Brasileira de educação*; V.20 N.60; São Paulo, 2015.

MACHADO, Maria Helena; *et al.* Aspectos gerais da formação da enfermagem: o perfil da formação dos enfermeiros, técnicos e auxiliares. *Enferm. Foco*, n. 7 (ESP), p. 15-34, 2016.

MACHADO, Maria Helena; *et al.* Perfil da enfermagem no Brasil: relatório final. NERHUS - DAPS - ENSP/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/perfilenfermagem/pdfs/relatoriofinal.pdf>. Acesso em 29 de setembro de 2021.

MACHADO, M.H.; VIEIRA, A.L.S.; OLIVEIRA, E. *Construindo o perfil da enfermagem*. *Revista Enfermagem em Foco*, n. 3, v.3, p. 119-122, 2012.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MEC-SETEC, Plano de expansão da rede federal de educação tecnológica. Portal MEC, 2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 11/12/2020.

MEC-SETEC, Ministério da Educação do Brasil. PATRÃO, Carla Nogueira; FERES, Marcelo Machado. Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007). Diretoria de Formulação de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, outubro de 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6696-relatoriopesquisa-redefederal&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6696-relatoriopesquisa-redefederal&Itemid=30192). Acesso em: 10/09/2022.

MEDEIROS, Luciana Délia Dantas de. *EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: O caso do MedioTec na Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba*. Dissertação (Mestrado em políticas públicas, gestão e avaliação da educação superior – MPPGAV) - Universidade Federal da Paraíba, 2020.

MENDES, Gabriela Mesquita; MULIN, Heloise de Pinho. *Avaliação e Desempenho do Programa Universidade para Todos (PROUNI)*. Trabalho de conclusão de curso – artigo científico Universidade Federal Fluminense (UFF), 2017.

MENDES, R. D. O; SANTOS, E. F.; NASCIMENTO, R.V.; MOTA, LOBÃO, M. S. M.; F. O. MEDIOTEC: Concepção de educação profissional no programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego. *Interfaces Científicas*, Aracaju, V.8, N.1, p. 9 – 22. Agosto/Setembro/Outubro – 2019.

MÉSZÁROS, István, 1930 A educação para além do capital/ István Mészards: tradução Isa Tava res]. -2.ed. - São Paulo: Boltempo, 2008. -(Mundo do trabalho).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Cursos da Educação Profissional Técnica de nível Médio. Portal MEC. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cursos-da-ept/cursos-da-educacao-profissional-tecnica-de-nivel-medio>. Acesso em: 11/02/2021

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Portal MEC, 2018. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept>. Acesso em: 24/05/2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Instituto federal de Educação, Ciência e tecnologia, Portal MEC. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6691-if-concecaoediretrizes&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concecaoediretrizes&Itemid=30192) . Acesso em: 23/05/2021.

MONDINI, Vanessa Edy Dagnoni; FRONTELI, Marcio Henrique, MARTINEZ, Christina Hipólito. Avaliação dos egressos do curso técnico de administração do IFSC: formação profissional, empregabilidade e continuidade dos estudos. Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 12, n. 25, p. 105-123, jan./abr. 2020.

NETO, Francisco Rosemiro Guimarães Ximenes, et al. *Reflexões sobre a formação em Enfermagem no Brasil a partir da regulamentação do Sistema Único de Saúde*. Revista Ciênc. saúde coletiva, n.25, v.1, p. 37-46, Jan 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n1/37-46/#>. Acesso em 28 de setembro de 2021.

OLIVEIRA, Lilian Aparecida Carneiro; MIRANDA, Emmanuella Aparecida. *A reforma do ensino médio (lei 13.415/2017) e suas implicações para a educação profissional*. IV Colóquio Nacional e I Colóquio Internacional. A produção do conhecimento em Educação Profissional. NATAL, RN – 24 a 27 de julho de 2017 – Campus Natal Central – IFRN.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). *Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018- 2030: Um chamado à ação para a saúde e o bem-estar na região [relatório na Internet]*. Washington, DC: OPAS, OMS; 2017. Disponível em: <http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/49172/CSP296-por.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2021.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção; TEIXEIRA, Luiz Antonio. *Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.1, p.15-35, Jan.-Mar. 2014.

PEREIRA, André Luis Gonçalves; OLIVEIRA, Ramon de. *A inserção dos egressos dos cursos técnicos do Pronatec no mercado de trabalho*. Revista Perspectiva, v.37, n.3, p. 917-938, Florianópolis, setembro de 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2019.e52345/pdf>. Acesso em: 10/09/2022.

POZ, Mario Roberto Dal; PIERANTONI, Célia Regina; GIRARDI, Sábado. Formação, mercado de trabalho e regulação da força de trabalho em saúde no Brasil. In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: organização e gestão do sistema de saúde [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, v. 3, 2013, p. 187-233.

REIS, Regimarina S. et al. *Desafios da formação de trabalhadores de nível médio para o Sistema Único de Saúde no Maranhão*. Trabalho, Educação e Saúde, v. 18, n.2, 2020.

RIBEIRO, Elisa Antonia; MEDEIROS, Danilo Custódio de. *Expansão da Educação Superior no Brasil na última década: surgimento de um novo cenário de acesso?*. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Brasil, jan/2020.

ROCHA, Belchior de Oliveira; FILGUEIRA, João Maria; COSTA, Liznando Fernandes da; GALVÃO, Leísia; VIANA, Rafael. *Egressos do CEFET/RN: avaliação da formação, inserção no mundo do trabalho e perspectiva de requalificação*. Revista Holos, Ano 21, dezembro 2005, p.47-56.

ROSÁRIO, Celita Almeida; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria; MATTA, Gustavo Corrêa. *Sentidos da universalidade na VIII Conferência Nacional de Saúde: entre o conceito ampliado de saúde e a ampliação do acesso a serviços de saúde*. Revista Saúde e Debate, Rio de Janeiro, v. 44, n. 124, p. 17-31, Jan-Mar 2020.

SALES, P.E.N. *Transição da formação técnica de nível médio para o ensino superior: itinerários de alunos da Rede Federal de Educação Profissional de Minas Gerais*. Dissertação (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SALES, P.E.N.; HEIJMANS,R.D.; SILVA,C.E.G. *Análise multinível da transição estudantil do curso técnico para o ensino superior*. Estudos em Avaliação Educacional, v. 28, n. 69, p. 896-925, 2017.

SANTOS, Catarina de Almeida. *Educação Superior a Distância no Brasil: democratização da oferta ou expansão do mercado*. RBPAE - v. 34, n. 1, p. 167 - 188, jan./abr. 2018.

SANTOS, Irailde Ferreira dos, GABRIEL, Mariana; MELLO, Tatiana Ribeiro de Campos. *Sistema Único de Saúde: Marcos Históricos e Legais dessa Política Pública de saúde no Brasil*. Revista Humanidades e Inovação, p. 381-391, v.7, n.5, p. 2020.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação fundamentos ontológicos e históricos. In: Revista Brasileira de Educação v.12, n. 34, jan./abr. 2007.

SAVIANI, Derneval. A Expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. Poésis Pedagógica, V.8, N.2, ago/dez.2010; pp.4-17.

SILVA, Danilma de Medeiros; MOURA, Dante Henrique; SOUZA, Lincoln Moraes de. A trajetória do PRONATEC e a reforma do ensino médio: algumas relações com a política de educação profissional mundial. *Revista trabalho Necessário*, nº 30, 2018.

SILVA, Francisca Natália da. LIMA, Erika Roberta Silva de. SILVA, Lenina Lopes Soares. CACHO, Mylenna Vieira. Financiamento da educação profissional e tecnológica: programa Brasil profissionalizado. *Revista LABOR*, nº 14, v. 2, 2015.

SILVA, Maria Patrícia; CERQUEIRA, Marília Borborema Rodrigues. “*A Escola Técnica de Saúde da UNIMONTES: um resgate histórico*. Pesquisa Integrante do Plano Diretor 2005/2006 Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde – ROREHS Ministério da Saúde – MS. Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS. Montes Claros, Setembro/2007.

SILVEIRA, Flávia Furtado. *O mercado está uma fera: o desenvolvimento moral na educação profissional e as mudanças no mundo do trabalho*. Educação profissional: ciência e tecnologia. Julho-Dezembro 2006, volume 1, número 1, p. 77-88.

SOUTO, Lúcia Regina Florentino; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. Movimento da Reforma Sanitária Brasileira: um projeto civilizatório de globalização alternativa e construção de um pensamento pós-abissal. *Revista Saúde Debate*, Rio de Janeiro, n. 40, n. 108, p. 204-218, Jan-Mar 2016.

SOUZA, Norma Valéria Dantas de Oliveira *et al.* *Formação em enfermagem e o mundo do trabalho: percepções de egressos de enfermagem*. *Aquichan*, v.17, n.2, p. 204-216, junho, 2017.

THUMÉ, Elaine, FEHN, A.C; ACIOLI, S.; FASSA, M.E.G. *Formação e prática de enfermeiros para a Atenção Primária à Saúde – avanços, desafios e estratégias para fortalecimento do Sistema Único de Saúde*. *Revista Saúde Debat*, Rio de Janeiro, v. 42, número especial 1, p. 275-288, setembro 2018.

TRIVINOS, A. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TURMENA, Leandro; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os Institutos Federais em questão. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 17, n. 54, p. 1067-1084, jul./set. 2017.

VIEIRA, Alboni Marisa DudequePianovski; JUNIOR, Antonio de Souza. *A Educação Profissional no Brasil*. *Revista Interações*, nº. 40, pp. 152-169, 2016.

WERMELINGER, M.C.M.W; et al. *A formação do técnico em enfermagem: perfil de qualificação*. *Ciência & Saúde Coletiva*, n.25, v.1, p. 67-78, 2020.

# APÊNDICES



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS  
Centro de Ciências Humanas



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

**Título da pesquisa:** TRANSIÇÃO DO ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO PARA A FORMAÇÃO SUPERIOR: ITINERÁRIOS DE ESTUDANTES DO CURSO DE ENFERMAGEM DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DA UNIMONTES

**Instituição Promotora:** Universidade Estadual de Montes Claros.

**Patrocinador:** Não se aplica.

**Coordenador:** Jessica Najara Aguiar de Oliveira

**Atenção:** Antes de aceitar participar desta pesquisa, é importante que o participante leia e compreenda a seguinte explicação sobre os procedimentos propostos. Esta declaração descreve o objetivo, metodologia/ procedimentos, benefícios, riscos, desconfortos e precauções do estudo. Também descreve os procedimentos alternativos que estão disponíveis e o seu direito de interromper o estudo a qualquer momento. Nenhuma garantia ou promessa pode ser feita sobre os resultados do estudo.

- Objetivo:** Analisar o perfil e as motivações de ingresso no ensino superior de estudantes egressos do ensino técnico em enfermagem de nível médio do Centro de Educação Profissional e Tecnológica (CEPT) da Unimontes.
- Metodologia/procedimentos:** Abordagem quali-quantitativa, que combina uma preocupação com os significados, própria de estudos qualitativos, com a intenção de quantificar dados e medir opiniões, típica de estudos quantitativos. Como procedimentos técnicos utilizaremos do estudo bibliográfico e da aplicação de questionários eletrônicos para egressos de cursos técnicos do CEPT.
- Justificativa:** Incipiência de pesquisas sobre o tema e necessidade de aprofundar a compreensão sobre o real e de produzir conhecimentos sobre o assunto observando recomendações de estudos nesse terreno.
- Benefícios:** Acreditamos que a investigação aqui proposta há de oferecer significativa contribuição ao CEPT, à Estação de pesquisa do CEPT, bem como ao debate sobre a transição de egressos do ensino técnico para o ensino superior, colaborando com a produção de conhecimentos sobre esse objeto ainda pouco investigado e tão caro para o campo educacional.
- Desconfortos e riscos:** O risco de uma pesquisa como a que se propõe aqui, que envolve a coleta de opiniões junto aos sujeitos e a divulgação dessas opiniões, reside, primordialmente, no desconforto que a divulgação de determinadas informações pode causar para quem as prestou. Daí porque será mantida a confidencialidade das informações obtidas.
- Danos:** A pesquisa proposta não apresenta danos aos envolvidos.
- Metodologia/procedimentos alternativos disponíveis:** Os procedimentos poderão sofrer ajustes no processo de coleta – porque estão relacionados com a disponibilidade e interesse dos sujeitos envolvidos.
- Confidencialidade das informações:** A confidencialidade das informações obtidas será mantida por meio da utilização de códigos e/ou nomes fictícios quando, no corpo dos relatórios de pesquisa, nos referirmos aos sujeitos do estudo.
- Compensação/indenização:** A pesquisa não gerará despesas aos participantes, e os pesquisadores estão dispostos a arcar com as despesas e eventuais danos recorrentes da pesquisa.

**Outras informações pertinentes:** Pretende-se socializar os resultados da pesquisa em eventos e publicações.

**Consentimento:** Li e entendi as informações precedentes. Tive oportunidade de fazer perguntas e todas as minhas dúvidas foram respondidas a contento. Este formulário está sendo assinado voluntariamente por mim, indicando meu consentimento para a participação desta instituição/ empresa, até que eu decida o contrário. Receberei uma cópia assinada deste consentimento. E que o mesmo só poderá ser aprovado nesta instituição após aprovação no Comitê de Ética da Instituição fomentadora da pesquisa.

|  |                                       |      |
|--|---------------------------------------|------|
| Nome do participante   | Assinatura do participante            | Data |
| Nome da Testemunha   | Assinatura da testemunha              | Data |
| Jéssica N. A. de Oliveira (Coord. da pesquisa)<br>Mestranda PPGE-Unimontes | Assinatura do coordenador da pesquisa | Data |

Mônica M. T. Amorim (Orientadora)  Data: 21/06/2021  
**ENDEREÇO DO PESQUISADOR:** Rua Flamengo, 193, Maracanã, Montes Claros- MG. **TELEFONE:** 38-3213-9203/9.92507092



## **PESQUISA: TRANSIÇÃO DO ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO PARA A FORMAÇÃO SUPERIOR: ITINERÁRIOS DE ESTUDANTES DO CURSO DE ENFERMAGEM**

### **Prezado(a) egresso de Curso Técnico do CEPT Unimontes**

Estamos desenvolvendo um trabalho de pesquisa que tem como objetivo analisar a formação, o perfil, a inserção profissional e o prosseguimento de estudos de profissionais de saúde. O estudo prevê a aplicação de questionários para egressos de cursos técnicos de enfermagem. Gostaríamos muito de contar com a sua participação nesse trabalho porque consideramos que você, enquanto egresso de curso técnico, pode nos ajudar a refletir sobre os cursos ofertados bem como sobre a inserção profissional e o prosseguimento de estudos de profissionais de saúde! Esse tipo de estudo é importante tanto para avaliação das instituições educativas quanto para avaliação de políticas educacionais! Portanto, pedimos a sua grandiosa colaboração respondendo ao questionário a seguir. Esclarecemos que os dados coletados serão tratados com a devida ética e que sua identidade será mantida em sigilo.

Desde já, agradecemos imensamente a sua colaboração! Qualquer dúvida pode entrar em contato com a coordenação da pesquisa pelo telefone (38)9.9250-7092 ou e-mail [najaraagol@hotmail.com](mailto:najaraagol@hotmail.com).

Atenciosamente,

**A Equipe de Pesquisa/Unimontes**

Jéssica Najara Aguiar de Oliveira – Mestranda PPGE - Coordenadora do estudo

Mônica Maria Teixeira Amorim – PPGE- Profa Orientadora

Cibele – CEPT - Colaboradora

## **QUESTIONÁRIO PARA EGRESSOS DE CURSOS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM**

**Orientações:** Este questionário deverá ser respondido somente pelo aluno egresso do curso técnico em enfermagem. Marque somente uma alternativa por questão, a não ser nos casos em que a questão estipular a marcação de mais de uma alternativa.

### **IDENTIFICAÇÃO**

1. Nome: \_\_\_\_\_

2. Idade: \_\_\_\_\_

3. Naturalidade (Município/Estado onde nasceu): \_\_\_\_\_

4. Telefone: \_\_\_\_\_

6. Gênero:

( ) Masculino

( ) Feminino

( ) Outro

7. Cor/raça:

( ) Branco

( ) Preto

( ) Pardo

( ) Indígena

( ) Amarelo (descendente de orientais)

## QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS

10 - Onde você fez o Ensino Fundamental?

- Todo em escola pública
- Todo em escola particular sem bolsa
- Todo em escola particular com bolsa
- Parte em escola pública e parte em escola particular com bolsa
- Parte em escola pública e parte em escola particular sem bolsa

11 - Quando estudava o curso técnico em enfermagem no CEPT/Unimontes você ou sua família eram beneficiários de algum programa do governo federal (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Leite pela Vida, ou outro)?

Sim.

Qual(is)? \_\_\_\_\_

Não

12 - Qual era a média de sua renda familiar mensal, em salários mínimos, no período em que cursava o técnico em enfermagem no CEPT/Unimontes. (Considerar a soma dos valores da renda de todos da família).

- Até 1 Salário Mínimo
- De de 1 até 3 Salários Mínimos
- De 3 até 5 Salários Mínimos
- Mais de 5 Salários Mínimos

13 - Quantas pessoas compartilhavam desta mesma renda, incluindo você? \_\_\_\_\_ pessoas

14- Você trabalhava no período em que cursava o ensino técnico em enfermagem no Centro de Educação Profissional e Tecnológica da Unimontes (CEPT)?

Sim.  Não  Às vezes

Caso afirmativo, indique: Em que: \_\_\_\_\_

Qual carga horária semanal: \_\_\_\_\_

15- Até que etapa de escolarização seu pai concluiu?

- Nenhuma.
- Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano (1ª a 4ª série).
- Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano (5ª a 8ª série).
- Ensino Médio.
- Ensino Superior - Graduação.
- Pós-graduação.
- Não sei informar.

16- Até que etapa de escolarização sua mãe concluiu?

- Nenhuma.
- Ensino fundamental: 1º ao 5º ano (1ª a 4ª série).
- Ensino fundamental: 6º ao 9º ano (5ª a 8ª série).
- Ensino médio.

- ( ) Ensino Superior - Graduação.
- ( ) Pós-graduação.
- ( ) Não sei informar.

**RAZÕES PARA INGRESSO NO CURSO TÉCNICO**

17. Quais os motivos indicados no quadro a seguir influenciaram na escolha para ingressar no curso técnico de nível médio? (Marque mais de uma alternativa, se necessário).

| <b>MOTIVOS</b>   | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |
|--|------------|------------|
| Se inserir no mercado de trabalho                                    |            |            |
| Dificuldade na escolha da profissão                                  |            |            |
| Gratuidade do curso  |            |            |
| Interesse/afinidade com a profissão                                  |            |            |
| Maiores chances de ser aprovado no vestibular para o ensino superior |            |            |
| Tinha necessidade de obter o certificado de curso técnico            |            |            |
| Realização pessoal   |            |            |
| Prestar Concurso   |            |            |
| Outro. Qual?   |            |            |

18- O que te motivou a entrar no curso técnico de enfermagem? Cite os cinco principais motivos ainda que estes estejam ou não no quadro da questão anterior:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_
5. \_\_\_\_\_

**CONCLUSÃO DO CURSO TÉCNICO**

19. Ano de início do curso técnico: \_\_\_\_\_

20. Ano de conclusão do curso técnico: \_\_\_\_\_

21. Identifique a situação que mais se aproxima da sua situação após concluir o curso técnico:

- ( ) Não voltei mais aos estudos
- ( ) Fui para outro curso técnico
- ( ) Fui fazer um cursinho pré-vestibular
- ( ) Fui fazer um curso superior:



## MERCADO DE TRABALHO

22. Após concluir o curso técnico, qual sua situação no mercado de trabalho?

Já trabalhava antes de concluir o curso técnico e continuei no mesmo serviço?

Área: \_\_\_\_\_

Procurei emprego na área do curso e não encontrei.

Não procurei emprego

Consegui meu primeiro emprego na área de formação.

Trabalho em outra área diferente da formação adquirida.

Outra situação. Especifique:

\_\_\_\_\_

23. Há quanto tempo trabalha ou trabalhou na área do curso técnico que concluiu?

Há menos de 1 ano

De 1 a 2 anos

de 2 a 3 anos

de 3 a 4 anos

Mais de 5 anos

Não trabalho ou trabalhei na área do curso que conclui.

24. Qual sua ocupação atualmente?

Apenas trabalhando

Trabalhando e estudando

Apenas estudando

Nem trabalhando, nem estudando

25. Qual o seu vínculo empregatício atualmente?

Empregado com carteira assinada

Empregado sem carteira assinada

Funcionário público concursado

Autônomo

Contratado temporariamente

Outro. Qual? \_\_\_\_\_

Não estou trabalhando.

26. Caso esteja trabalhando, qual sua atual carga horária semanal de trabalho? \_\_\_\_\_ h.

27. Sobre a relação entre a área profissional do curso técnico que você concluiu e o seu trabalho atual você avalia que:

Não tem relação entre seu trabalho atual e a área profissional do curso técnico

É pouco relacionada

É parcialmente relacionada

É totalmente relacionada

## INGRESSO NO CURSO SUPERIOR

28. Qual a sua escolaridade atual? (Marque apenas uma opção)

Ensino Médio Técnico concluído

- ( ) Ensino Superior incompleto  
 ( ) Ensino Superior Completo  
 ( ) Pós-Graduação em curso– Nesse caso assinale qual: ( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado  
 ( ) Pós-Graduação concluída – Nesse caso assinale qual: ( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado

**Caso NÃO tenha feito curso superior RESPONDA:**

**Em relação ao Curso superior você:**

**Já ingressou (Vá para a questão X)**

**Não ingressou ainda mas pretende fazer (Vá para a questão Y)**

**Não ingressou e não pretende fazer curso superior**

29. Dentre as razões que levaram você a NÃO entrar no ensino Superior indique qual (ou quais) melhor se aplica(m) (Obs: Se não fizer parte da sua trajetória marque não se aplica).

| MOTIVOS   | SIM | NÃO |
|---|-----|-----|
| Falta de condições financeiras                            |     |     |
| Dificuldade de conciliar trabalho e estudo                |     |     |
| Falta de apoio familiar                                   |     |     |
| Falta de Instituição de ensino próxima ao trabalho/ casa  |     |     |
| Desejo de fazer o curso Superior em outro momento da vida |     |     |
| O curso técnico é suficiente para a minha formação        |     |     |
| Falta de preparação para o vestibular                     |     |     |
| Falta de interesse  |     |     |
| Outro. Qual?  |     |     |
| <b>Pandemia</b>   |     |     |
| Não se aplica.  |     |     |

**Caso TENHA INICIADO/FEITO ou esteja FAZENDO um curso superior RESPONDA as questões a seguir:**

30. Nome do curso superior que ingressou após a conclusão do curso técnico de nível médio:

\_\_\_\_\_

31. Nome da instituição que ingressou no curso Superior:

\_\_\_\_\_

32. A instituição de Ensino Superior na qual ingressou é:

( ) Pública ( ) Privada.

a) Se trata-se de instituição de ensino privada você ingressou como bolsista?

( ) Sim ( ) Não

b) Se sim, qual o tipo de bolsa?

- Bolsa própria da instituição
- Bolsa do governo Federal( PROUNI)
- Financiamento própria da instituição de ensino
- Financiamento do Governo Federal (FIES)
- Outro.

Qual? \_\_\_\_\_

33. Atualmente, você:

Está cursando o Ensino Superior. Período: \_\_\_\_\_

Já concluiu o Ensino Superior. Ano de conclusão: \_\_\_\_\_

Interrompeu temporariamente o curso superior. Por quê?

\_\_\_\_\_

Interrompeu definitivamente o curso Superior. Por quê?

\_\_\_\_\_

Iniciou Pós-Graduação

34. Há relação entre o curso técnico de nível médio que você concluiu e o curso de ensino Superior escolhido? Comente.

\_\_\_\_\_

35. Qual a modalidade de ensino do curso superior:

À distância       Presencial

36. Quais razões te levaram á ingressar no curso superior: (Obs.: poderá assinalar mais de uma alternativa):

| MOTIVOS   | SIM | NÃO |
|---|-----|-----|
| Possibilidade de melhorar na profissão escolhida            |     |     |
| Mudança de emprego ou carreira                              |     |     |
| Prestar concurso público                                    |     |     |
| Possibilidade de um bom salário                             |     |     |
| Bolsa oferecida pela empresa em que trabalha                |     |     |
| Inserção no mercado de trabalho                             |     |     |
| Facilidades de concluintes desse curso em conseguir emprego |     |     |
| Outro motivo. Qual?   |     |     |

37. O fato de você ter cursado o ensino técnico influenciou na sua entrada e escolha no curso superior?       Sim       Não

Explique:

\_\_\_\_\_

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

38. Você considera importante ter feito o curso técnico de nível médio? Por que?

---

---

39. Você considera importante ter feito ou fazer um curso superior? Por que?

---

---

40. Considerando TODAS as questões apresentadas anteriormente, ou mesmo outras situações não abordadas, você tem alguma observação a fazer? Salientamos que suas observações são de grande importância para esta pesquisa.

---

---

---

Agradecemos imensamente a sua colaboração!

**QUADRO 2 - Escolas e Cursos Técnicos Regulares nos Sistemas de Ensino e Cadastradas no MEC na cidade de Montes Claros - MG**

- **CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MONTES CLAROS [ 3774 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino | Curso                                | Tipo de Oferta |
|----------------------|--------------------------------------|----------------|
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO             | SUBSEQUENTE    |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL      | CONCOMITANTE   |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL      | SUBSEQUENTE    |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM ELETRÔNICA                | SUBSEQUENTE    |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM ELETRÔNICA                | CONCOMITANTE   |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA             | SUBSEQUENTE    |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA             | CONCOMITANTE   |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM INFORMÁTICA               | CONCOMITANTE   |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM INFORMÁTICA               | SUBSEQUENTE    |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM INFORMÁTICA PARA INTERNET | CONCOMITANTE   |

- **CENTRO DE ENSINO GRAU TÉCNICO MONTES CLAROS [ 48265 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino | Curso                    | Tipo de Oferta |
|----------------------|--------------------------|----------------|
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO | SUBSEQUENTE    |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA | SUBSEQUENTE    |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM ENFERMAGEM    | SUBSEQUENTE    |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM FARMÁCIA      | SUBSEQUENTE    |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM RADIOLOGIA    | SUBSEQUENTE    |

- **CENTRO DE ESCOLAS DE FORMAÇÃO ESPECIAL TÉCNICO EM RADIOLOGIA EIMAGENOLOGIA DE MONTES CLAROS - CEFETRI/MG - UNIDADE I [ 14387 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino | Curso                 | Tipo de Oferta |
|----------------------|-----------------------|----------------|
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM RADIOLOGIA | SUBSEQUENTE    |

- **CENTRO EDUCACIONAL FÊNIX [ 42033 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino | Curso                              | Tipo de Oferta |
|----------------------|------------------------------------|----------------|
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS | SUBSEQUENTE    |

- **CENTRO EDUCACIONAL IMPAR [ 3099 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino | Curso                 | Tipo de Oferta |
|----------------------|-----------------------|----------------|
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM ENFERMAGEM | SUBSEQUENTE    |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM ENFERMAGEM | CONCOMITANTE   |

- **CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNORTE (UNIFUNORTE) - UNIDADE JK [ 31591 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino | Curso               | Tipo de Oferta |
|----------------------|---------------------|----------------|
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM COMÉRCIO | -              |

- **CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI - POLO DE APOIO PRESENCIAL DEMONTES CLAROS/MG [ 46846 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino | Curso                       | Tipo de Oferta |
|----------------------|-----------------------------|----------------|
| EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA | TÉCNICO EM CONTABILIDADE    | CONCOMITANTE   |
| EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA | TÉCNICO EM CONTABILIDADE    | SUBSEQUENTE    |
| EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA | TÉCNICO EM RECURSOS HUMANOS | SUBSEQUENTE    |
| EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA | TÉCNICO EM RECURSOS HUMANOS | CONCOMITANTE   |

- **CESEC DE MONTES CLAROS [ 23089 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino | Curso                    | Tipo de Oferta        |
|----------------------|--------------------------|-----------------------|
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM CONTABILIDADE | PROEJA – CONCOMITANTE |

- **CETEC - COLÉGIO EDUCACIONAL DE MONTES CLAROS [ 20813 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino | Curso                            | Tipo de Oferta |
|----------------------|----------------------------------|----------------|
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO         | SUBSEQUENTE    |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO         | CONCOMITANTE   |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE         | SUBSEQUENTE    |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO | SUBSEQUENTE    |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO | CONCOMITANTE   |

- **COLEGIO GALILEU [ 3667 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino | Curso                            | Tipo de Oferta |
|----------------------|----------------------------------|----------------|
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM ANÁLISES CLÍNICAS     | SUBSEQUENTE    |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM ENFERMAGEM            | SUBSEQUENTE    |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM FARMÁCIA              | SUBSEQUENTE    |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO | SUBSEQUENTE    |

- **COLÉGIO PODIUM MONTES CLAROS [ 45312 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino | Curso                    | Tipo de Oferta |
|----------------------|--------------------------|----------------|
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM CITOPATOLOGIA | CONCOMITANTE   |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES   | CONCOMITANTE   |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM RADIOLOGIA    | CONCOMITANTE   |

- **COLÉGIO RAZÃO [ 20107 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino | Curso                    | Tipo de Oferta |
|----------------------|--------------------------|----------------|
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO | CONCOMITANTE   |

- **COLÉGIO SAO NORBERTO [ 21561 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino | Curso                  | Tipo de Oferta |
|----------------------|------------------------|----------------|
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM INFORMÁTICA | SUBSEQUENTE    |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM INFORMÁTICA | CONCOMITANTE   |

- **COLLEGIUM PRISMA [ 12831 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino | Curso                        | Tipo de Oferta |
|----------------------|------------------------------|----------------|
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM CONTABILIDADE     | SUBSEQUENTE    |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM CONTABILIDADE     | CONCOMITANTE   |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM MECÂNICA DE MOTOS | SUBSEQUENTE    |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM MECÂNICA DE MOTOS | CONCOMITANTE   |
| EDUCAÇÃO PRESENCIAL  | TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE     | SUBSEQUENTE    |

| Modalidade de Ensino | Curso | Tipo de Oferta |
|----------------------|-------|----------------|
|----------------------|-------|----------------|

|                            |                                  |                     |
|----------------------------|----------------------------------|---------------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE         | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM SERVIÇOS IMOBILIÁRIOS | <b>SUBSEQUENTE</b>  |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM SERVIÇOS IMOBILIÁRIOS | <b>CONCOMITANTE</b> |

- **CONSERVATÓRIO ESTADUAL DE MÚSICA LORENZO FERNANDEZ [ 21374 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino       | Curso                           | Tipo de Oferta      |
|----------------------------|---------------------------------|---------------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM CANTO                | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM DECORAÇÃO            | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM DESIGN DE INTERIORES | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM INSTRUMENTO          | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM INSTRUMENTO MUSICAL  | <b>CONCOMITANTE</b> |

- **ESCOLA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL IBITURUNA [ 14497 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino       | Curso                        | Tipo de Oferta                    |
|----------------------------|------------------------------|-----------------------------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ANÁLISES CLÍNICAS | <b>CONCOMITANTE E SUBSEQUENTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ANÁLISES CLÍNICAS | <b>CONCOMITANTE</b>               |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ANÁLISES CLÍNICAS | <b>SUBSEQUENTE</b>                |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ANÁLISES CLÍNICAS | <b>INTEGRADO</b>                  |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM CITOPATOLOGIA     | -                                 |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ENFERMAGEM        | <b>CONCOMITANTE E SUBSEQUENTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ENFERMAGEM        | <b>CONCOMITANTE</b>               |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ENFERMAGEM        | <b>SUBSEQUENTE</b>                |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ENFERMAGEM        | <b>INTEGRADO</b>                  |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | <b>TÉCNICO EM FARMÁCIA</b>   | <b>CONCOMITANTE</b>               |

- **ESCOLA ESTADUAL AMÉRICO MARTINS [ 23127 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino       | Curso                    | Tipo de Oferta      |
|----------------------------|--------------------------|---------------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM CONTABILIDADE | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM INFORMÁTICA   | -                   |

- **ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO CANELA [ 23145 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino       | Curso                    | Tipo de Oferta      |
|----------------------------|--------------------------|---------------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM CONTABILIDADE | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM INFORMÁTICA   | <b>CONCOMITANTE</b> |



- **ESCOLA ESTADUAL AUGUSTA VALLE [ 22947 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino       | Curso                    | Tipo de Oferta      |
|----------------------------|--------------------------|---------------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM CONTABILIDADE | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM INFORMÁTICA   | <b>CONCOMITANTE</b> |

- **ESCOLA ESTADUAL CORONEL FILOMENO RIBEIRO [ 23113 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino       | Curso                    | Tipo de Oferta |
|----------------------------|--------------------------|----------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO | -              |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM CONTABILIDADE | -              |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM SECRETARIADO  | -              |

- **ESCOLA ESTADUAL DOM ARISTIDES PORTO [ 49038 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino       | Curso                    | Tipo de Oferta                    |
|----------------------------|--------------------------|-----------------------------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO | <b>CONCOMITANTE E SUBSEQUENTE</b> |

- **ESCOLA ESTADUAL DR CARLOS ALBUQUERQUE [ 49002 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino       | Curso                    | Tipo de Oferta      |
|----------------------------|--------------------------|---------------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO | <b>SUBSEQUENTE</b>  |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO | <b>CONCOMITANTE</b> |

- **ESCOLA ESTADUAL FELÍCIO PEREIRA DE ARAÚJO [ 42156 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino       | Curso                  | Tipo de Oferta |
|----------------------------|------------------------|----------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM INFORMÁTICA | -              |

- **ESCOLA ESTADUAL FRANCISCO LOPES DA SILVA [ 23136 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino       | Curso                    | Tipo de Oferta      |
|----------------------------|--------------------------|---------------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM INFORMÁTICA   | -                   |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM SECRETARIADO  | <b>CONCOMITANTE</b> |

- **ESCOLA ESTADUAL LEVI DURÃES PERES [ 23649 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino       | Curso                    | Tipo de Oferta      |
|----------------------------|--------------------------|---------------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM CONTABILIDADE | -                   |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM INFORMÁTICA   | <b>CONCOMITANTE</b> |

- **ESCOLA ESTADUAL MARIA DA CONCEIÇÃO R AVELAR [ 23063 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino       | Curso                            | Tipo de Oferta      |
|----------------------------|----------------------------------|---------------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO         | -                   |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM SECRETARIADO          | <b>SUBSEQUENTE</b>  |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO | <b>CONCOMITANTE</b> |

- **ESCOLA ESTADUAL PROFA HELENA PRATES [ 23520 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino       | Curso                    | Tipo de Oferta |
|----------------------------|--------------------------|----------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO | -              |

- **ESCOLA ESTADUAL PROFA MARILDA DE OLIVEIRA [ 22983 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino       | Curso                    | Tipo de Oferta |
|----------------------------|--------------------------|----------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO | -              |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM SECRETARIADO  | -              |

- **ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA DULCE SARMENTO [ 44444 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino       | Curso                                  | Tipo de Oferta      |
|----------------------------|--|---------------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO               | <b>SUBSEQUENTE</b>  |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO               | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE | <b>SUBSEQUENTE</b>  |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM LOGÍSTICA                   | <b>SUBSEQUENTE</b>  |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM SECRETARIADO                | <b>CONCOMITANTE</b> |

|                            |                                |                    |
|----------------------------|--------------------------------|--------------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | <b>TÉCNICO EM SECRETARIADO</b> | <b>SUBSEQUENTE</b> |
|----------------------------|--------------------------------|--------------------|

- **ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ALCIDES DE CARVALHO [ 22439 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino       | Curso                           | Tipo de Oferta      |
|----------------------------|---------------------------------|---------------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | <b>TÉCNICO EM CONTABILIDADE</b> | <b>CONCOMITANTE</b> |

- **ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR PLÍNIO RIBEIRO [ 22441 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino       | Curso                           | Tipo de Oferta      |
|----------------------------|---------------------------------|---------------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | <b>TÉCNICO EM CONTABILIDADE</b> | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | <b>TÉCNICO EM INFORMÁTICA</b>   | <b>CONCOMITANTE</b> |

- **ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DA UNIMONTES - ETS/CEPT/UNIMONTES [ 3116 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino        | Curso   | Tipo de Oferta                    |
|-----------------------------|---|-----------------------------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b>  | <b>TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO</b>               | <b>SUBSEQUENTE</b>                |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b>  | <b>TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO</b>                 | <b>SUBSEQUENTE</b>                |
| <b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b> | <b>TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO</b>                 | <b>CONCOMITANTE</b>               |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b>  | <b>TÉCNICO EM BIOTECNOLOGIA</b>               | -                                 |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b>  | <b>TÉCNICO EM COMÉRCIO</b>                    | <b>SUBSEQUENTE</b>                |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b>  | <b>TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS</b> | -                                 |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b>  | <b>TÉCNICO EM ENFERMAGEM</b>                  | <b>SUBSEQUENTE</b>                |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b>  | <b>TÉCNICO EM ENFERMAGEM</b>                  | <b>CONCOMITANTE E SUBSEQUENTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b>  | <b>TÉCNICO EM FLORESTAS</b>                   | -                                 |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b>  | <b>TÉCNICO EM FRUTICULTURA</b>                | -                                 |

**EXCELÊNCIA TÉCNICOS [ 21609 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino       | Curso                             | Tipo de Oferta      |
|----------------------------|-----------------------------------|---------------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | <b>TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES</b>     | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | <b>TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES</b>     | <b>SUBSEQUENTE</b>  |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | <b>TÉCNICO EM ELETROMECCÂNICA</b> | -                   |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | <b>TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA</b>   | -                   |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | <b>TÉCNICO EM INFORMÁTICA</b>     | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | <b>TÉCNICO EM INFORMÁTICA</b>     | <b>SUBSEQUENTE</b>  |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | <b>TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE</b>   | <b>SUBSEQUENTE</b>  |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | <b>TÉCNICO EM MINERAÇÃO</b>       | <b>SUBSEQUENTE</b>  |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | <b>TÉCNICO EM MINERAÇÃO</b>       | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | <b>TÉCNICO EM RADIOLOGIA</b>      | <b>SUBSEQUENTE</b>  |

- **EXCELÊNCIA TÉCNICOS UNIDADE II [ 44287 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino       | Curso                 | Tipo de Oferta      |
|----------------------------|-----------------------|---------------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ENFERMAGEM | <b>SUBSEQUENTE</b>  |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ENFERMAGEM | <b>CONCOMITANTE</b> |

- **IESC - INSTITUTO EDUCACIONAL SANTA CRUZ [ 20375 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino       | Curso                    | Tipo de Oferta                    |
|----------------------------|--------------------------|-----------------------------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM AGRIMENSURA   | <b>INTEGRADO</b>                  |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM AGRIMENSURA   | <b>CONCOMITANTE E SUBSEQUENTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM AGRIMENSURA   | <b>CONCOMITANTE</b>               |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM AGRIMENSURA   | <b>SUBSEQUENTE</b>                |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM CONTABILIDADE | <b>CONCOMITANTE</b>               |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM CONTABILIDADE | <b>SUBSEQUENTE</b>                |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM MINERAÇÃO     | <b>PROEJA - CONCOMITANTE</b>      |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM MINERAÇÃO     | <b>SUBSEQUENTE</b>                |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM MINERAÇÃO     | <b>CONCOMITANTE</b>               |

- **INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS - CAMPUS MONTES CLAROS [ 14171 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino        | Curso                                  | Tipo de Oferta      |
|-----------------------------|--|---------------------|
| <b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b> | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO               | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b> | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO               | <b>SUBSEQUENTE</b>  |
| <b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b> | TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE | <b>SUBSEQUENTE</b>  |
| <b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b> | TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b> | TÉCNICO EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR         | <b>SUBSEQUENTE</b>  |
| <b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b> | TÉCNICO EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR         | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b>  | TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES                 | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b>  | TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES                 | <b>SUBSEQUENTE</b>  |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b>  | TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES                 | <b>INTEGRADO</b>    |
| <b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b> | TÉCNICO EM ELETROELETRÔNICA            | <b>SUBSEQUENTE</b>  |

- **INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS - CENTRO DE REFERÊNCIA EMEDEUCAÇÃO A DISTÂNCIA [ 42743 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino        | Curso                    | Tipo de Oferta      |
|-----------------------------|--------------------------|---------------------|
| <b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b> | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b> | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO | <b>SUBSEQUENTE</b>  |

|                             |  |                     |
|-----------------------------|--|---------------------|
| <b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b> | TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE | -                   |
| <b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b> | TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO                 | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b> | TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA                | <b>SUBSEQUENTE</b>  |
| <b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b> | TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA                | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b> | TÉCNICO EM ELETROELETRÔNICA            | <b>SUBSEQUENTE</b>  |
| <b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b> | TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA               | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b> | TÉCNICO EM FINANÇAS                    | <b>SUBSEQUENTE</b>  |
| <b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b> | TÉCNICO EM INFORMÁTICA PARA INTERNET   | <b>CONCOMITANTE</b> |

- INSTITUTO MONTESCLARENSE DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO [ 48709 ]**  
**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino       | Curso                       | Tipo de Oferta     |
|----------------------------|-----------------------------|--------------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA | <b>SUBSEQUENTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL      | <b>SUBSEQUENTE</b> |

- INSTITUTO QUALIFICAR [ 32220 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino       | Curso                              | Tipo de Oferta                            |
|----------------------------|------------------------------------|---|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO           | <b>SUBSEQUENTE</b>                        |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ENFERMAGEM              | <b>CONCOMITANTE</b><br><b>SUBSEQUENTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ENFERMAGEM              | <b>CONCOMITANTE</b>                       |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM FARMÁCIA                | <b>CONCOMITANTE</b>                       |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM INFORMÁTICA             | <b>SUBSEQUENTE</b>                        |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS | -   |

- SENAC - UNIDADE DE ENSINO TÉCNICO DO CEP DE MONTES CLAROS [ 2872 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino        | Curso                                  | Tipo de Oferta      |
|-----------------------------|--|---------------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b>  | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO               | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b> | TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO               | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b>  | TÉCNICO EM ANÁLISES CLÍNICAS           | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b>  | TÉCNICO EM CONTABILIDADE               | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b>  | TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS | -                   |
| <b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b> | TÉCNICO EM DESIGN DE INTERIORES        | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b>  | TÉCNICO EM ENFERMAGEM                  | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b>  | TÉCNICO EM ESTÉTICA                    | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b>  | TÉCNICO EM FARMÁCIA                    | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b>  | TÉCNICO EM INFORMÁTICA                 | <b>CONCOMITANTE</b> |

- SENAI MONTES CLAROS CFP LUIZ DE PAULA [ 3611 ]**

**Curso(s)**

| Modalidade de Ensino        | Curso                           | Tipo de Oferta      |
|-----------------------------|---------------------------------|---------------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b>  | TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b> | TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL | -                   |

|                            |                             |                     |
|----------------------------|-----------------------------|---------------------|
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM BIOTECNOLOGIA    | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM CONSTRUÇÃO CIVIL | -                   |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES      | -                   |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ELETROMECAÂNICA  | <b>SUBSEQUENTE</b>  |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ELETROMECAÂNICA  | <b>CONCOMITANTE</b> |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ELETROMECAÂNICA  | -                   |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ELETRÔNICA       | -                   |
| <b>EDUCAÇÃO PRESENCIAL</b> | TÉCNICO EM ELETRÔNICA       | <b>CONCOMITANTE</b> |

**Fonte:** MEC-SISTEC. Janeiro de 2022.